

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**Liberalismo, ensino e privatização:
um estudo a partir dos clássicos da economia política.**

Luiz Carlos Santana†

Este exemplar corresponde à
redação final da Tese defendida
por Luiz Carlos Santana
e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 27/02/1997

Assinatura:

Luiz Carlos Santana

6815076
9705159



N.º CHAMADA :
T/Unicamp
Sa 59L
V. Ex.
TCARBO BC/ 30.218
PROC. 281/97
C D
PREÇO R\$ 11,00
DATA 16/05/97
N.º CPD

CM-00097813-0

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Santana, Luiz Carlos
Sa59L Liberalismo, ensino e privatização : um estudo a partir dos
clássicos da economia política / Luiz Carlos Santana. --
Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador : José Luiz Sigris.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Liberalismo. 2. Privatização. 3. Ensino. 4. Economia
política. I. Sigris, José Luiz. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de DOUTOR em EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Filosofia e História da Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Sigrist.

Comissão Julgadora:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Antonio Carlos Bezjo
[Handwritten signature]

Agradecimentos:

O árduo e solitário processo de produção deste trabalho foi, em momentos significativos, compartilhado com as pessoas que me cercam e que não ficaram alheias a ele. A todas essas pessoas amigas, cabe aqui o meu reconhecimento e agradecimento.

Ao professor Dr. José Luiz Sigrist, o meu agradecimento por ter me aceitado entre seus orientandos e minha homenagem pelos seus 38 anos de trabalho acadêmico dedicados até aqui em várias instituições de renome no campo da educação, enriquecendo-as com a sabedoria que lhe é peculiar.

Ao professor Dr. Dermeval Saviani, pela disponibilidade e seriedade com que fez a leitura do projeto inicial e pelo acompanhamento feito através das Atividades Orientadas que desenvolvi sob sua responsabilidade, possibilitando com isto o direcionamento deste trabalho.

Aos membros da Banca do Exame de Qualificação: Prof. Dr. José Carlos Lombardi, Prof. Dr. José Luis Sanfelice e Prof. Dr. Antonio Bergo, pela leitura, discussão e sugestões apresentadas.

Aos professores, alunos e funcionários da Faculdade de Educação pelas condições propícias para o desenvolvimento do curso de doutorado.

Ao Departamento de Educação do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro pelas condições oferecidas para que eu pudesse fazer este curso.

Às funcionárias da Biblioteca do Instituto de Biociências, principalmente à Regina e à Silvia, pela contribuição que deram para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Rejane, do Pólo Computacional - UNESP/RC -, pela impressão final deste trabalho.

Cabe ainda uma gratidão enorme a pessoas como Eliza e Derly, que nos momentos de intensa produção deste trabalho, vieram nos 'socorrer' e desempenhar o papel de 'mães' e 'avós'.

E finalmente uma gratidão muito especial à Juliana, que acompanhou cada parte deste trabalho, nas angústias, dúvidas e descobertas que foram sendo feitas, dando força para que ele fosse construído. E, além disto, pela revisão ortográfica.

Cabe ressaltar, contudo, que apesar da contribuição de todas essas pessoas, as análises e interpretações aqui contidas são de minha inteira responsabilidade.

Para **Juliana**, esposa e companheira no
processo de produção deste trabalho;
para **Gabriel**, filho que veio, dando-me
maior razão para viver.
Com esperança, dedico este trabalho.

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Do Liberalismo e sua diversificação.....	8
2. O Liberalismo e seus princípios norteadores.....	26
- Do individualismo, da propriedade e do estado.....	26
- O individualismo.....	28
- A propriedade.....	58
- O estado.....	68
3. O Liberalismo clássico, a privatização e o ensino.....	85
- Smith e a Riqueza das Nações.....	85
- Smith e a instrução ideal.....	193
- O Estado e o dever de instrução.....	105
4. O Neoliberalismo, a privatização e o ensino.....	117
- Neoliberalismo e Keynes.....	117
- Keynes: “seu tempo e sua hora”.....	119
- Keynes e a teoria econômica clássica: revolução ou complementação?	128
- Keynes: “desemprego, eficiência e liberdade”.....	140

- Keynes e a questão do ensino.....	151
5. O Neoliberalismo, a privatização e o ensino	157
- A crise do Welfare State e do keynesianismo e o ressurgimento do neoliberalismo	157
- Do “caminho da servidão” ao caminho da liberdade: Friedrich Hayek	168
- Liberdade econômica, iniciativa privada e mercado livre: Milton Friedman e Rose Friedman	178
- Neoliberalismo, ensino e privatização	190
- O neoliberalismo e a “razão cínica” na América Latina.....	203
Considerações Finais: Liberalismo, ensino e privatização	207
Bibliografia	222

INTRODUÇÃO:

A intenção primeira deste trabalho é discutir o liberalismo, o ensino e a privatização, a partir da contribuição dos clássicos da economia política o que, aliás, está explícito no próprio tema desta pesquisa.

O presente trabalho é de natureza teórica e seu objeto principal de análise é constituído por obras clássicas de autores da economia política. Tais obras foram escolhidas por serem reconhecidas como as mais importantes de cada autor, - tanto por aqueles que possuem concepções semelhantes quanto por seus críticos. Elas sedimentaram-se enquanto fundamento teórico-ideológico de uma dada realidade e também conseguiram ultrapassar o próprio tempo vivido por seus autores, o que faz delas obras clássicas.

Optamos pela leitura de clássicos da economia política não apenas em razão de que a questão da privatização, enquanto estratégia da iniciativa privada, se coloca como um elemento propulsor da discussão a ser empreendida aqui, como também por concordar com Saviani, quando ele afirma que

“os economistas burgueses, com os olhos voltados para as condições de desenvolvimento do processo econômico capitalista, alcançam uma visão que poderíamos considerar mais realista do que aquela propiciada pelos ideólogos da teoria política no que diz respeito ao significado da instrução.”¹

¹ Dermeval Saviani. 1991. p. 90. É importante ressaltar, no entanto, que em tal obra as conclusões do autor são diferentes das que aqui são sugeridas.

O liberalismo é considerado nesta pesquisa como expressão necessária do capitalismo e assim, tanto quanto este, também o primeiro se diversifica em razão das contradições próprias do capitalismo e tal diversificação é expressa, no plano ideológico, pelo que consideramos as derivações do liberalismo: o neocapitalismo e o neoliberalismo. Apesar da diversificação do liberalismo em seu processo histórico, certos princípios, no entanto, têm sido mantidos, permitindo-lhe a adequada recomposição e manutenção. Dentre estes princípios, o **individualismo**, a **propriedade privada** e o **Estado** (enquanto instituição de interesse privado, transvestida de bem público) permeados pelo interesse do capital serão discutidos aqui e nos permitirão não apenas compreender melhor o liberalismo, enquanto expressão necessária do capitalismo, como também perceber a privatização enquanto uma estratégia de recomposição da continuidade do sistema capitalista. Continuidade esta, por vezes, ameaçada pelas relações externas (como o socialismo real, por exemplo) e pelas condições contraditórias inerentes ao próprio sistema que favoreceram o surgimento de propostas heterodoxas no âmbito do próprio capitalismo (como o keynesianismo). Dado este processo, a privatização poderá ser entendida enquanto uma estratégia de recomposição e reafirmação dos princípios fundamentais do capitalismo tais como o **individualismo** e a **propriedade privada**, bem como o retorno ao desenvolvimento, pelo **Estado**, de tarefas consideradas imprescindíveis para este fim. Para compreender este processo, empreendemos uma discussão que se fundamentou em três momentos básicos e complementares: o liberalismo clássico, o neocapitalismo e o neoliberalismo.

Percorrendo o caminho da economia política de Smith a Friedman, enquanto justificativa teórico-ideológica do capitalismo concorrencial e do capitalismo desenvolvido, em fase de globalização, consubstanciada no liberalismo e neoliberalismo, poderemos constatar a afirmação do mercado e de suas leis próprias como o caminho necessário ao “desenvolvimento natural” da economia capitalista. Smith, enquanto liberal, explicitou a viabilidade de tal caminho que, embora desviado por Keynes (que para salvar o capitalismo, considerou indispensável a intervenção do Estado na economia), foi, contudo, retomado pelos neoliberais a partir de Hayek e Friedman.

A partir da contribuição de autores clássicos da economia política nos três momentos acima lembrados, e considerando a transposição que, por vezes, fazem de categorias próprias do âmbito da economia para o âmbito da educação e a referência que fazem a esta, principalmente no que diz respeito à sua relação com o Estado, pretendemos investigar qual a posição dos referidos autores sobre o ensino privado numa dada sociedade capitalista. Seria o ensino privado uma opção principal ou secundária em relação ao ensino público? Sendo uma opção principal, a privatização do ensino não poderia ser considerada uma consequência provável dentro da lógica deste processo?

Considerando-se a questão candente da privatização que toma corpo na sociedade de nossos dias, no âmbito das empresas e serviços estatais, como um caminho sem volta e, aceitando-se a tese de que, do ponto de vista da economia política, o ensino privado é considerado a regra ou opção principal e o ensino

público a exceção ou opção secundária, não se poderia vislumbrar a probabilidade da privatização atingir também o ensino? Se tal probabilidade existe, como ela poderia ser justificada a partir da economia política?

Talvez a partir de autores da Filosofia Política como Condorcet (1743-1794), Tocqueville (1805-1874), Stuart Mill (1806-1873), dentre outros, a tese contrária pudesse ser comprovada, ou seja, de que o ensino público na ideologia liberal poderia ser considerado a regra e o ensino privado a exceção.²

Os resultados de nossa pesquisa serão expostos aqui em duas partes fundamentais. Na primeira, que constará de dois capítulos, a partir de uma bibliografia pertinente, procuramos analisar o liberalismo enquanto expressão necessária do capitalismo e, ao fazê-lo percebemos que, tanto na caracterização que dele é feita quanto na própria denominação recebida no processo histórico, apresenta uma diversificação e que, apesar disto, mantém certos princípios fundamentais que poderão nos ajudar não só a compreendê-lo melhor como também a direcionar os rumos de nossa pesquisa. Tais princípios, permeados pelo interesse do capital, são o **individualismo**, a **propriedade privada** e o **Estado**.

² Elementos para a discussão desta afirmação podem ser encontrados em: José Silvério Baia Horta, "Planejamento Educacional". In: Dermeval Saviani et al. **Filosofia da educação brasileira**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987. p. 195-239. Dermeval Saviani, "A Educação Pública na Conjuntura Atual" In: **Educação e Questões da Atualidade**. São Paulo: Livro do Tatu: Cortez, 1991. p. 83-105. Zélia Leonel. **Contribuição à História da Escola Pública (Elementos para a Crítica da Teoria Liberal da Educação)** Campinas. Faculdade de Educação - UNICAMP. Tese de doutorado. 1994. Carlota Boto. "Condorcet e a escola democrática". In: **A Escola do Homem Novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da UNESP. 1996. (Encyclopaídeia). p. 109-151.

As questões pertinentes ao Liberalismo e sua diversificação serão discutidas no Capítulo I. Os princípios fundamentais e norteadores do Liberalismo serão tratados no Capítulo II.

Na segunda parte desta pesquisa procuramos analisar, nos três capítulos que a compõem, as derivações do liberalismo, a permanência dos princípios fundamentais apontados anteriormente e a privatização enquanto estratégia de manutenção de tais princípios e, em consequência, do próprio capitalismo. Além disto, o ensino entremeia tal discussão, o que nos possibilitará discutir a probabilidade de sua privatização. Tal probabilidade não tem aqui um caráter de profecia mas poderá ser justificada por se tratar de um processo em curso.

Nesta segunda parte da pesquisa faremos uso da contribuição de clássicos da economia política em três etapas distintas do capitalismo (o concorrencial, o monopolista e o capitalismo desenvolvido em processo de globalização). Etapas cujos correspondentes ideológicos são o liberalismo clássico, o neocapitalismo e o neoliberalismo.

No Capítulo III, centraremos a discussão pertinente a esta parte de nossa pesquisa na contribuição e perspectiva de Adam Smith o qual, tendo como referência o capitalismo concorrencial, será considerado aqui um representante ímpar do liberalismo clássico.

O Capítulo IV poderia ser considerado, no conjunto dos resultados aqui expostos, como um apêndice ou uma parte acessória que apesar de contínua às questões discutidas nesta parte da pesquisa, distingue-se pela forma ou posição como tais questões são tratadas. Neste Capítulo discutiremos as questões postas nesta parte do trabalho a partir das contribuições de Keynes, que tem como referência o capitalismo em sua fase monopolista onde o individualismo e a propriedade permanecem como princípios fundamentais, porém, o Estado adquire uma posição de interferência na economia e na promoção do emprego como condição necessária para salvar o capitalismo de suas crises cíclicas. Keynes será discutido aqui como representante do neocapitalismo e dele poderemos inferir alguns elementos sobre a questão do ensino.

Em razão da posição de Keynes sobre a necessária interferência do Estado, a privatização tanto no âmbito próprio da economia quanto também no campo da educação poderá ser parte de uma discussão a ser feita apenas a posteriori. Discussão esta possível de ser realizada em razão da própria existência das posições assumidas por Keynes que, de certa maneira, inspiraram políticas econômicas adotadas em países do ocidente.

No Capítulo V, empreenderemos uma discussão das questões postas nesta parte da pesquisa a partir das contribuições de Hayek, de Milton Friedman e de Rose Friedman. Estes autores, considerados neoliberais, buscam retomar e garantir o “curso normal” do funcionamento do mercado a partir de suas leis, tidas como naturais. Tal seria a garantia, inclusive, de continuidade do

desenvolvimento do capitalismo em sua fase mais avançada. E aqui, a estratégia da privatização bem como sua probabilidade no âmbito do ensino poderá encontrar seu momento privilegiado, buscando garantir a sobrevivência e permanência, mais uma vez, do capitalismo.

Finalmente, caberia talvez aqui um relato do percurso por mim percorrido na formulação desta pesquisa. Tinha inicialmente o tema, que surgiu da constatação da presença e atualidade candente do problema da privatização não apenas nos países da América Latina como também nos países capitalistas mais desenvolvidos. Países que se organizam a partir do modo de produção capitalista, cuja ideologia subjacente é o liberalismo. Liberalismo que tanto quanto o capitalismo tem apresentado historicamente diversificação e mesmo derivações, embora mantendo (no caso daquele) certos princípios como eixos norteadores: **individualismo, propriedade privada e o Estado, como privado**. Princípios estes permeados pela presença e acúmulo do capital. Ora, a partir do tema *Liberalismo, privatização e ensino*, busquei empreender leituras, optando por autores da economia política clássica tendo no tema a referência principal. E ao final deste processo é que foi possível explicitar a tese. Tal foi o caminho percorrido: preocupações iniciais, delimitação do tema e do objeto, leituras que contemplaram as preocupações explicitadas no tema e no objeto para, finalmente, poder perceber e explicitar a tese. Assim, esta foi se manifestando e tornou-se explícita ao final do processo de produção desta pesquisa.

DO LIBERALISMO E SUA DIVERSIFICAÇÃO:

A diversificação é um elemento que tem marcado presença de maneira constante na história do liberalismo. Ela aparece principalmente na caracterização que dele é feita e na própria denominação que ele recebe.

Em estudos sobre o liberalismo, a diversificação tem sido apresentada, por vezes, como uma dificuldade para compreendê-lo e até mesmo responsável por interpretações que consideram o liberalismo como algo acabado, circunscrito ao passado e sem derivações no presente. Consideramos, contudo, que, apesar da diversificação presente em sua história, o liberalismo tem tido uma capacidade de regeneração admirável. Isto, até que suas possibilidades não se esgotem juntamente com as possibilidades do próprio capitalismo para se manter, pois, como veremos, ambos mantêm uma relação constante de reciprocidade.

A diversificação na caracterização do liberalismo foi um dos aspectos que nos chamou a atenção ao tomarmos contato com a bibliografia referente a ele. Isto se deu a partir da comparação de alguns autores considerados de perspectivas diferentes no trato do liberalismo ou seja: os propriamente liberais e os que apresentam uma perspectiva crítica em relação a ele.

É comum em autores reconhecidos como liberais, tais como: Norberto Bobbio (1988; 1989), José Guilherme Merquior (1991) e Roberto Campos (1991), considerar o liberalismo, de forma prioritária, enquanto uma doutrina.

Norberto Bobbio, além de considerar o liberalismo enquanto doutrina que cada vez mais se concentra na defesa da economia de mercado, na liberdade de iniciativa econômica e correspondente tutela da propriedade privada, afirma que na acepção mais comum ele pode ser entendido também como

"uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos social."¹

Merquior, além de considerar o liberalismo como doutrina, fala de "credo liberal", "teoria liberal", e até mesmo de uma "cosmovisão", sem contudo deixar transparecer um certo triunfalismo em relação a ele, o que, aliás, segundo este autor, deve ser evitado, uma vez que o liberalismo aprendera "coisas importantes com o desafio de ideologias rivais".

Campos, um pouco mais entusiasta e tendo em vista os recentes acontecimentos do leste europeu em 1989, trata o liberalismo, no Prefácio ao livro de Merquior, como "doutrina vitoriosa" e chega a considerá-lo como candidato, sem outras alternativas, à condição de "ideologia universal". E, segundo este autor, "restam poucas dúvidas de que esse formato político-social se consolide neste fim de milênio", até mesmo por exclusão, pois, para ele o socialismo real trouxe "terror e ineficiência econômica"; o fundamentalismo

¹ Norberto Bobbio. 1988. p.7.

islâmico, "violência e pobreza"; o populismo nacionalóide, "um rosário de fracassos".²

Ora, vale ressaltar que o conceito de doutrina pode expressar não só um conjunto de princípios que servem de base para um sistema político, filosófico (como poderia ser o caso do liberalismo), ou mesmo para um sistema religioso e científico; como também, regra, preceito ou norma a serem seguidos. Neste sentido último, a doutrina adquire um caráter sagrado e um sentido de missão a ser cumprida por seus adeptos que não vislumbram outras alternativas de organização econômica-política-social senão aquela que seguem. Para Roberto Campos, por exemplo, o liberalismo, mais que uma fórmula política, "é uma convicção".

Uma certa perspectiva crítica em relação ao liberalismo (apesar da postura teórica idealista e da amplitude demasiada de sua concepção, conforme assinalou Luiz Pereira) pode ser encontrada em Laski, na sua obra: *O Liberalismo europeu* (1973). No desenvolvimento desta obra o autor não deixa explícita sua opção liberal; reconhece, no entanto, que o triunfo do liberalismo representou "um real e profundo progresso", significando "uma das mais benéficas revoluções da história". Apesar de introduzir em sua análise elementos sobre "relações produtivas", "forças de produção" e "condições materiais" daí advindas, Laski considera, em grande parte de sua obra, o liberalismo como um "espírito informador dos hábitos das instituições". O "espírito capitalista" se impõe na luta

² Roberto Campos. Prefácio. In: José Guilherme Merquior. 1991. p. 6.

contra os espíritos arraigados nos hábitos e instituições existentes, dando, assim, uma impressão de "luta de espíritos" no processo de afirmação das condições materiais do capitalismo.

Na obra de Laski aqui lembrada, o Liberalismo é considerado ora como uma doutrina, ora como uma filosofia, ou ainda, como um "modo de vida" e como "teoria de Estado". No início desta obra, o autor trata o liberalismo como "a mais importante doutrina da civilização ocidental", o que justificou, inclusive, o fato de ter escrito o seu ensaio sobre este tema. Ao analisar sobre o liberalismo no século XVII, Laski assinala que ao final deste a "filosofia liberal" tinha já os seus fundamentos definidos, destacando ainda que, neste século, através das experiências vividas de forma predominante pela Inglaterra, o liberalismo, como "modo de vida" e como uma "teoria de Estado", também já tinha definido suas linhas gerais.

Se considerarmos, contudo, os autores que apresentam uma perspectiva crítica em relação ao liberalismo, a partir de uma fundamentação ou de uma inspiração no materialismo histórico, o termo predominante que utilizam para caracterizá-lo é o de ideologia. Dentre esses autores podemos incluir alguns que, ao tratarem do liberalismo, consideram referência de suas análises a questão da educação, tais como: Jether Pereira Ramalho (1976), Mirian Jorge Warde (1984), José Silvério Baia Horta (1987), Dermeval Saviani (1991).

Jether Ramalho, ao se referir ao liberalismo, além dos termos “ideologia” e “teoria”, fala de “filosofia liberal” e de “doutrina liberal” (como ideologia). Baia Horta, por sua vez, além de caracterizá-lo como ideologia utiliza também os termos “teoria liberal” e “visão liberal”.

Mirian Warde, não aceitando o fato de que as ideologias pós-liberais possam ser consideradas como “manifestações do fim da ideologia”, afirma a perspectiva de que:

“mesmo tendo se alterado a ‘ordem liberal’ (as condições materiais do capitalismo na fase concorrencial), o liberalismo permace como *Weltanschauung* que se expressa através da ‘filosofia dos filósofos’ e da ‘filosofia dos dirigentes’ mas se expressa fundamentalmente através da ‘filosofia das massas’ (senso comum)”.³

Tal afirmação tem como ponto de partida uma categorização apresentada por Vachet que busca sintetizar as várias definições do liberalismo como *Weltanschauung*, filosofia e sociologia. A posição de Mirian é também assumida por Baia Horta que, tendo como referência a educação, afirma:

“mesmo após este declínio da ideologia liberal, subsiste uma visão liberal da educação, que pode ser conservadora ou até mesmo progressista e modernizante, conforme as circunstâncias. Baseada nos princípios fundamentais do liberalismo e centrada no indivíduo, esta visão enfatiza a idéia de sucesso individual e de mérito, determinados pelo esforço e pelo trabalho de cada um”.⁴

³ Mirian Warde. 1984. p. 27-8.

⁴ José Silvério Baia Horta. 1987. p. 206.

Dermeval Saviani ao detectar os três momentos básicos do desenvolvimento ideológico da sociedade burguesa - o humanismo renascentista, a Reforma protestante e o iluminismo -, refere-se ao liberalismo como sendo "a ideologia por excelência da burguesia". Esta, ao passar por esses momentos apontados por ele, assume a

"sua forma plena, permitindo fundar, sobre a base do indivíduo autônomo, isto é, livre porque proprietário, a organização social, justificando-a racionalmente".⁵

A diversificação também se faz presente na denominação recebida pelo liberalismo em seu processo histórico. Merquior (1991), por exemplo, ao escrever sobre o liberalismo antigo e moderno e tendo como fundamento os obstáculos que se apresentam à liberdade, bem como as várias definições que se tem dela, fala de "liberalismo clássico", de "liberalismos conservadores", dos "novos liberalismos" e "neoliberalismos". Mirian Warde, em sua tese de doutorado (1984), partindo do princípio de que o liberalismo "é expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista", trata não só do "liberalismo clássico" como também do "liberalismo de transição" e do "liberalismo multifacetado". Baia Horta (1987), seguindo os passos de Luiz Pereira (1977) - o qual pretende propor elementos teóricos para se compreender a supra-estrutura do modo de produção capitalista em geral, dando uma atenção especial, porém, para a denominada região jurídico-política dessa mesma supra-estrutura em sua etapa contemporânea -, identifica a ideologia liberal como correspondente à etapa concorrencial do capitalismo e a ideologia neocapitalista

⁵ Dermeval Saviani, 1991. p 87.

como correspondente ao capitalismo monopolista. Cabe lembrar que, tanto a etapa concorrencial como a monopolista, correspondem a etapas da fase de reprodução ampliada do modo de produção capitalista.⁶

Tendo em vista os elementos apontados até aqui, podemos perguntar: qual o significado da diversificação constatada sobre o liberalismo? Tal diversificação implica também numa diversificação do conteúdo de que ele é constituído? Se isto de fato ocorre, qual o motivo? Ocorrendo a diversificação na caracterização, na denominação e no conteúdo, como é possível definir o liberalismo?

Na busca de respostas a tais questões, é importante ressaltar inicialmente um elemento que permeia todas elas, ou seja, o fato de que a diversificação na caracterização ou mesmo na denominação do liberalismo pode ser explicada, como sugere Warde, a partir de sua compreensão enquanto “expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista”. Ora, enquanto ideologia que se pretende universal, o liberalismo em sua denominação e conteúdo não revela verdadeiramente o movimento que de fato deveria expressar, qual seja: o do próprio capital dentro do modo de produção capitalista. Assim, o termo varia na medida em que se modifica o movimento do capital que reflete e que pode ser captado no conteúdo modificado do próprio liberalismo.

⁶ Em sua obra *Capitalismo: notas teóricas* (1977), ao tratar do liberalismo e neocapitalismo, Luiz Pereira faz uma ‘remanipulação’ da contribuição de autores tais como: Bettelheim, Paulantzas e Laski, para a ideologia liberal; bem como de Bruno Trentin para a ideologia neocapitalista. O autor escolhe esta via ciente das orientações teóricas dispares e “apesar da variação quanto ao ‘peso’ dessas contribuições” (p. 42).

Outros elementos poderão ser buscados na própria literatura sobre o liberalismo, principalmente a referida neste trabalho. A partir de pontos convergentes e divergentes nesta literatura buscaremos explicitar outros elementos que contribuam para nossa análise.

No que se refere aos aspectos convergentes presentes na referida literatura é importante ressaltar, inicialmente, que eles existem, independentemente da diversificação constatada na caracterização que dele é feita ou mesmo das perspectivas diferentes de análise assumidas pelos autores. Dois aspectos serão aqui mencionados para ilustrar tal constatação: - a íntima relação que se estabelece entre liberalismo e capitalismo, e - a descontinuidade no processo de afirmação do liberalismo.

No que diz respeito ao primeiro aspecto lembramos, por exemplo, Roberto Campos, Harold Laski e Mirian Warde que, a partir de perspectivas diferentes de análise, explicitam tal relação.

Roberto Campos, enfático defensor do liberalismo, chega mesmo a identifica-lo com o capitalismo ao afirmar, por exemplo, que até o surgimento do marxismo, “o liberalismo dera ao mundo quase um século de prosperidade econômica...”.⁷ Na realidade, há que se ressaltar que, se houve prosperidade econômica, ela pode ter sido resultado do processo produtivo desenvolvido no

⁷ Roberto Campos. Prefácio. In: José Guilherme Merquior. 1991. p. 4.

capitalismo e, quando muito, auxiliado pela ideologia que lhe dava sustentação, ou seja, o liberalismo.

Laski, por sua vez, ao considerar o liberalismo como uma nova ideologia que se ajustou ao novo mundo e à nova sociedade da época moderna, busca identificar a essência desta última. Ao fazê-lo, explicita a relação entre liberalismo e capitalismo uma vez que, para ele, tal essência pode ser encontrada em primeiro lugar na “redefinição das relações produtivas entre os homens”. Esta redefinição se deu, segundo Laski, através do “espírito capitalista” que a partir do final do século XV começou a atingir o espírito dos homens. A busca da riqueza pela riqueza passou a ser o alvo principal da atividade humana. As instituições e idéias existentes até então, carregadas de uma moralidade imposta pelo poder religioso medieval, tornaram-se empecilhos na realização de tal objetivo. E, conforme afirma Laski,

“eram necessárias novas concepções que legitimassem as novas potencialidades de riqueza que os homens haviam descoberto, pouco a pouco, nas eras precedentes. A doutrina liberal é a justificação filosófica das novas práticas”.⁸

Vale dizer, práticas capitalistas que começaram a ser instauradas. E o liberalismo enquanto justificação filosófica estava, segundo Laski, “inconfundivelmente vinculado à classe proprietária”.

⁸ Harold J. Laski. 1973. p. 15.

Mírian Warde, inspirada pelo materialismo histórico, apresenta uma perspectiva crítica sobre o liberalismo e, ao alertar para o risco de imputar a ele a “condição de chave explicativa” ou “sésamo mágico capaz de revelar todos os segredos da Idade Moderna”, afirma algo que é fundamental para explicitar a relação a que nos referimos anteriormente, ou seja, para esta autora, é certo

"que qualquer esforço de compreensão das formações sociais dominadas pelo capitalismo, das formas de pensamento que nasceram dentro delas para referendar ou negar suas bases estruturais, deve implicar na apreensão crítica do liberalismo que nasceu com o capitalismo, justificando-o e dirigindo sua plena consolidação. E, mais do que isso, deve implicar na admissão de que o liberalismo surgiu como expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista, não só na fase de estruturação e consolidação - na qual o liberalismo foi imposto como visão de mundo através da qual a burguesia dirigiu o processo de luta contra a antiga ordem e de construção da nova - como também nas fases seguintes, de crescente expansionismo, nas quais a burguesia precisou de disponibilidade subjetiva para que o capitalismo fosse aceito como natural e necessário, identificado a progresso, desenvolvimento, democracia, liberdade, etc..."⁹

Assim, existindo o capitalismo, deve existir também o liberalismo, mesmo que em suas formas derivadas, uma vez que historicamente não foram ainda superados. Tais derivações constituem apenas certas remodelações às condições históricas do capitalismo em etapas diversas e por vezes adversas que, no entanto, não foram ainda suficientes para a sua superação e que, portanto, necessitam de justificação.

O outro aspecto a ser considerado na literatura sobre o liberalismo, principalmente na referida neste trabalho, diz respeito ao fato de que ele se

⁹ Mirian Jorge Warde. 1984. p.25-6.

manifesta de forma descontínua, que se diversifica num processo não linear. A constatação de tal diversificação, embora comum às várias análises sobre o liberalismo, tem, contudo, uma fundamentação diferenciada conforme a perspectiva assumida pelos autores.

Merquior, ao analisar o Liberalismo antigo e moderno, aponta a sua diversificação através do liberalismo clássico, dos liberalismos conservadores, dos novos liberalismos e dos neoliberalismos; e assinala que

“no decurso de três séculos, o liberalismo enriqueceu-se verdadeiramente em temas e tópicos, mas o enriquecimento da doutrina liberal raramente foi um processo linear”. Após ter perpassado em sua análise os três séculos da presença liberal, reafirma a existência de uma “impressionante variedade dos liberalismos: há vários tipos históricos de credo liberal e, não menos significantes, várias espécies de discurso liberal”.¹⁰

Embora por caminhos diferentes, Ramalho também constata que a ideologia liberal

“não se apresenta como um corpo uniforme de idéias e nem os seus elementos característicos se destacam da mesma forma, em todos os momentos da história”.¹¹

E como é próprio da ideologia, o liberalismo vai acentuando um ou outro de seus aspectos e “se representando através de formas éticas e de instituições”.

Com perspectiva semelhante à de Ramalho, Mirian Warde também constata que o liberalismo teve uma história descontínua e, enquanto tal,

¹⁰ José Guilherme Merquior. 1991. p. 35 e p. 221.

¹¹ Jether Pereira Ramalho. 1976. p. 41.

“ele não foi sempre o mesmo ao longo do seu processo de estruturação e expansão; não desempenhou sempre o mesmo papel; seus significados se alteraram, principalmente no que diz respeito aos diferentes processos de penetração do capitalismo nas diferentes formações sociais”.¹²

O surgimento do liberalismo se dá, segundo Laski, em meio às novas condições materiais que possibilitaram o aparecimento de novas relações sociais. E, buscando traçar, em linhas gerais, a história das forças que fizeram do liberalismo uma doutrina coerente, Laski lembra que este processo nunca foi direto e muito poucas vezes consciente. A genealogia das idéias que foram constituindo o liberalismo está longe de ser uma linha reta. Para ele,

“no desenvolvimento do liberalismo participaram bafejos de doutrina tão diversos em suas origens que é difícil a clareza e talvez inatingível a precisão.”¹³

Ora, apesar da constatação da diversificação do liberalismo enquanto realização histórica, feita através de perspectivas diferentes de análise pelos autores aqui lembrados, é interessante notar as diferentes justificativas que estes dão para o mesmo fato. Para Merquior, por exemplo, tal diversidade parece decorrer principalmente de duas fontes:

“Em primeiro lugar, há diferentes obstáculos à liberdade; o que assustava Locke - o absolutismo - já não era obviamente o que assustava Mill ou, ainda Hayek. Em segundo lugar, há diferentes conceitos de liberdade, o que permite uma redefinição periódica do liberalismo.”¹⁴

¹² Mirian J. Warde. 1984 p. 24.

¹³ Harold J. Laski. 1973. p. 10.

¹⁴ José Guilherme Merquior. 1991. p. 221.

Ramalho, por sua vez, acentua que o liberalismo não se constituiu em um corpo bem definido de teoria e prática, uma vez que

“os intervenientes dos momentos históricos e das formações sociais concretas vão oferecer-lhe nuances, ‘versões’, reinterpretações, que, mesmo não contradizendo seus princípios básicos, acentuam, privilegiam um dos seus aspectos. E como a ideologia liberal legitima um certo modo de produção, e como este mesmo modo de produção apresenta etapas e variâncias diversas, teria que haver uma certa flexibilidade (sem quebra dos fundamentos) nas justificativas apresentadas”.¹⁵

Sobre este aspecto, Mirian Warde caminha em direção semelhante a da análise de Ramalho quando, ao considerar o liberalismo como “expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista”, constata o fato de que a história do liberalismo tem sido descontínua. A partir de tal constatação, ela afirma a tese de que a descontinuidade do liberalismo se dá em razão da própria continuidade do capitalismo. E acrescenta que, por vezes, a não compreensão deste processo, tem possibilitado interpretações que consideram o liberalismo ou como algo morto, ou como algo definitivo.

Laski, ao comentar sobre a constituição do liberalismo, salienta que

“o impacto inconsciente dos eventos foi, pelo menos, tão responsável quanto o esforço deliberado dos pensadores na configuração do clima mental que o tornou possível”. E acrescenta justificando: “os descobrimentos geográficos, a nova cosmologia, as invenções tecnológicas, uma metafísica renovada e secular e, sobretudo as novas formas de vida

¹⁵ Jether Pereira Ramalho. 1976. p. 39 e 160.

econômica, tudo isso contribuiu para a formação das idéias propulsoras do liberalismo".¹⁶

Além da descontinuidade no processo de afirmação do liberalismo, evidenciada pelos autores aqui destacados, cujas justificativas diferiram conforme a perspectiva de análise assumida por cada um deles, valeria a pena assinalar que algo semelhante ocorre na constatação de expressões diferenciadas do liberalismo em sociedades onde ele teria exercido o papel de matriz da ideologia do capitalismo que se instaurara. São exemplos disto a Inglaterra, França e Alemanha. Warde considera que as variações do liberalismo nestas sociedades

"cruza, necessariamente, com a questão da correlação de forças nessas formações e conseqüentemente, dos diferentes potenciais de fogo do proletariado e da contra-revolução (no século passado) e do proletariado e do fascismo (nesse século) e a isto, com certeza, a ideologia não ficou alheia."¹⁷

Merquior, por sua vez, identifica, nestes países, escolas diferenciadas, dando destaque, como ressalta Roberto Campos, para a diferença vocacional de seus teóricos.

"Os liberais ingleses eram principalmente economistas e filósofos morais (Adam Smith e Stuart Mill), os liberais franceses, principalmente historiadores (Guizot e Tocqueville) e os liberais alemães, principalmente juristas. Na teoria inglesa, liberdade significaria independência; na francesa autogoverno; na alemã, auto-realização."¹⁸

Se por um lado, a relação entre liberalismo e capitalismo, e a diversificação do liberalismo no processo de sua afirmação constituem aspectos convergentes na

¹⁶ Harold J. Laski. 1973. p. 10.

¹⁷ Mirian J. Warde. 1984. p. 47.

¹⁸ Roberto Campos. Prefácio. In: José Guilherme Merquior. 1991. p. 9-10.

literatura sobre ele, há que se considerar, por outro lado, a existência também de pontos divergentes nas análises. Um, que para nós é significativo e que será aqui mencionado, é a consideração do papel e significado da classe trabalhadora na constituição do liberalismo dentro do processo de afirmação capitalista.

Os liberais não dão um peso significativo a tal presença, consideram-na secundária. E por conceberem o liberalismo, predominantemente, enquanto doutrina, escamoteiam aquilo que os críticos de inspiração materialista histórica explicitam, ou seja, o fato de ser o liberalismo inseparavelmente ligado a interesses de classe, e da classe burguesa que, contudo, busca se impor apresentando seus interesses como sendo de caráter universal.

No processo de realização da hegemonia do liberalismo nas relações sociais, a sua diversificação pode ser considerada um fator importante e até mesmo estratégico, embora não intencional. E tal diversificação tem ocorrido, inclusive, como resultado das lutas empreendidas pela burguesia. Ora, há que se lembrar que um dos polos centrais desta luta na sociedade capitalista é a classe trabalhadora que, em seu processo de constituição e afirmação político-ideológica, se impõe a partir dos interesses dos trabalhadores, procurando integrá-los e defendê-los, diante da burguesia que, em conseqüência, reconhece a classe trabalhadora como interlocutora necessária, o que justifica, inclusive, a existência da primeira enquanto classe dominante.

Se por um lado, Merquior fala de “obstáculos à liberdade” para justificar a diversificação do liberalismo, por outro lado, Mirian Warde considera o surgimento do proletariado, enquanto classe em condições de autonomia político-ideológica, como um fator importante para se compreender a rearticulação do liberalismo durante o século XIX. Rearticulação que se dá através de novos temas e teses resultantes do processo de luta entre a burguesia e a nova classe emergente. Tal situação, segundo Warde, não é peculiar do século XIX; também em meados do século XX, entre as décadas de 30 e 50, o liberalismo se rearticula novamente diante da ameaça da internacionalização da luta proletária.¹⁹ O papel da classe trabalhadora desempenhado na defesa dos interesses de classe exigiu, em consequência, um rearranjo necessário do liberalismo para sua permanência e hegemonia.

Assim, pois, a consideração da presença da classe trabalhadora em seu processo de afirmação de autonomia político-ideológica é um elemento importante, sob a perspectiva crítica do materialismo histórico, para se compreender a presença do liberalismo, sua diversificação e rearticulação no movimento da história na direção, ainda, da consolidação do capitalismo.

Ora, a partir destas observações e contribuições preliminares, uma questão se impõe como necessária a uma pesquisa sobre liberalismo, qual seja, a de sua definição. Afinal, de que liberalismo se trata? Como defini-lo? É necessário fazê-lo? E ainda, como adequá-lo aos propósitos deste trabalho?

¹⁹ Mirian J. Warde. 1984. p. 12 e 45

Em razão da diversificação do liberalismo, é comum tanto entre autores liberais quanto entre seus críticos considerar a dificuldade de sua definição. Ora, mesmo levando em conta tal dificuldade, talvez fosse conveniente considerar a própria diversificação, presente de forma constante na história do liberalismo, como um elemento fundamental para a sua compreensão.

Entre os autores liberais, Merquior, por considerar o liberalismo um fenômeno histórico que envolve muitos aspectos e que reflete a diversidade da história moderna e também a variedade de formação e motivação de seus pensadores, afirma que “é muito mais fácil - e muito mais sensato - descrever o liberalismo do que tentar defini-lo de maneira curta”.²⁰

Laski, por considerar o liberalismo tanto um “hábito mental” como um “corpo de doutrina”, afirma que além de não ser fácil descrevê-lo também não o é defini-lo.

Mirian Warde, por sua vez, considera difícil fazer uma caracterização sintética do liberalismo em razão da descontinuidade constatada em seu processo histórico.

Dada a dificuldade para defini-lo e considerando a diversificação como uma de suas partes constitutivas, que elementos poderemos considerar importantes para a discussão que se pretende empreender nesta pesquisa?

²⁰ José Guilherme Merquior. 1991. p. 15.

Tanto quanto a diversificação (que está presente nos elementos que serão aqui apontados), consideramos que o **individualismo**, a **propriedade privada** e a presença do **Estado** (permeados pela relação com o capital), são indispensáveis para a compreensão do liberalismo e para os fins a que se destinam a presente pesquisa. Tais elementos, poderão não apenas contribuir para uma adequada compreensão do liberalismo, dentro das diversificações que ele apresenta, como para entendermos a questão da privatização como uma estratégia de preservação do capitalismo, já que também consideramos o liberalismo e suas derivações como expressões historicamente necessárias do próprio capitalismo.

O LIBERALISMO E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES:

- Do Individualismo, da Propriedade e do Estado.

Os elementos que serão aqui abordados, embora dispostos separadamente para melhor discorrer sobre eles, não devem ser compreendidos de maneira isolada, pois, possuem entre si um caráter relacional. Tais elementos, apesar de não serem os únicos, serão aqui considerados os mais importantes para os fins a que se destina a presente pesquisa.¹ Devem ser considerados não de maneira abstrata, mas como que abstraídos de uma realidade concreta de constituição e desenvolvimento de uma sociedade capitalista já que o liberalismo está ligado a ela de forma imprescindível, não podendo, pois, ser compreendido fora dessa ligação.

A realidade a partir da qual os referidos elementos serão abstraídos é constituída de grandes transformações, impulsionadas, todas elas, pelas transformações no modo de organização da produção material da existência humana. Das contradições internas do modo de produção feudal surgiram novas condições materiais desta existência, as quais eram quantitativa e qualitativamente melhores e, portanto, de um nível mais elevado se comparadas às condições anteriores. Tais condições foram propiciadas pelo surgimento do

¹ Cabe lembrar aqui que tanto Luiz Antônio Cunha (1980) quanto José Silvério Baia Horta (1987), embora com objetivos diferentes dos propostos nesta pesquisa, trataram de princípios semelhantes ao analisar o liberalismo. Cunha, para analisar a educação e o desenvolvimento social, considerou como princípios gerais do liberalismo: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. Baia Horta, por sua vez, preocupado com a questão do planejamento educacional e fundamentando-se em Vachet, considerava como categorias básicas da ideologia liberal: o individualismo, a liberdade, a igualdade, a propriedade e uma nova concepção de justiça.

capitalismo e se manifestaram através de vários campos da sociedade que assim se constituía como moderna, a saber: na economia, na política, no social, na ciência, na religião.

É importante ressaltar aqui dois aspectos que atingem diretamente os elementos a que nos referimos anteriormente e que nos permitem compreendê-los de uma forma mais adequada, bem como a abrangência que adquiriram no contexto social. O primeiro diz respeito ao caráter de *universalidade abstrata* de que foram constituídos e, o segundo, também relacionado a este e sendo-lhe complementar, consiste no caráter de *sedução* que lhes é peculiar. Ao salientarmos este último aspecto, podemos nos reportar à Renato Janine Ribeiro quando, ao comentar uma das pistas mais ricas para se pensar a concepção marxista de ideologia enquanto encenação do social, afirma que

“é preciso salientar na ideologia seu caráter espetacular: o fato de que desenha uma imagem da sociedade, tal como esta se deve dar a ver, e de que portanto ela tem como fator essencial a sedução”.²

Ora, pela universalidade com que estes elementos a que nos referimos se apresentam, todos os homens são como que neles incluídos. Todos são considerados proprietários e cidadãos. E, pelo caráter sedutor que tais elementos possuem, todos os homens se sentem por eles envolvidos tendo-os como partes essenciais de suas necessidades vitais. É necessário e imprescindível ao homem moderno ser abarcado por tais elementos de maneira tal que o indivíduo, o

² Renato Janine Ribeiro. 1991. p. 11

proprietário e o cidadão adquiram um caráter valorativo sem precedentes na história. Vejamos pois como estes elementos foram sendo constituídos e ao mesmo tempo constituindo o arcabouço ideológico liberal.

O individualismo:

O individualismo pode ser considerado como uma das principais características da sociedade a partir da modernidade. É praticamente consenso entre pensadores considerar a modernidade como processo de emancipação do indivíduo, principalmente no âmbito religioso e econômico. Sendo que a sociedade moderna organizou sua produção material de forma predominante a partir do modelo capitalista, o individualismo, como considera Laski, torna-se a essência da revolução capitalista, e como tal, é também um elemento fundamental do liberalismo, pois, este, ao fazer uso dele, adquire força que o conduz à aceitação. Isto pode ser percebido, principalmente, se considerarmos o caráter de universalidade e de sedução que são conferidos ao princípio do individualismo uma vez que, desta maneira, toca e impulsiona o desejo do homem na direção de sua emancipação e autonomia. Assim, a concretude do individualismo pode ser percebida a partir de sua manifestação na emancipação do chamado *homem moderno* em vários campos da atividade humana, principalmente na religião e na economia política, aos quais daremos destaque nesta pesquisa.³

³ Há que se lembrar que o individualismo se fez presente também no campo do saber científico, através da valorização da razão e da possibilidade do pensar livremente o que corroborou de maneira significativa para o processo de transformações ocorridas na sociedade moderna.

No campo da religião é necessário lembrar aqui a Reforma, enquanto um movimento de cunho teológico que desenvolveu um papel relevante no processo de emancipação do indivíduo. Tal emancipação pode ser considerada, no entanto, como faz Laski, um elemento secundário dentro dos objetivos do referido movimento. Isto porque os reformadores, em sua revolta contra a hegemonia papal, não buscavam emancipar o indivíduo de tal controle

“com o objetivo de fazer da busca de riqueza pela riqueza o princípio cardeal da ação social; emanciparam-no, outrossim, para que pudesse tornar-se, assim pensavam, um melhor cristão. Não havia um só entre os líderes reformistas que não houvesse encarado com repugnância qualquer declaração clara dos princípios de uma sociedade liberal”.⁴

Assim, em relação à instauração desta nova sociedade, os reformadores podem ser considerados, contraditoriamente, conservadores. Isto porque, embora não estivessem empenhados de maneira prioritária na instauração de tal sociedade, os reformadores puderam, ao lutar contra determinados princípios religiosos arraigados e determinantes na vida das pessoas, contribuir para que a nova ordem social fosse instaurada.

Dois elementos devem ser lembrados aqui como importantes contribuições da Reforma na constituição de uma nova ordem social na qual este movimento atuou, dando um reforço ao individualismo, ainda que de forma indireta. O primeiro diz respeito ao fato de que o movimento reformista apregoava a ligação

⁴ Harold J. Laski. 1973. p. 23. Laski lembra que no século XVII, quando a idéia de vocação foi contaminada pelo ‘espírito capitalista’ a nova sociedade já contava com cento e cinquenta anos de existência influenciando tanto católicos quanto puritanos. Assim, considera que Weber e seus discípulos cometeram ‘um grave anacronismo em sua ânsia de provar uma teoria’.

direta entre o fiel (indivíduo) e Deus, sem haver, portanto, necessidade de intermediários. Ora, tal contato se fazia, principalmente, através da 'palavra de Deus' presente nas sagradas escrituras. Assim, se estimulava o fiel a ler e interpretar por si mesmo a bíblia sem as interferências da hierarquia católica, suas doutrinas e dogmas. Num mundo em que, até então, tais interferências guiavam principalmente os corações e também as mentes das pessoas, o indivíduo (fiel) começou a adquirir, a partir daí, um espaço significativo de liberdade que iria refletir em outros campos que não o propriamente religioso. Aliás, é necessário lembrarmos que o poder religioso católico, através da Igreja, exerceu sua influência de forma marcante sobre os demais campos da sociedade, servindo, inclusive, como fator de coesão social, durante o longo período da Idade Média que findava.

O outro aspecto a ser considerado aqui diz respeito a não aceitação da indolência e a consideração, entre os reformistas, de que a riqueza ou a pobreza eram dons de Deus e uma oportunidade de 'graça'. Ao não estimular a indolência, os reformadores abriam possibilidades para a nova perspectiva de valorização do trabalho e para, através dele, se adquirir e mesmo acumular riquezas.

Ora, ao propagar tais idéias, os reformadores, embora não desviassem dos princípios da vida cristã, buscavam renová-los e, ao fazê-lo, encontravam eco nas próprias transformações em curso por esta época, principalmente, no que se

refere ao modo de organização da produção material. Neste sentido, Laski ressalta que

“o que deu à Reforma a sua importância para a doutrina social foi o fato de estar sincronizada com o grande deslocamento econômico do seu tempo e ter sido, em parte, por ele causada”.⁵

A Reforma, enquanto movimento religioso, ao valorizar o fiel (indivíduo) contribuiu de maneira decisiva para a quebra do monopólio do poder religioso existente, o qual se fundamentava na instituição, na doutrina e nos dogmas católicos. Neste contexto, o indivíduo era tido como impessoal, indeterminado e subjugado a rígidos valores morais que a todos guiavam em direção a uma vida eterna que era prometida aos bem-aventurados. Estes, assim eram considerados por conseguirem realizar, na terra, o plano de um Deus providência, revelado através das sagradas escrituras. A percepção e interpretação de tal plano passava necessariamente pelo crivo da Igreja que, enquanto instituição religiosa, se impunha, através de seus membros e dogmas, como única e legítima representante de Deus na terra.

O poder exercido pela Igreja contribuiu, de certa forma, para uma coesão social que estava, porém, limitada pela imposição de valores morais da doutrina católica. A força destes valores se materializava através da força da própria instituição que se organizava de forma rígida e hierárquica, tendo em seu cume a figura do papa. Os reformadores, ao insurgirem, não se opuseram aos valores

⁵ Harold J. Laski. 1973. p. 25-6.

cristãos, mas à organização institucional hierárquica que os impunha de maneira a privilegiar a instituição. Ora, a luta contra a instituição e seu modo de agir, só pôde obter êxito pela inversão da própria organização institucional, amparada, assim, na força do fiel (indivíduo). E sob este aspecto a Reforma também revela um caráter de sedução, não retirando os valores morais e cristãos, mas valorizando o fiel (indivíduo) na vivência destes mesmos valores e aproximando-o, sem intermediários, do próprio Deus. Tal aproximação contribuiu, em certa medida, para engrandecer o homem de maneira que, extrapolando o campo propriamente religioso e eliminando os obstáculos postos por este sobre os demais por longos anos, o homem (indivíduo) pôde ir, liberto, em direções nunca antes conquistadas.

Uma dessas direções seguidas perpassou a economia política do século XVIII⁶ na qual o princípio norteador de valorização do indivíduo atingiu conseqüências fundamentais e avassaladoras, no sentido de se pretendem definitivas. Tal princípio se pautava na crença de que os interesses e as vantagens particulares propiciariam o bem público.

O caminho de afirmação de tal princípio foi longo e representou uma vitória sobre o pensamento inspirado tanto nos moralistas antigos quanto nos medievais. Aliás, é necessário lembrar que

⁶ Segundo Marx, em sua obra *O Capital*, "originalmente, dedicavam-se à economia política filósofos como Hobbes, Locke, Hume; homens de negócios e estadistas como Thomas Morus, Temple, Sully, de Witt, North, Law, Vanderlint, Cantillon, Franklin; e, sobretudo teoricamente e com o maior sucesso, médicos como Petty, Barton, Mandeville, Quesnay." In: Karl Marx. 1982. Livro I. Volume II. p. 718 nota 75.

“a condenação da riqueza, do comércio e da ambição material é uma nota constante ao longo de toda a história da filosofia moral desde o Iluminismo grego do século V a.C. até o Renascimento europeu. Fossem quais fossem suas divergências em relação a outros temas da ética, sobre esse ponto específico os moralistas antigos e medievais foram unânimes. Sem exceção, eles condenaram a ganância e a busca do lucro, censuraram a acumulação de riqueza pessoal e desprezaram o comércio.”⁷

Tal era também a perspectiva dos moralistas cristãos que, através de sua institucionalização pela Igreja católica, exerceu forte controle sobre as atividades materiais e econômicas das pessoas durante toda Idade Média e início da modernidade.

Contudo, a partir do Renascimento europeu no século XIV, a perspectiva de dar vazão aos desejos de riqueza e de sua acumulação começou a criar força. A Reforma, mesmo que de maneira indireta, deu sua contribuição neste sentido. E aqui é digno de nota a posição defendida pelo pastor Joseph Lee, em 1656, o qual além de surgir que os indivíduos deveriam buscar desenvolver as atividades que lhes trouxessem maior retorno, afirmava ainda que o bem geral era fruto de ações particulares: “é uma máxima inegável que cada um, pela luz da natureza e razão, fará aquilo que favorece sua maior vantagem [...] O avanço das pessoas privadas será o avanço do público.”⁸ Ora, a perspectiva de *luz da natureza*, que induz de certa forma uma ordem natural e espontânea, presente na explicitação deste princípio individualista, acompanha-o, posteriormente, em todas as outras

⁷ Eduardo Giannetti da Fonseca. 1994. p. 116 (Sic.)

⁸ Joseph Lee. Apud: Eduardo Giannetti da Fonseca. 1994. p. 119.

vezes que ele reaparece. Isto pode ser percebido principalmente em Locke (1632-1704), e também em Mandeville (1670-1733) e Smith (1723-1790).

Em Locke o individualismo está presente de forma marcante em seus Tratados sobre o Governo Civil, no Primeiro e no Segundo, com destaque para este último onde suas idéias sobre tal princípio são melhor desenvolvidas. Aí, Locke, que possuía uma concepção atomista da sociedade, na qual os indivíduos viviam juntos por conveniência, considerava que a sociedade política nasceu de um pacto entre homens livres. Antes, estes viviam no chamado estado natural, condição na qual os indivíduos, essencialmente racionais e sociais, eram naturalmente iguais e capazes de governar-se através da lei natural ou a razão.

Porém, nem todos os homens se deixavam guiar pela lei natural e esta só guiava a quem a procurava. E quando isto não ocorria o indivíduo se submetia a uma outra regra distinta da razão o que o tornava degenerado e afastado da própria natureza humana, sendo assim perigoso para a humanidade. Apesar disto, constata Macpherson, Locke pretendeu convencer que a honestidade se fazia presente no estado de natureza, procurando deixar claro que

“la existencia de algunos transgresores en el estado de naturaleza no afecta al predominio de la ley natural: el estado de naturaleza que incluye a transgresores se describe como ‘unos hombres que viven juntos según la razon’ y como ‘um estado de paz, buena voluntad, ayuda mutua y mutua defensa.’”⁹

⁹ C. B. Macpherson. 1970. p. 206.

Esta é, no entanto, uma das duas imagens opostas apresentadas por Locke sobre o estado de natureza em sua obra. A outra aparece quando, após ter feito a distinção entre o estado de natureza e o estado de guerra, considerava que se não houvesse uma autoridade para decidir sobre os litígios existentes, a mínima diferença poderia conduzir ao estado de guerra; o que tornaria o estado natural incerto e inseguro. Assim, conforme observa Macpherson,

“lo que hace inviable el estado de naturaleza, según esta descripción, no es la naturaleza viciada de unos pocos sino la inclinación de ‘la mayoría’ a alejarse de la ley da razão. Ahora el estado de naturaleza es indiscernible del estado de guerra.”¹⁰

O afastamento da lei da razão poderia conduzir pois ao estado de guerra, o que poderia ocorrer não apenas no estado natural como também na sociedade política, quando acontecesse uma rebelião legítima na qual a sociedade civil fosse dissolvida.

Há assim uma contradição fundamental, constatada por Macpherson, entre os postulados de Locke, ou seja, o estado de natureza era, às vezes, o contrário do estado de guerra e, às vezes, se identificava com ele. Isto se dá porque Locke, ao postular o estado de natureza, tinha em mente a própria ambivalência da sociedade burguesa emergente onde, ao mesmo tempo em que se exigia uma igualdade formal, era também necessária uma desigualdade de direito substancial.¹¹

¹⁰ C. B. Macpherson. 1970. p. 206.

¹¹ C. B. Macpherson. 1970. p. 211.

O que é importante destacar aqui, para os fins desta pesquisa, é o fato de que os postulados da teoria política de Locke se encontravam fundamentados e justificados a partir do indivíduo. No estado natural, o que existia eram os indivíduos que, por sua vez, possuíam direitos e que por isto eram considerados direitos naturais, tais como: direito à vida, à liberdade, à propriedade.

Segundo Locke, para evitar o possível estado de guerra os indivíduos livres firmariam um contrato entre si, criando o Estado. Com isto visavam garantir a integridade do indivíduo e seus direitos naturais. Portanto, ao firmarem tal contrato, os indivíduos não renunciavam seus direitos naturais, ao contrário, buscavam garanti-los e protegê-los. Quando isto não ocorresse, estaria aberta a possibilidade legítima de resistência e de insurreição.

A ênfase dada por Locke à hipótese do estado de natureza, como condição na qual os indivíduos viviam livres, guiados pela lei natural e possuidores de direitos também naturais, que deveriam ser preservados mesmo com a criação do Estado, contribuiu para dar o fundamento necessário à idéia - bastante fomentada no processo de constituição do liberalismo durante o século XVII - de que o esforço do indivíduo deveria ser recompensado e, mais: os empreendimentos individuais resultariam em benefício público.

Há ainda um aspecto importante a ser ressaltado aqui quando se discute sobre o individualismo em Locke. Trata-se da anterioridade do indivíduo sobre a sociedade que é usada por ele para justificar sua teoria política. Tal aspecto é

também constatado por Bobbio e criticado por autores que apresentam uma perspectiva marxista de análise seguindo o que o próprio Marx já havia apontado.

Bobbio, aliás, afirma que tal fato, por ser comum ao jusnaturalismo e ao contratualismo, serve como elo de ligação entre ambos. Segundo ele,

“o curso histórico que dá origem a uma determinada ordenação jurídica e a sua justificação racional apresentam-se com os termos invertidos: historicamente, o Estado liberal nasce de uma contínua e progressiva erosão do poder absoluto do rei e, em períodos históricos de crise mais aguda, de uma ruptura revolucionária (exemplares os casos da Inglaterra do século XVII e da França do fim do século XVIII); racionalmente, o Estado liberal é justificado como o resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura. Enquanto o curso histórico procede de um estado inicial de servidão a estados sucessivos de conquista de espaços de liberdade por parte dos sujeitos, através de um processo de gradual liberalização, a doutrina percorre o caminho inverso, na medida em que parte da hipótese de um estado inicial de liberdade, e apenas enquanto concebe o homem como naturalmente livre é que consegue construir a sociedade política como uma sociedade com soberania limitada. Em substância, a doutrina, especialmente a doutrina dos direitos naturais, inverte o andamento do curso histórico, colocando no início como fundamento, e portanto como **prius**, aquilo que é historicamente o resultado, o **posterius**.”¹²

E é esta inversão, constatada aqui por um teórico considerado liberal-socialista, que, em parte, tornou possível a própria doutrina liberal e sua posterior hegemonia. Apenas acrescentaríamos que seus resultados não atingiram a universalidade por ela propagada. Cabe ainda ressaltar que Bobbio, embora perspicaz ao detectar tal processo, não explicita aqui o fato de que, no âmbito do

¹² Norberto Bobbio. 1988. p. 14-15 (grifo do autor).

liberalismo, a inversão entre a justificação racional e o curso histórico se dá atendendo aos interesses dos proprietários. Ora, não explicitando isto, Bobbio considera apenas “conquista de espaços de liberdade por parte de sujeitos”, portanto abstratos e indeterminados.

Gruppi, por outro lado, faz uma crítica à questão da anterioridade do indivíduo à sociedade, a partir de uma perspectiva marxista de análise. Ao comentar sobre tal anterioridade presente em Hobbes e em Locke afirma que

“do ponto de vista histórico, isso é pura fantasia, pois o homem só se torna homem vivendo em sociedade com outros homens, só organizando socialmente sua própria vida. Imaginar que um indivíduo possa ser homem antes de organizar-se em sociedade não passa de uma típica projeção ideológica do individualismo burguês. É no modo de produção burguês que cada um individualmente se põe em relação com outro indivíduo, sem ter consciência do caráter social dessas relações econômicas.”¹³

Se considerarmos Locke um “profeta do século XVIII, sobre cujos ombros se apoiam inteiramente Smith e Ricardo”, poderemos encontrar também em Marx uma crítica acirrada à sua perspectiva em relação ao individualismo. Tal crítica se encontra na Introdução à Crítica da Economia Política onde o autor, ao explicitar que a produção material é seu objeto de estudo nesta obra - considerada o germe d'O Capital - oferece também uma compreensão de indivíduo diferente da apresentada por Locke. Marx, nesta referência da Introdução à Crítica da Economia Política, não cita diretamente Locke, uma vez que polemiza com Smith

¹³ Luciano Gruppi. 1985. p. 14.

e Ricardo, porém refere-se aos profetas do século XVIII - sem citá-los - que serviram de apoio às teses daqueles.¹⁴

Para Marx, “a produção dos indivíduos (é) determinada socialmente”. As teorias que consideram os indivíduos isolados seriam “robinsonadas”, ou seja, como na ficção de Robinson Crusoe, não explicitam as relações sociais e de produção que são subjacentes à própria história do indivíduo. Assim, Marx considerava, por exemplo, o indivíduo do século XVIII, não como um ponto de partida da história ou um ideal que teria existido no passado, mas como resultado histórico, ou seja, “produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro lado, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI.”¹⁵

Marx considerava ainda que

“quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence”. Somente a partir do século XVIII, na sociedade burguesa, é que “as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior”. Todavia, explicita Marx, “a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento”.¹⁶

O Homem enquanto ser social só pode isolar-se em sociedade.

¹⁴ É importantante ressaltar aqui que embora na Introdução à Crítica da Economia Política Marx não se referia explicitamente a Locke, n'O Capital ele considerava porém que: "Locke tornou-se o filósofo, por excelência, da economia política, tanto na Inglaterra quanto na França e Itália". Cf. Karl Marx. 1982. Livro I. Volume I. p. 445. nota 111. Livro I. Volume II. p. 718 nota 75.

¹⁵ Karl Marx. 1985. p. 103.

¹⁶ Karl Marx. 1985. p. 104.

Outros elementos complementares à discussão aqui empreendida, tendo como referência a teoria política de Locke, poderão ser retomados posteriormente quando tratarmos do Estado e da propriedade no pensamento liberal. Por ora pretendemos apenas salientar como o individualismo se fez presente em Locke, enquanto um dos arquitetos do liberalismo. Consideramos, pois, que isto foi feito a partir das observações apontadas acima.¹⁷

O princípio individualista ao qual estamos nos referindo também se fez presente, de forma radical e com certa originalidade, através da obra de Bernard Mandeville. Vários tratados do século XVII buscaram demonstrar que mesmo as paixões carregadas de vícios podiam se transformar em virtudes. No século XVIII, Montesquieu (1689-1755) constatou que os vícios eram utilizados como que costuras nas relações que os homens estabeleciam entre si e, paradoxalmente, considerava-os como “os venenos para a conservação de nossa saúde”. Tal perspectiva, no entanto, se contentava em explicitar como o homem poderia transformar as paixões da natureza humana em virtude pessoal. O médico holandês radicado na Inglaterra, Bernard Mandeville, foi quem, no entanto, abusando de paradoxo, demonstrou que o vício privado tinha como consequência o progresso, o desenvolvimento, e que dele decorria enfim o benefício público.

¹⁷ Demos destaque a Locke neste trabalho, por considerá-lo um dos principais teóricos do liberalismo em seu processo de instauração. Contudo, ao se discutir sobre o individualismo na modernidade, há que se lembrar que: “para se encontrar uma completa e perfeitamente consciente teoria individualista é preciso chegar a Hobbes, que parte da hipótese de um estado de natureza em que existem apenas indivíduos separados uns dos outros por suas paixões e por seus interesses contrapostos, indivíduos forçados a se unir de comum acordo numa sociedade política para fugir da destruição recíproca”. (Norberto Bobbio, 1988, p. 46.) Vale lembrar, no entanto, que Hobbes (1588-1679) ao escrever o *Leviatã* (1651- trinta e nove anos antes dos *Tratados de Locke*, escritos em 1689-90) considerava, de forma diferente de Locke, que os indivíduos renunciavam seus direitos em favor do poder absoluto do soberano e que a rebelião dos cidadãos só se justificaria quando tal poder não fosse devidamente usado.

Tal paradoxo, presente em Mandeville, pode ser considerado como o exemplo de explicitação mais radical do individualismo como condição para o desenvolvimento do capitalismo em seu processo de instauração e, enquanto tal, como elemento constitutivo do liberalismo que o justificava e lhe dava sustentação.

Isto pode ser constatado através de sua obra: *A fábula das Abelhas - ou os vícios privados fazem a prosperidade pública*, a qual foi escrita em momentos distintos: que se completaram; uma primeira parte publicada em 1714 e uma segunda, em 1728. Tal obra foi escrita a partir de um poema satírico publicado anonimamente em 1705: *A colmeia ruidosa ou a redenção dos canalhas*. Este, no entanto, por ocasião de sua publicação, não causou nenhum impacto. O que não ocorreu, contudo, quando em 1714, Mandeville lhe acrescentou um ensaio investigando a origem da virtude moral, além de alguns comentários sobre temas específicos presentes anteriormente no poema. Em 1728, foi publicada a segunda parte da obra com o título: *The Fable of the Bees, Part II. By the Author of the First*. Esta segunda parte continha um prefácio e seis diálogos onde o autor ampliava e defendia suas doutrinas.

Mandeville, embora não fizesse uso predominante de argumentos econômicos para justificar sua tese de que os vícios privados faziam a prosperidade pública, deixava claro na introdução de sua obra a concepção que ele tinha de homem, qual seja:

“concibo al hombre (además de piel, carne, huesos, etc., cosas éstas evidentes) como un compuesto de varias pasiones que todas, a medida que se las provoca y van saliendo a la superficie, lo gobiernan por turno, quiéralo o no”.¹⁸

E o que ele procurava demonstrar em sua obra é que, justamente as paixões de que todos dizem envergonhar-se, são precisamente “as que constituem o suporte de uma sociedade próspera”. Mandeville alertava o leitor para o fato de que, quando se referia aos homens, não estava se referindo a cristãos ou judeus, mas “meramente ao homem em estado natural e ignorante da verdadeira divindade”.

Mas afinal o que dizia o poema de onde surgiu posteriormente a obra: a Fábula das Abelhas?¹⁹ E, por que o impacto da obra de Mandeville foi tão grande na sociedade europeia do século XVIII?

Mandeville falava de uma colmeia semelhante a uma sociedade de homens onde, apesar de existir desigualdade social, as abelhas eram felizes. Nela as abelhas viviam com luxo e comodidade e ela era reconhecida principalmente por suas leis, por suas ciências e por sua indústria. Não existiam abelhas melhor governadas do que elas nem mais felizes. Não eram escravas da tirania e nem as regia uma “louca democracia”, mas reis que não se equivocavam pois seu poder estava circunscrito por leis. Essas abelhas viviam como homens e faziam, em menor grau, tudo o que se fazia na cidade embora não percebidas pela vista humana. Elas possuíam máquinas, trabalhadores, navios, castelos, armas,

¹⁸ Bernard Mandeville. 1982. p. 22.

¹⁹ Apresentaremos a seguir, no desenvolvimento deste trabalho, uma tradução livre do poema de Mandeville por considerá-lo relevante para a análise que se pretende do individualismo enquanto princípio fundante do liberalismo. Tal poema se encontra em Bernard Mandeville. 1982. p. 11-21.

artesões, arte, ciência, oficinas e instrumentos equivalentes aos dos homens. A quantidade de abelhas nascidas na colmeia lhe permitia desenvolver, pois, elas estavam empenhadas em satisfazer-se mutuamente na luxúria e na vaidade. Não existia desemprego, pois, na colmeia havia mais trabalho que trabalhadores.

A desigualdade, no entanto, estava presente na colmeia. Alguns com muito armazenado e com poucas dificuldades lançavam-se em negócios de “férteis ganâncias”, outros, porém, estavam condenados à foice e ao enxadão e aos ofícios em que miseráveis de boa vontade suavam cada dia, esgotando energia e gastando seus braços para retirar de tal ofício o seu sustento. Outros ainda, se aproximavam de negócios misteriosos, que não requeriam grande empreendimento, como ocorria com os trapaceiros, parasitas, perversos, jogadores, larápios, falsificadores, curandeiros, advinhadores e todos aqueles que, inimigos do trabalho sincero, astutamente se apropriavam do trabalho do vizinho imprudente e bonachão. E como diz o poema: “todo oficio y dignidad tiene su tramposo, no existe profesión sin engaño”. E assim, como entre os homens, na colmeia acontecia com os advogados, médicos, sacerdotes, soldados e mesmo com a justiça e os negócios em geral.

Os advogados, cuja arte se fundamentava em criar litígios e divergir os casos, deliberadamente adiavam as audiências para ganhar mais. Buscavam brechas nas leis para ganhar causas perversas, como ladrões que examinavam as casas buscando por onde entrar melhor.

Os médicos valorizavam a riqueza e a fama mais que a saúde do paciente ou a sua própria habilidade. Premeditavam o favor do farmacêutico e a lisonja de parteiras e sacerdotes e de todos que assistiam ao nascimento ou ao funeral, sendo indulgentes com os charlatões.

Entre os sacerdotes contratados para conseguir bençãos de cima, alguns eram sábios e eloqüentes, porém, havia outros que eram violentos e ignorantes que tentavam mascarar sua preguiça, luxúria, avareza e orgulho. Alguns eram fracos e esfarrapados, mendigavam pão. E, enquanto estes santos pereciam de fome, os ociosos a quem serviam gozavam sua comodidade na saúde e na abundância.

Os soldados eram forçados a vencer e quando sobreviviam, desfrutavam honras; embora existissem os que evitavam o combate sangrento, mostrando os cotos de seus membros amputados. Havia generais valorosos que enfrentavam o inimigo, enquanto outros recebiam suborno para deixá-lo fugir. Os que ao fragor se aventuravam perdiam ora uma perna, ora um braço, até que eram deixados de lado. E outros, que nunca haviam entrado em luta, estavam em suas casas gozando dupla mesada.

Os reis eram, por vezes, enganados pelo seu próprio ministério, no qual muitos de seus participantes, escravos de seu próprio bem-estar, roubavam a coroa.

Não havia abelha que não quisesse ter sempre mais, tanto que se torna difícil recordar todas as suas fraudes. Mesmo no comércio de rua se vendia, muitas vezes, “gato por lebre”.

A justiça, por sua vez, ainda que célebre por sua equidade, era cega e não carecia de prudência pelo menos para com os ricos. “Sua mão esquerda, que devia sustentar a balança, a miúdo a deixava cair, subornada com ouro”.

Assim, pois, na colmeia, cada parte estava cheia de vícios, porém todo o conjunto era um paraíso; “bajulados na paz, temidos na guerra, eram estimados pelos estrangeiros e dissipavam em sua vida e riqueza o equilíbrio das demais colmeias”. “Tais eram as bençãos daquele Estado: seus pecados colaboravam para tornar-lhe grande”; e a virtude que mil astúcias havia apreendido da política, sob a sua influência, fez do vício substância essencial. E, desde então, “ainda o pior da multidão, algo fazia pelo bem comum”.

Na colmeia, a arte do Estado que protegia o todo, apesar das queixas de cada parte, era como na música, onde as notas dissonantes produziam, unidas, uma harmonia.

E como dizia o poema:

“La raíz de los males, la avaricia, vicio maldito, perverso y pernicioso, era esclava de la prodigalidad, ese noble pecado; mientras que el lujo daba trabajo a um millón de pobres y el orgullo a um millón más; la misma envidia, y la vanidad, eran ministros de la industria; sus amadas, tontería y vanidad, en el

comer, el vestir y el mobiliário, hicierano de ese vicio extraño y ridiculo la rueda misma que movia al comercio”.²⁰

Vivendo desta maneira, o vício nutria o talento que, unido ao tempo e à indústria, trazia o que é vantajo para a vida na colmeia, ou seja: “os verdadeiros prazeres, comodidade, ócio” de tal modo que, em tal situação, mesmo os pobres viviam melhor que os ricos de antes.

Porém, “!Cuán vana es la felicidad de los mortales!” dizia Mandeville. Pois, desconhecendo os limites da bem-aventurança e também que aqui embaixo a perfeição é mais do que os deuses podem dar, as abelhas puseram-se a reclamar do governo e de seus ministros, a cada desgraça que acontecia. Embora sabedoras de seus próprios defeitos, elas passaram a não tolerá-los nas demais. E clamaram aos deuses pela honradez e demais virturdes.

Entre os deuses, Mercurio sorriu ante tanta falta de pudor; outros consideraram tal pedido uma insensatez. Porém Júpiter, movido de indignação, resolveu libertar a colmeia de toda fraude e encheu os corações das abelhas de honradez. E elas ficaram, inicialmente, envergonhadas de sua desonestidade. Grandes mudanças começaram a ocorrer então na colmeia.

Em pouco tempo caiu o preço da carne bem como a máscara da hipocrisia do estadista e do palhaço. Os tribunais não tinham mais serviço pois, de bom grado, os devedores pagavam suas dívidas, mesmo tendo seus credores

²⁰ Bernard Mandeville. 1982. p. 15.

esquecido; e estes perdoavam aqueles que não tinham com o que pagar. Quem não tinha razão sobre alguma coisa não via também necessidade de buscar a ajuda do advogado para pleiteá-la. Aliás, numa colmeia honrada, nada podia desenvolver menos que o trabalho do advogado.

Numa colmeia virtuosa, a justiça não era mais requerida. E com ela, um cortejo enorme se formou, de ferreiros que antes faziam os ferrolhos, grades, portas e grilhões; de carcereiros, torneiros, guardas, sargentos, agentes e oficiais de toda espécie.

Considerando-se que a medicina deveria sobreviver enquanto houvesse enfermos, os médicos procuravam agora se esforçar para livrar seus pacientes dos sofrimentos, evitando controvérsias e usando remédios do próprio país.

O clero, por sua vez, despertava de sua indolência e já não pesava tanto sobre os operários, mas abastecia a si mesmo, evitando os vícios, para fazer sacrifícios e rogos aos deuses. Não havendo trabalho para muitos deles, poucos ficavam com o Sumo Sacerdote e mesmo este dedicava-se agora a tarefas piedosas, abandonando os demais negócios do Estado. Não iludia mais os famintos, pobres e peregrinos mas a todos acolhia e alimentava.

A mudança na colmeia foi grande também entre os ministros do rei e entre os funcionários menores. Agora todos viviam frugalmente de seus salários. Se antes, “três abelhas manejavam todos os cargos e mutuamente vigiavam suas

velhacarias e, a miúdo, por solidariedade entre si estimulavam seus latrocínios, agora apenas uma atendia a todos e, com isto, se tem progredido muito mais”.

Nenhum homem de honra se contentava em viver devendo; o esbanjamento era evitado tanto quanto a fraude. A guerra não era mais sinal de glória e não existiam exércitos no exterior; as abelhas lutavam apenas pela pátria quando o direito e a liberdade corriam perigo.

No comércio, a partir do momento em que se fez presente a honradez na colmeia, o espetáculo acabou e reapareceu com cara muito diferente. Era inútil tentar criar nos outros necessidades, pois, “todas as profissões estão cheias de honra”.

Os preços das casas e das terras decaíam. Os grandiosos palácios que antes sustentavam nobreza, agora estavam para serem alugados. “A arte de construir está quase morta, os artesões não encontram emprego, nenhum pintor se torna famoso com sua arte nem existe escultor nem talhador renomado”.

Os sóbrios procuravam agora, ardentemente, saber não como gastar mas como viver. E, ao pagarem suas contas na taberna resolviam não mais voltar lá. Desta maneira, as tabernas fechavam e não havia mais motivo para que as namoradeiras que aí freqüentavam pudessem vestir-se bem e prosperar. Acabou também o cortesão que, com sua amante, ceava freqüentemente na hospedaria, gastando enormes quantias.

Sem a vaidade, não havia necessidade de enormes listas de compras e as roupas não variavam, deixando de existir assim a moda a ser seguida. Os tecelões não urdiam mais a seda e as indústrias a elas subordinadas fechavam. “Ainda reinavam a paz e a abundância e tudo era barato, ainda que simples”. Na natureza, os frutos seguiam seu curso normal, pois não existia a autoridade do jardineiro; porém, não se conseguiam raridades pois não pagavam pelo trabalho que custavam.

A inexistência de vícios na colmeia atingia também os comerciantes e as companhias marítimas que, aos poucos, cerravam completamente as portas de seus estabelecimentos comerciais. “Toda arte e ofício ficaram esquecidos; o contentamento, ruína da indústria, fazia com que as abelhas preferissem a dispensa caseira e não buscassem ou desejassem coisa alguma”.

Poucas abelhas sobraram frente as armadilhas de muitos de seus rivais e, apesar de não possuírem mercenários em seus exércitos, elas os enfrentavam com bravura e coragem até serem coroadas de vitória. Porém o triunfo também teve o seu preço, pois, milhares de abelhas se perderam.

Enfim, curtidas no trabalho e em exercícios, pois, o próprio descanso consideravam como vício, as abelhas, para evitar extravagâncias, emigraram para um tronco oco, cheias de contentamento e honradez.

Como toda fábula tem sua moral, o próprio Mandeville explicita a de sua fábula. Segundo ele, é necessário abandonar as queixas pois

“sólo los tontos se esfuerzan por hacer de un gran panal un panal honrado. Querer gozar de los beneficios del mundo, y ser famosos en la guerra, y vivir con holgura, sin grandes vivios, es vana utopia en el cerebro asentada. Fraude, lujo y orgullo deben vivir mientras disfrutemos de sus beneficios: el hambre es, sin duda, una plaga terrible, pero, sin ella, ¿quién medra o se alimenta?”. E, salientando que, como a videira, embora asfixiando as plantas com seus rebentos, ao ser podada produz o fruto que nos dá o vinho, também “é benéfico o vício quando a justiça o poda e limita” e, mais ainda, conclui Mandeville: “cuando un pueblo aspira a la grandeza, tan necesario es para el Estado como es el hambre para comer; la virtud sola no puede hacer que vivan las Naciones esplendorosamente; las que revivir quisieran la Edad de Oro, ha de liberarse de la honradez como de las bellotas”.²¹

A fábula relatada aqui, por si mesma diz muita coisa, principalmente se a considerarmos dentro do contexto em que foi publicada na Inglaterra do início do século XVIII. E Mandeville ao publicá-la espelhou-se na sociedade inglesa na qual se estruturava o capitalismo nascente. Ao explicitar os paradoxos daí decorrentes Mandeville, através de sua fábula, causou impacto e incomodou o próprio homem que participava de tal processo, embora não querendo reconhecer-se nela. E também de maneira paradoxal, a fábula de Mandeville refletia, de certa forma, não apenas a realidade capitalista inglesa de desigualdade social, como também a justificava ao não se apresentar outra possibilidade viável, ou seja, mesmo sendo uma sociedade desigual em razão dos vícios existentes era a melhor sociedade possível já que os homens, querendo ou não, são dominados por suas paixões e, porque não dizer, por seus vícios. Embora estes existam em

²¹ Bernard Mandeville. 1982. p.21.

cada um, no conjunto a sociedade é harmônica e até onde é possível de ser considerado, é também perfeita. Os vícios privados fazem a prosperidade pública. Uma sociedade em que as virtudes dominam não pode ser, segundo Mandeville, humana, pois os homens são egoístas por natureza e seu orgulho é o melhor mecanismo usado para encobrir tal fato.

O individualismo em Mandeville está recoberto dos vícios particulares e se manifesta através deles. E são esses vícios particulares que movem o comércio, a indústria e qualquer outra atividade humana. As virtudes, por outro lado, se estivessem presentes em todos os homens causariam a desgraça de todos. O bem público causado pelos vícios, não seria algo premeditado pelos homens, mas resultado de uma reação automática e espontânea da convivência em sociedade.

Embora fazendo referência a que a justiça devia limitar os vícios, da mesma forma que a videira deveria também ser podada para que pudesse produzir frutos e bons vinhos, Mandeville considerava, no entanto, que tal limite não significaria a preeminência da virtude. Para ele, se a sociedade quisesse de fato viver a “idade de ouro” teria que liberar-se da honradez.

Há ainda que se ressaltar que n’*A Fábula das Abelhas* encontramos elementos que justificam não apenas o individualismo, que se explicita principalmente através da máxima: “os vícios privados fazem a prosperidade pública” (presente na publicação de 1714), como também a defesa do luxo a partir da perspectiva da teoria econômica e ainda a defesa do livre mercado.

Mandeville pode inclusive ser considerado, sob este último aspecto, como um dos precursores do *laissez-faire*.²² É necessário ressaltar no entanto que, apesar de podermos encontrar na Fábula de Mandeville elementos que justifiquem a liberdade de mercado enquanto um benefício público, tais elementos são ainda permeados por resquícios de uma visão mercantilista. O próprio Mandeville, ao justificar o uso da frase polêmica no subtítulo de sua obra explicava: “fue para llamar la atención (...) Ésta (...) es la única significación que he puesto en él, y pienso que habría sido una estupidez que tuviera otra cualquiera”.²³ Ao terminar a primeira parte de sua obra, despedindo-se do leitor, Mandeville afirmava: “(...) concluyo repitiendo la aparente paradoja cuyo meollo he adelantado en la portada: los vicios privados, manejados diestramente por un hábil político, pueden trocarse en beneficios públicos”.²⁴ Assim, poderíamos dizer que Mandeville, mesmo assinalando que as paixões e os vícios produziram o progresso da indústria, do comércio e, em consequência, da sociedade como um todo considerava, mesmo que discretamente, que tal processo deveria ser manejado habilmente pelo político, ou seja pelo Estado.

O individualismo é um elemento que se faz presente também em Adam Smith. O que, de certa forma, aproxima este importante pensador da economia política liberal dos autores antes analisados: Locke e Mandeville.

²² Tal perspectiva é apontada por F. B. Kaye na Introdução à Fábula da Abelhas. 1982. p. lvii.

²³ Cf. Bernard Mandeville. Letter to Dion (1732). Apud. Mandeville. 1982. Nota 501. p. 340.

²⁴ Bernard Mandeville. 1982. p. 248.

O individualismo que se explicita através da necessidade da liberdade individual é, para Smith, condição fundamental para o desenvolvimento da ordem econômica que deve, segundo ele, seguir sua ordem natural. Aliás, esta é considerada por Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776) como a garantia da realização da coincidência entre o interesse do indivíduo e o interesse coletivo.

Smith, embora tendo feito críticas a Mandeville, é bem provável que dele também tenha recebido influência no que diz respeito ao princípio individualista que permeia sua economia política. É evidente a influência de Mandeville sobre Smith quando este trata da divisão do trabalho em sua obra *A Riqueza das Nações*, no capítulo I, onde, segundo Marx, Smith, ao descrever as inúmeras e variadas indústrias que trabalham em conjunto para satisfazer as necessidades do trabalhador comum, copia “quase literalmente” os comentários feitos por Mandeville n’*A Fábula das Abelhas*.²⁵

As críticas de Smith a Mandeville foram feitas principalmente ao seu nihilismo moral e à identificação entre a virtude e a completa abnegação humana. Tais críticas são expressas em sua obra *Theory of Moral Sentiments* (1759), e podem ser resumidas no seguinte parágrafo:

“A grande falácia do livro do Dr. Mandeville é a de apresentar cada paixão como totalmente viciosa, na medida em que ela o seja em qualquer grau e em qualquer direção. Assim é que trata como vaidade tudo o que tenha qualquer referência àquilo que são ou devem ser os sentimentos dos outros; e é

²⁵ Cf. Karl Marx. 1982. Livro I. Vol. I. p. 406. nota 57.

através desse sofisma que afirma sua conclusão favorita, de que os vícios privados são benefícios públicos. Se amor pela magnificiência, um gosto pelas artes elegantes e pelos requintes da vida humana, por tudo aquilo que é agradável no vestir, na mobília, nos pertences, pela arquitetura estatutuária, pintura e música, deve ser considerado como luxúria, sensualidade e ostentação mesmo naqueles que, pela sua situação, podem permitir-se isso, sem nenhum inconveniente, é certo que a luxúria, sensualidade e ostentação representam benefícios públicos; pois, sem as qualidades que ele considera adequado designar com tais termos vergonhosos, as artes e ofícios que produzem objetos finos nunca seriam estimulados e deveriam fenececer por falta de utilização”²⁶

Contudo, o próprio Smith não deixa de reconhecer que a obra de Mandeville não teria atingido tantas pessoas e causado tão grande reboiço entre os que propõem melhores princípios se ela não tivesse também algo de verdadeiro.

Talvez, este “algo de verdadeiro” constatado por Smith possa ser identificado com o princípio individualista expresso pelas idéias de Mandeville. Tal princípio é explicitado por Smith também através da valorização do “interesse próprio” ou do “amor próprio” que perpassam sua principal obra de teoria econômica: *A Riqueza das Nações*. Se substituirmos, por exemplo, o “interesse próprio”, presente em Smith, pelo “vício”, presente em Mandeville, poderemos verificar que tais autores se aproximam e talvez se completem, pois, constata-se conseqüências muito próximas. Ou seja, em Mandeville, os vícios privados produzem benefícios públicos que se refletem no desenvolvimento da indústria, do comércio e de toda a sociedade como tal, como já demonstramos anteriormente. Smith, por sua vez, considerava que o interesse próprio é a motivação fundamental não apenas da divisão do trabalho como também da

²⁶ Adam Smith. *Theory of Moral Sentiments*. 1759. p. 485. Apud. Adam Smith. 1983. “Introdução de Edwin Cannan” p. 28.

acumulação de capital, responsáveis em primeira instância pelo desenvolvimento e bem estar social.

Smith considerava que a divisão do trabalho tem origem na propensão natural e própria do homem pela troca. Através desta conseguimos não apenas a maior parte dos “serviços recíprocos de que necessitamos” como também nela tem origem a própria divisão do trabalho. Para ele, o homem

“tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia”. (...) “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.”²⁷

E essa troca de interesses próprios, quando exercida livremente, conduz, segundo Smith, ao desenvolvimento econômico e ao conseqüente bem público.

A garantia deste livre desenvolvimento econômico e conseqüente bem público se realizaria, segundo Smith, através da “mão invisível” do Estado, ou seja, sem a interferência direta deste, o indivíduo, ao procurar realizar os seus próprios interesses, poderia, mesmo que de maneira não intencional, mas natural e espontaneamente, elevar a riqueza da sociedade a um grau máximo e distribuí-la da forma mais ampla possível. Smith considerava que

“o esforço uniforme, constante e ininterrupto de toda pessoa, no sentido de melhorar sua condição, princípio do qual

²⁷ Adam Smith. 1983. Vol. I. p. 50.

derivam originalmente tanto a riqueza nacional e pública como a individual, é suficientemente poderoso para manter o curso natural das coisas em direção à melhoria, a despeito das extravagâncias do Governo e dos maiores erros de administração.”²⁸

No que diz respeito à relação entre o interesse do indivíduo e o acúmulo de capital, Smith assinala que

“**todo indivíduo** empenha-se continuamente em descobrir a aplicação mais vantajosa de **todo capital que possui**. Com efeito, o que o **indivíduo** tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural ou, antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores **vantagens para a sociedade**”²⁹

Além disto, o indivíduo tem melhores condições que qualquer estadista ou legislador de saber onde e como aplicar seu capital e, com isto, obter melhores resultados. Tal perspectiva se faz presente também quando Smith, ao criticar o sistema mercantil, considerava que

“(…) sem qualquer intervenção da lei, os interesses e sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade”³⁰

É interessante constatar aqui o ato de benevolência que Smith atribui aos indivíduos, os quais naturalmente dividem e distribuem o capital de acordo com os interesses de toda a sociedade. Há quase uma identificação - natural e

²⁸ Adam Smith. 1983. Vol. I. p. 294.

²⁹ Adam Smith. 1983. Vol. I. p. 378 (grifos nossos)

³⁰ Adam Smith. 1983. Vol. II. p. 104.

espontânea - entre o interesse do capital com o interesse da sociedade. Ora, isto só poderia ser justificado num contexto de afirmação do capitalismo e num pensador imbuido de tal intenção como é o caso de Smith que, para tanto, escamoteia os interesses daqueles que possuem o capital transvestindo-os em interesses da sociedade como um todo, através da generalização do indivíduo/proprietário. É necessário reconhecer, contudo, que Smith falava de “todo capital que possui”, referindo-se a “todo indivíduo”, ou seja ao indivíduo possuidor de capital e não de qualquer indivíduo. Porém, da forma direta como ele expressou, e pela generalização que operou na continuidade de seu raciocínio, deixa transparecer a idéia de que todo indivíduo é possuidor de capital.

Posição diferente, podemos constatar, teve Marx um século mais tarde quando publicou o seu primeiro volume d’*O Capital* (1867) onde, a partir de uma perspectiva crítica, assim se expressava ao discutir sobre a lei geral da acumulação capitalista:

“A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista, capitalista de um lado e assalariado do outro; do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduz a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num polo e mais assalariados, no outro. A força de trabalho - continuava Marx - tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é portanto aumentar o proletariado”.³¹

³¹ Karl Marx. 1982. Livro 1. Vol. 2. p. 714.

O que significa dizer que de forma diferente de Smith, Marx considerava que no processo capitalista de produção não se teria uma distribuição de capital, a não ser entre os seus possuidores mas, na medida em que ele é reproduzido e acumulado como condição de manutenção do próprio sistema, haveria uma certa continuidade na relação necessária à sua produção, ou seja, capitalistas e assalariados ou, quando muito, capitalistas mais poderosos de um lado e mais assalariados de outro.

Um outro elemento que consideramos importante para a compreensão do liberalismo e para os fins desta pesquisa é a **propriedade**, que analisaremos a seguir.

A propriedade:

Vachet, ao fazer um levantamento sobre os temas e teses do liberalismo do século XVIII, incluiu nos primeiros o naturalismo, o racionalismo e o individualismo e, nas teses, a liberdade, igualdade, propriedade e a segurança. Ao analisá-los considerou que, com a progressão do liberalismo, tornou-se evidente a sobreposição tanto do individualismo quanto também da propriedade sobre os demais.³² Ora, tal constatação nos possibilita considerar também a propriedade como um dos pilares de sustentação do arcabouço do liberalismo em seu processo de afirmação e de posterior hegemonia na sociedade ocidental. Na busca de elementos que possam contribuir para a nossa análise retomaremos, inicialmente,

³² André Vachet. La ideologia liberal. In: Mirian J. Warde. 1984. p. 98 nota 57.

aspectos da teoria política de Locke presentes, principalmente, em seu *Segundo Tratado sobre o Governo*. Aí encontramos, inclusive, o elo fundamental entre o individualismo e a propriedade, na medida em que Locke considera que todo homem é o proprietário absoluto de sua própria pessoa e de suas capacidades, com destaque para a sua capacidade para o trabalho que o torna proprietário das demais coisas.

Podemos considerar em Locke, além da sociedade civil que discutiremos mais tarde, quatro elementos garantidores da propriedade: Deus, razão, necessidade e trabalho; sendo ainda, a indústria e o dinheiro responsáveis por sua ampliação.

Inicialmente é importante assinalar, como fez Macpherson, que:

“Locke empieza aceptando, como un dictado de la razón y de la Escritura, que la tierra y sus frutos fueron entregados originalmente a la humanidad en común. Esta era, naturalmente, la tesis tradicional, que puede encontrarse tanto en la teoría política medieval como en la teoría política puritana del siglo XVII. Pero Locke solamente acepta este planteamiento para refutar las conclusiones que anteriormente se obtenían de él, las cuales convertían a la propiedad en algo menos que un derecho natural individual”.³³

Locke portanto, apesar de partir de premissas semelhantes às de teses tradicionais, buscou justificar a propriedade não apenas enquanto um direito natural como também introduziu elementos que possibilitaram a justificação da ampliação de sua posse e conseqüente acumulação. E por propriedade, Locke

³³ C. B. Macpherson. 1970. p. 173.

compreendia “a que os homens têm tanto na própria pessoa como nos bens”.³⁴

Para ele,

“cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele.”³⁵

A propriedade adquire em Locke um caráter sagrado tanto em sua origem, enquanto um bem dado por Deus à humanidade, quanto também no processo de sua apropriação e acumulação, pois, sendo apropriada pelo trabalho adquire um status de direito natural e, enquanto tal, intocável. Ao se referir à terra, por exemplo, Locke considerava que cultivar equivaleria a ter o domínio sobre ela. Uma coisa daria direito à outra, estando pois intimamente conjugadas.

“Assim, Deus, mandando dominar, concedeu autoridade para a apropriação; e a condição da vida humana, que exige trabalho e material com que trabalhar, necessariamente introduziu a propriedade privada”³⁶

Esta é, portanto, resultado da obediência do homem à uma ordem divina, além de ser considerada por Locke como o único meio de exploração da terra.

Partindo de um pressuposto aceito pela razão natural e presente nas sagradas escrituras através do salmo 113 de Davi, de que Deus “deu a terra aos filhos dos homens” e o fez de forma comum, Locke acrescenta à terra “tudo quanto ela contém” para “sustento e conforto da existência”. Ora, ao se referir ao

³⁴ John Locke. 1983. p. 173.

³⁵ John Locke. 1983. p. 45.

³⁶ John Locke. 1983. p. 48.

sustento, ele demonstra uma preocupação com a subsistência enquanto uma necessidade humana, porém, ao acrescentar o conforto abre a possibilidade para uma apropriação ilimitada que estará presente em sua obra e que o distinguirá em relação às teses tradicionais. Isto se fará, não apenas pelo trabalho humano mas também pelo uso da razão.

“Deus, ao dar o mundo em comum a todos os homens, ordenou-lhes também que trabalhassem; e a penúria da condição humana assim o exigia. Deus e a própria razão lhes ordenavam dominar a terra, i.é., melhorá-la para benefício da vida e nela dispor algo que lhes pertencesse, o próprio trabalho. Aquele que, em obediência a esta ordem de Deus, dominou, lavrou e semeou parte da terra, anexou-lhe por esse meio algo que lhe pertencia, a que nenhum outro tinha direito, nem podia, sem causar dano, tirar dele.”³⁷

Deus ao criar o homem fê-lo, segundo Locke, criatura dotada de “obrigações de necessidade” para o convívio social. Além de dar-lhe o mundo, deu-lhe também razão para que pudesse utilizá-lo “para maior proveito da vida e da própria conveniência”. Deus criou o homem dotado de razão, porém com necessidades; deu-lhe a terra em comum com a humanidade. Contudo, através do trabalho certos homens diferenciaram-se de seus semelhantes, apropriando da terra e de seus bens para a sobrevivência e conforto da existência.

Locke considerava que tudo que era produzido espontaneamente pela natureza pertencia à humanidade em comum, porém, ele buscava uma maneira de justificar a apropriação que o homem poderia fazer de tais bens. E isto, segundo ele, poderia ser feito através do trabalho. Pelo trabalho o homem se apropria dos

³⁷ John Locke. 1983. p. 47.

bens produzidos espontaneamente pela natureza e isto constitui uma “lei original da natureza”. Assim,

“o peixe que alguém apanha no oceano, este grande comum da Humanidade que ainda resta, ou o âmbar que qualquer um dele recolhe, tornam-se propriedade daquele que teve o trabalho de apanhá-los, pelo esforço que os retira daquele estado comum em que a natureza os deixou.”³⁸

Tudo o que é separado deste estado comum, pelo trabalho, torna-se propriedade daquele que o executou. E como afirmou Locke:

“é a tomada de qualquer parte do que é comum com a remoção para fora do estado em que a natureza o deixou que dá início à propriedade, sem o que o comum nenhuma utilidade teria.”³⁹

Ora, apesar de ter garantido a apropriação da propriedade através do trabalho, o qual por sua vez garante o direito primordial à vida, Locke, considerando que Deus deu tudo ao homem contanto que ele usufruísse, identificou inicialmente certos limites à apropriação que, no decorrer de sua obra, foram transpostos para que se justificasse a possibilidade de acumulação, tão necessária aos interesses burgueses para a estruturação da organização da produção capitalista.

No que se refere aos limites, um primeiro seria que a propriedade de bens deveria estar circunscrita à subsistência, sendo, pois, necessária igual quantidade para todos os homens. Um segundo limite diz respeito à apropriação das coisas,

³⁸ John Locke. 1983. p. 46.

³⁹ John Locke. 1983. p. 46.

sendo que ela deveria ocorrer para proveito da vida, antes que as coisas se perdessem.⁴⁰ Tais limitações existiriam, segundo Locke, até o surgimento do dinheiro que consistia na atribuição de valor, por consenso entre homens livres, iguais e racionais no estado de natureza. Assim pois, para Locke, o consenso do dinheiro ocorre antes do surgimento da sociedade civil. O que nos permite constatar a existência de três estágios dentro da sucessão temporal que ele propõe, ou seja: “dois estágios do estado de natureza (um anterior e outro posterior ao consentimento do dinheiro e da desigualdade de posses), seguidos da sociedade civil.”⁴¹

Com o surgimento do dinheiro deixou de haver terra não apropriada, eliminando ainda as limitações naturais antes existentes sobre a apropriação de bens, abrindo com isto a possibilidade da acumulação. O processo de surgimento do dinheiro, enquanto algo duradouro, cujo valor resultou do consentimento entre os homens e lhes garantia os elementos necessários à vida, é descrito por Locke da seguinte maneira:

“aquele que colhia cem alqueires de bolotas ou de maçãs adquiria, por esse motivo, a propriedade sobre elas. eram seus bens logo que colhidas. Tinha somente de ter o cuidado de usá-las antes de se estragarem, para não tomar parte maior do que lhe cabia, com prejuízo de terceiros. E na realidade era estrambólico, tanto quanto desonesto, guardar mais do que pudesse utilizar. E se trocasse ameixas que apodreciam em uma semana por nozes que o alimentassem durante um ano, não causava dano; não desperdiçava a reserva comum, não destruía parte da porção dos bens que perteciam a terceiros, logo que não se estragassem inutilmente em suas mãos. Ainda

⁴⁰ Macpherson lembra que equivocadamente se tem considerado, mesmo que Locke não o tenha feito de maneira explícita, uma terceira limitação. Esta diz respeito à limitação da apropriação pela quantidade de trabalho exercido. cf. Macpherson. 1970. p. 174-5.

⁴¹ Cf. C. B. Macpherson. 1970. p. 182-3.

mais, se trocasse as nozes por um bocado de metal, cuja cor lhe agradasse, ou os carneiros por conchas ou a lã por uma pedra cintilante ou um diamante, e guardasse esses objetos durante toda a vida, não invadiria os direitos de terceiros; poderia acumular qualquer quantidade que quisesse desses objetos duradouros, não se achando o extremo dos limites da sua justa propriedade na extensão do que possuía, mas no perecimento de tudo quanto fosse inútil a ela.”⁴²

Assim, o dinheiro poderia garantir a acumulação de apropriação de bens, sem que eles viessem a perecer e, desta forma, a apropriação adquiriria um valor positivo além do limite natural anteriormente estabelecido.

É necessário considerar ainda que, segundo Locke, Deus deu o mundo para uso do “diligente e racional” que pelo seu trabalho se apropria das coisas; sendo o trabalho o que de fato “provoca a diferença de valor em tudo quanto existe”. É ele também, propriedade de quem o executa e, enquanto tal, poderia ser vendido livremente em troca de salários convertendo-se em propriedade do comprador que naturalmente se apropria, da mesma maneira, de seu produto. Assim, o fato de algum homem que, por ventura, não tivesse propriedade poderia ser justificado ou em função do próprio mal uso de sua razão ou mesmo, por não trabalhar.

Se há diferença de valor entre as coisas isto se deve, segundo Locke, inteiramente ao trabalho e à indústria. E acrescenta ele:

“como graus diferentes de indústria eram suscetíveis de dar aos homens posses em proporções diferentes, assim também essa invenção do dinheiro deu-lhes a oportunidade de continuar a ampliá-las (...).”⁴³

⁴² John Locke. 1983. p.52.

⁴³ John Locke. 1983. p.53.

E isto deverá ser garantido, como veremos mais tarde, na constituição da sociedade civil. Por hora buscaremos analisar a questão da propriedade em Smith, enquanto um dos importantes teóricos do liberalismo clássico, verificando a importância dada a ela também como parte integrante do arcabouço teórico liberal que estamos levantando nesta pesquisa.

Smith, em sua principal obra, de 1776, não elaborou, como fez Locke, um capítulo especial sobre a propriedade, mesmo porque, vivendo em épocas e situações diferentes, não mais necessitava de justificar o surgimento da propriedade; porém, empenhou-se em procurar demonstrar a necessidade de manutenção da propriedade e ampliação de sua apropriação para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

A propriedade não foi o motivo principal da investigação de Smith, mas sim a natureza e as causas da riqueza das nações, cujo elemento fundamental era constituído, segundo ele, pela produtividade do trabalho. Porém, pode-se considerar que pelo trabalho a propriedade também era garantida, enquanto um elemento que contribuiria para a riqueza.

A habilidade aliada à propensão natural do homem pela troca possibilitaram, segundo Smith, não apenas a divisão do trabalho na sociedade como também garantiam as posses para que a troca continuasse efetivando e proporcionando o desenvolvimento. Assim,

“em uma tribo de caçadores ou pastores, por exemplo, uma determinada pessoa faz arcos e flechas com mais habilidade e rapidez do que qualquer outra. Muitas vezes trocá-lo-à com seus companheiros, por gado e por carne de caça; considera que, dessa forma, pode conseguir mais gado e mais carne de caça do que conseguiria se ele mesmo fosse à procura deles no campo. Partindo pois da consideração de seu interesse próprio, resolve que o fazer arcos e flechas será sua ocupação principal, tornando-se uma espécie de armeiro.”⁴⁴

Processo semelhante daria origem ao carpinteiro, ao ferreiro, ao apascentador de gado e ao curtidor ou preparador de peles ou couros; os quais, tendo certeza de poder permutar o excedente de seu trabalho, seriam estimulados a cultivar e desenvolver os talentos ou inclinações para o necessário desenvolvimento de suas ocupações.

Nesta citação de Smith, ao afirmar que a pessoa poderia pela troca conseguir mais gado e mais carne de caça do que conseguiria se **ela mesmo fosse à procura deles no campo**, fica subentendido, como Locke já havia explicitado anteriormente, que o trabalho garantiria a posse/propriedade. Ou seja, pelo trabalho seria possível apropriar do gado e da caça existente no campo (retirando-lhes de seu estado natural como teria dito Locke). Por outro lado, a habilidade na produção do arco e da flecha ou de qualquer outro produto, garantiria a sua posse e permitiria a continuidade da propensão natural do homem pela troca.

Em sua teoria econômica, Smith não só apontou a origem do excedente no trabalho como também demonstrou como é apropriado. Segundo ele, todas as atividades que produzem mercadorias produzem valor. E este pertencia ao

⁴⁴ Adam Smith. 1983. vol. I. p. 50.

trabalhador na medida mesma em que ele era dono de seus meios de subsistência e de produção. Porém, a partir do momento em que historicamente tais meios de subsistência e produção passaram a ser propriedade privada de proprietários capitalistas, estes permitiram o acesso dos trabalhadores a eles através da troca do excedente produzido, que toma a forma de lucro e renda. Para Smith, no entanto, o lucro e a renda, bem como o trabalho, eram partes constitutivas do valor e este era também identificado aos custos de produção.

Smith considerava que “no momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio. Nesse caso, o valor que os trabalhadores acrescentam aos materiais desdobra-se, pois, em duas partes ou componentes, sendo que a primeira paga os salários dos trabalhadores, e a outra, os lucros do empresário, por todo o capital e os salários que ele adianta no negócio. Com efeito, o empresário não poderia ter interesse algum em empenhar esses bens, se não esperasse da venda do trabalho de seus operários algo mais do que seria o suficiente para restituir-lhe o estoque, patrimônio ou capital investido; por outro lado, o empresário não poderia ter interesse algum em empregar um patrimônio maior, em lugar de um menor, caso seus lucros não tivessem alguma proporção com a extensão do patrimônio investido.”⁴⁵

Contudo, Marx ressaltou posteriormente que o capitalista explorava gratuitamente a força de trabalho e, desta maneira, o trabalho excedente era trabalho não pago. Por isso, capital

⁴⁵ Adam Smith. 1983. Vol. I. p. 78.

“não é apenas comando sobre trabalho, como dizia A. Smith. É essencialmente comando sobre trabalho não pago. Toda mais valia, qualquer que seja a forma na qual se cristalice, a de lucro, juros, renda etc., é, por sua substância, materialização de trabalho não pago. O segredo da auto-expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago.”⁴⁶

Cabe ressaltar ainda um outro elemento, referente à propriedade, presente no pensamento econômico de Smith. Trata-se da vinculação que se pode inferir entre propriedade e lucro. Isto pode ser percebido quando Smith tratou da criação e manutenção de certas instituições e obras públicas enquanto um dever do Estado. Segundo ele tais instituições e obras públicas deveriam ser criadas e mantidas pelo Estado, pois, embora benéficas para a sociedade, eram de tal natureza que o lucro delas auferido jamais conseguiria compensar a um indivíduo ou a um pequeno número de indivíduos. Ora, disto se pode inferir que o indivíduo ou grupo de indivíduos numa sociedade capitalista, que Smith chamava “civilizada”, faz seus empreendimentos, suas obras, cria instituições e adquire propriedades visando fundamentalmente o lucro. Quando isto não ocorresse e se, no entanto, trouxesse vantagens para a sociedade o Estado deveria então fazê-lo. Mas, afinal, seria apenas esta a função do Estado na sociedade, segundo a perspectiva liberal? É o que buscaremos discutir a seguir.

O estado:

No processo de afirmação do capitalismo enquanto modo de produção e da burguesia como classe economicamente dominante e, tendo como elementos

⁴⁶ Karl Marx. 1982. Livro I. Volume II. p. 613. (grifo nosso).

importantes neste processo, como já salientamos anteriormente, o **individualismo** e a **propriedade**, tornou-se necessário para esta classe, também o domínio sobre a instância maior de controle e de coesão social e política, ou seja, sobre o **Estado**. Este aliás, foi sendo instituído, ao longo da Idade Moderna, segundo os interesses prevaletentes no âmbito da esfera econômica, exercendo, tanto quanto os outros princípios liberais, um caráter de universalidade e de sedução.

Aliado a isto, há que se ressaltar que na constituição do processo de afirmação do capitalismo enquanto modo de produção e da burguesia como classe economicamente dominante muitos elementos importantes foram sendo escamoteados, o que permitiu que a visão teórica liberal fosse ocupando o seu espaço não só de compreensão da realidade como também de fundamentação da nova ordem que era estabelecida. Isto se tornou possível não apenas pela existência de condições materiais específicas de produção, como também e principalmente pelo seu controle. Assim, as forças sociais que detinham tal controle necessitavam de uma justificação teórica e de instrumentos políticos que lhes possibilitassem continuar exercendo tal controle e mesmo, escamoteando certos elementos importantes para a compreensão da realidade.

Sobre tal perspectiva, podemos lembrar Marx que, a partir de uma análise criteriosa e crítica, após considerar como o dinheiro se transformou em capital, como se produzia mais valia com capital e mais capital com mais valia, afirmava que “a acumulação de capital pressupõe a mais valia, a mais valia a produção capitalista, e esta a existência de grandes quantidades de capital e de força de

trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias.”⁴⁷ E para não ficar nesse aparente círculo vicioso, seria necessário admitir, segundo Marx, uma acumulação primitiva que não sendo decorrente da acumulação capitalista, é seu ponto de partida. É ela também o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção.

Fazendo uma analogia com a lenda teológica de Adão, Marx considerou o pecado original na economia, a acumulação de riquezas pela elite econômica em detrimento da população que não possuía outra coisa para vender além de sua própria pele. Isto justificava a pobreza e a desigualdade social. E, como o próprio Marx explicitava,

“é sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento (...). Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos.”⁴⁸

Foi, aliás, um período de expropriação ‘inscrita a ferro e fogo nos anais da humanidade’ e que aos poucos foi sendo garantido pelo próprio Estado liberal.

Entre os teóricos liberais, no entanto, na medida em que se justificava o individualismo através da aceitação de que o progresso individual seria a garantia do bem público, e ao mesmo tempo se assegurava a propriedade enquanto um

⁴⁷ Karl Marx. 1982. Livro I. Volume 2. p. 828.

⁴⁸ Karl Marx. 1982. Livro I. Volume II. p. 829. Para mais detalhes, confira o capítulo XXIV da Parte Sétima do Livro I, Volume II, onde Marx descreve com detalhes o processo da chamada Acumulação Primitiva a partir do final do século XIV.

direito natural, tornava-se necessário uma instância protetora tanto do individualismo quanto da propriedade para que os interesses neles implícitos fossem preservados. E isto foi feito através da ação do Estado, chamado moderno, i.é., adequado ao espírito capitalista. Moderno também por ter substituído a função de coesão social exercida anteriormente, durante a Idade Média, pela Igreja católica com seus princípios doutrinários e moralizantes.

As pontecialidades da produção material tomavam novo rumo e possibilitavam riquezas de maneira tal que não se poderia continuar sendo exploradas dentro dos estreitos limites do sistema medieval. As possibilidades de riqueza tornavam-se viáveis de forma nunca antes vista e, para que elas continuassem sendo viabilizadas, era necessário eliminar os limites que as impediam de prosseguir. Limites estes que estavam impregnados na cultura medieval. Por conseguinte, afirma Laski, “o capitalista meteu ombros à tarefa de transformar essa cultura para que se harmonizasse com os seus novos propósitos. Para consegui-lo tinha, sem dúvida, de avançar aos poucos; e, é claro, só triunfou depois que eliminou uma resistência que, de todo em todo, poderíamos dizer que durou três séculos. Procurou estabelecer o seu direito à riqueza com uma interferência mínima da autoridade social de qualquer espécie. Nesse esforço teve de passar, em termos gerais, por duas grandes fases. Por um lado, procurou transformar a sociedade; por outro, procurou capturar o Estado.” No que se refere à transformação da sociedade, buscou-se adaptar seus hábitos e costumes segundo os novos propósitos capitalistas. E quanto ao Estado, ao capturá-lo, o capitalista teria

“em suas mãos, finalmente, o supremo poder coercivo da sociedade e poderá usá-lo, conscientemente, para os seus próprios fins. Justifica o seu esforço persuadindo os seus semelhantes - não sem uma considerável dose de coerção na persuasão - de que a busca da riqueza pela riqueza envolve, necessariamente, o bem social. O homem que enriquece converte-se num benfeitor social pelo mero fato de tornar-se rico. Essa é a essência do novo espírito. É a chave central para a grande aventura dos tempos modernos.”⁴⁹

E neste contexto, o liberalismo marcou presença enquanto elemento persuasivo e justificador da busca da riqueza pelo indivíduo, isto sendo um bem para toda a sociedade. E para que a busca da riqueza ocorresse ao mesmo tempo em que a ordem social era mantida tornava-se necessário o controle do Estado. Não mais um Estado em que o peso moralizante da Igreja estivesse presente, de maneira a impedir a avanço na direção da produção da riqueza, mas um Estado secular, no qual a liberdade do indivíduo nesta direção, ou seja, de produção de riqueza, deveria estar assegurada e servir-lhe de fundamento.

Em sua obra *O Futuro da Democracia* (1989), Norberto Bobbio, ao discutir o ressurgimento do liberalismo, principalmente a partir de publicações recentes na Itália, perguntava: Qual liberalismo? E dentro da variedade de aspectos que poderiam ser considerados na resposta a tal questão, o autor deu prioridade a dois que, segundo ele, são fundamentais: o econômico e o político que, portanto, devem estar sempre presentes. Assim, o liberalismo é para Bobbio

“como teoria econômica, fator da economia de mercado; como teoria política, é fator do Estado que governe o menos possível ou, como se diz hoje, do Estado mínimo (i.é., reduzido ao mínimo necessário).”⁵⁰

⁴⁹ Harold J. Laski. 1973. p. 17-18.

⁵⁰ Norberto Bobbio. 1989. p. 114.

Em obra anterior, *Liberalismo e Democracia* (1988), Bobbio já havia apontado o pressuposto filosófico do Estado Liberal, bem como os seus limites necessários de poder e de funções. Limites estes que foram sendo impostos historicamente a partir da luta de afirmação da burguesia enquanto classe econômica e politicamente dominante.

Segundo Bobbio, o pressuposto filosófico do Estado liberal é a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural ou jusnaturalismo,

“doutrina segundo a qual o homem, todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade - direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros.”⁵¹

O jusnaturalismo partia do pressuposto da existência de leis que, por existirem antes da formação de todo grupo social, eram por isto mesmo consideradas naturais. Destas leis, derivavam direitos que eram também considerados naturais pela sua própria derivação. Dentre os autores que deram uma fundamentação a esta doutrina jusnaturalista recoreremos novamente em nossa pesquisa a Locke, por ser ele também considerado um dos arquitetos do liberalismo em sua fase inicial.

⁵¹ Norberto Bobbio. 1988. p. 11.

Locke imaginava o estado de natureza como uma maneira de justificar não apenas a apropriação da propriedade mas também a necessidade de se estabelecer limites ao poder do Estado. Ele considerava que os homens vivendo no estado de natureza, governados pela lei natural da razão, possuíam certos direitos como o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Os indivíduos, livres e racionais que eram e possuidores de tais direitos no estado natural firmaram por consenso um contrato entre si, criando o Estado, de modo a garantir os mesmos direitos de que antes eram possuidores. Assim, os direitos naturais sobrepõem-se à sociedade civil.

É importante ressaltar aqui, como faz Macpherson, que na teoria política de Locke existem dois níveis de consenso, presentes ainda no estado natural: o primeiro diz respeito à atribuição de valor ao dinheiro, o qual possibilitava aos indivíduos a apropriação e acumulação de posses. O segundo, diz respeito ao acordo que estes mesmos indivíduos estabeleceram entre si, cedendo seus poderes de governo à maioria, criando assim a sociedade civil, cujo principal objetivo seria a preservação da propriedade e, em consequência, das instituições que a favoreciam.

Deve-se considerar também que o acordo que possibilitava a criação da sociedade civil não criava direitos novos além dos considerados naturais, mas apenas cedia poder ao Estado para protegê-los. Da mesma maneira, a sociedade civil não poderia abolir qualquer direito natural e, no que diz respeito diretamente à propriedade, não poderia haver qualquer interferência sem o consentimento de

seu proprietário. Locke considerava que a existência de propriedades desiguais antecedia a própria instituição da sociedade civil. E, como assinala Macpherson,

“puesto que la sociedad civil no puede abrogar el derecho natural, y dado que tanto la apropiación de más tierra que la que un hombre puede trabajar por si mismo como la compra del trabajo de otros son de pleno derecho en la sociedad civil, ambas han de haber estado de acuerdo con el derecho natural. O, por considerar la cuestión desde el punto de vista de los derechos naturales: dado que el acuerdo de entrar en la sociedad civil no crea nuevos derechos individuales, y dado que la apropiación de más tierra que la que un hombre puede trabajar por si mismo es justa en la sociedad civil, tiene que haberse supuesto que es un derecho natural; y dado que la alienación del propio trabajo a cambio de un salario es justa en la sociedad civil, tiene que haberse supuesto que es un derecho natural.”⁵²

Assim, a existência dos direitos naturais propugnada por Locke servia para justificar a apropriação desigual da propriedade e, em consequência, a própria desigualdade social. Nada mais adequado aos interesses da burguesia nascente que se apropriou também desta forma de pensamento para justificar suas propriedades e demais empreendimentos.

Segundo Locke, embora o homem, no estado de natureza, tivesse o direito de ser livre e senhor de sua pessoa e posses,

“a fruição do mesmo é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros porque, sendo todos reis tanto quanto ele, todo homem igual a ele, e na maior parte pouco observadores da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que possui neste estado é muito insegura, muito arriscada. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de ‘propriedade’.”⁵³

⁵² C. B. Macpherson. 1970. p. 189.

⁵³ John Locke. 1983. p. 82.

Um fato importante de ser lembrado aqui é que Locke faz uma distinção entre o processo de contrato social, que cria a comunidade, e o processo em que esta atribui o poder político ao governo. Embora contratualmente ligados à comunidade os indivíduos não estão, de maneira necessária, contratualmente ligados ao governo e, além disto, tais processos nem sempre ocorrem ao mesmo tempo. Esta distinção abria, inclusive, a perspectiva de se alterar o governo quando houvesse quebra de confiança em relação aos indivíduos que outorgavam poder a ele. Um homem, segundo Locke,

“não pode submeter-se a poder arbitrário de outro; e não tendo no estado de natureza poder arbitrário sobre a vida, a liberdade ou a posse de outro, mas apenas tanto quanto a lei da natureza lhe concedeu para preservação dele próprio e do restante dos homens, é isto tudo quanto cede ou pode ceder à comunidade, e por intermédio dela ao poder legislativo, de sorte que este não pode ter mais do que lhe dão. O poder do legislativo, em seus limites extremos, restringe-se ao bem público da sociedade. É poder que não tem outro objetivo senão a preservação e, portanto, não poderá ter nunca o poder de destruir, escravizar ou propositalmente empobrecer os súditos.”⁵⁴

O poder legislativo poderá trazer maior segurança e tranquilidade à sociedade civil, quando exercido por corpos coletivos tais como o senado, o parlamento ou qualquer outra denominação que se queira dar.

Há que se considerar no entanto que, quando Locke se refere ao povo, ou mesmo ao homem, tais conceitos, embora deixem transparecer uma certa universalidade, apresentam na verdade apenas um caráter sedutor, pois, não é a qualquer homem (indivíduo) ou povo que ele se refere, mas ao que possuía

⁵⁴ John Locke. 1983. p. 87.

propriedade, conseguida, como vimos anteriormente, graças ao trabalho e à razão humana. Os que não possuíam propriedade, ou não trabalhavam, ou não faziam uso da razão e, por isto, não pertenciam à sociedade civil. Desta forma não tinham o quê ser preservado pelo Estado. A sociedade civil tinha como finalidade principal a preservação da propriedade. Afinal, o próprio Locke assinalava que para evitar os

“inconvenientes que perturbam as propriedades dos homens no estado de natureza, estes se unem em sociedade para que disponham da força reunida da sociedade inteira para garantir-lhes e assegurar-lhes a propriedade, e para que gozem de leis fixas que a limitem, por meio das quais todos saibam o que lhes pertence.”⁵⁵

Além disto, o poder constituído não poderia retirar sequer parte da propriedade de qualquer indivíduo, sem o seu consentimento, garantindo desta maneira a existência de uma sociedade de proprietários, sendo pois a propriedade o ‘título efetivo de cidadania’, como afirma Laski.

Assim, a propriedade ao mesmo tempo que é para Locke a razão de ser do Estado, é também o seu limite, ou seja, sobrepõe-se ao Estado e, além dela, ele não deve ir. O Estado é a garantia da preservação da propriedade.

Seguindo a perspectiva apontada anteriormente por Locke, que aos poucos vai se consubstanciando na tradição liberal, passaremos a assinalar aqui alguns aspectos da contribuição de Adam Smith sobre a presença do Estado na sociedade que poderão nos oferecer mais fundamentos para o desenvolvimento

⁵⁵ John Locke. 1983. p. 88.

de nossa pesquisa. Vale lembrar que desenvolveremos um capítulo posterior sobre Smith enquanto um clássico da economia política; por ora, pretendemos apenas apresentar alguns elementos de sua teoria sobre a presença do Estado na sociedade.

Inicialmente cabe ressaltar, como bem lembra Laski, que:

“num sentido, talvez seja correto dizer que Adam Smith completa uma evolução que vinha sendo continua desde a Reforma. Esta substituiu a Igreja pelo príncipe como fonte das leis que regulavam o comportamento social. Locke e sua escola substituíram o príncipe pelo Parlamento como mais adequado para impregnar as leis de um propósito social. Adam Smith foi mais além e acrescentou que, com algumas exceções secundárias, não havia necessidade alguma do Parlamento interferir.”⁵⁶

Aliás, como veremos adiante, Smith atribuiu poucas funções ao Estado, deixando que a sociedade pudesse percorrer o seu percurso natural, sem muitas interferências por parte daquele.

Embora possa considerar que Smith avança, sob a perspectiva liberal, em relação à Locke, como assinalou Laski, ambos consideraram, no entanto, como necessário: o Estado como instância primordial de proteção da propriedade bem como a existência de limites ao seu poder e às suas funções.

⁵⁶ Harold J. Laski. 1970. p. 130.

Segundo Smith, é pela desigualdade de fortuna que foi introduzida a autoridade e subordinação entre os indivíduos sendo assim relevante e necessária a presença do governo civil. Além disto, afirma Smith, é

“a aquisição de propriedade valiosa e extensa que necessariamente exige o estabelecimento de um governo civil. Onde não há propriedade, ou, ao menos, propriedade cujo valor ultrapasse o de dois ou três dias de trabalho, o governo civil não é tão necessário.”⁵⁷

E é interessante perceber que o próprio Smith constatou a desigualdade e justificou, de certa forma, a presença do Estado para mantê-la. É o próprio Smith que afirma:

“o governo civil, na medida em que é instituído para garantir a propriedade, de fato o é para a defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade contra os que não possuem propriedade alguma.”⁵⁸

O Estado existe pois para garantir a propriedade e proteger o indivíduo proprietário. E desta forma ele não deveria interferir nos negócios privados. Estes, se deixados seguir a sua ordem natural, poderiam trazer benefícios e riqueza para as nações. Aliás, segundo Smith,

“o esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se permite que ele atue com liberdade e segurança, constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra ajuda, não somente é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, como também de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas com excessiva frequência obstrui seu exercício, embora não se possa negar que o efeito desses obstáculos seja sempre interferir, em grau maior ou menor, na sua liberdade ou diminuir sua segurança.”⁵⁹

⁵⁷ Adam Smith. 1983. Volume II. p. 167.

⁵⁸ Adam Smith. 1983. Volume II. p. 167.

⁵⁹ Adam Smith. 1983. Volume II. p. 36.

O Estado deveria garantir a liberdade do indivíduo proprietário e dar-lhe segurança para que pudesse desenvolver, ele mesmo, suas ações conforme seus próprios interesses.

Tais ações desenvolvidas com liberdade no âmbito do comércio poderiam suprir quaisquer necessidades que os homens pudessem ter. Assim pensando, Smith afirmava que

“com plena segurança achamos que a liberdade de comércio, sem que seja necessária nenhuma atenção especial por parte do governo, sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade; com mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades.”⁶⁰

Assim, para garantir a propriedade e dar segurança ao indivíduo proprietário, Smith considerava que o Estado deveria exercer três atividades básicas, além das quais os indivíduos deveriam ter liberdade para agir segundo seus próprios interesses, quais sejam: proteger a sociedade dos perigos externos de violência e invasão; proteger os indivíduos de uma dada sociedade, contra os perigos de injustiça e opressão que internamente pudessem ocorrer e, finalmente, criar e manter certas obras públicas, cuja peculiaridade não traria lucro aos indivíduos ou grupos de indivíduos e, desta maneira, embora necessárias à sociedade, não compensariam e não interessariam a tais indivíduos investir nelas.

⁶⁰ Adam Smith. 1983. Volume I. p. 363.

No que se refere ao estabelecimento dos limites do Estado liberal, um aspecto importante a ser ressaltado, diz respeito à sua elasticidade, ou seja, à intervenção e não intervenção, principalmente nas questões de ordem econômica e do mercado, conforme os interesses da própria burguesia enquanto detentora da propriedade capitalista. Aliás, tal fato tem sido uma constante dentro do capitalismo até os nossos dias. Os limites de poder e de funções do Estado têm sido alargados ou diminuídos conforme os interesses e necessidades dos detentores de tal propriedade, seguindo a lógica das leis que regem o desenvolvimento do capital.

Se considerarmos o mercantilismo enquanto um período de transição para o capitalismo, surgimento e fortalecimento da burguesia enquanto classe proprietária no capitalismo, período que abrange, segundo Laski, desde o fim da Idade Média - com a Reforma - até a Revolução Francesa, poderemos constatar que os limites de poder e de funções do Estado foram praticamente alargados com o intuito de promover e desenvolver o comércio e para assegurar a produção da riqueza. A burguesia nascente vislumbrava no Estado forte e centralizado a garantia de sua própria sobrevivência e prosperidade. E a política mercantilista desenvolvida por este Estado buscou garantir uma regulamentação que fosse favorável aos vencedores da luta de interesses que então se confrontavam. Vale lembrar, os interesses dos novos proprietários que assim se tornavam a partir do próprio desenvolvimento do comércio.

Segundo Laski,

“O Estado seiscentista está impondo ordem ao caos do século XVI; esse caos estava largamente enraizado numa revolução econômica. Portanto, teria sido extraordinário se não procurasse preservar a ordem através dos meios óbvios de controle dos fatores que facilitavam a desordem: a moeda, as condições de emprego, o fluxo de comércio e imigração, o socorro à pobreza, o suprimento de metais preciosos, as relações do comerciante com os mercados estrangeiros e as colônias, as leis de navegação com seus evidentes reflexos na supremacia marítima, as indústrias pesadas com suas relações diretas com o suprimento de apetrechos bélicos. A regulamentação baseava-se na insegurança da época. Em tais períodos, **os homens sempre acodem ao Estado em busca de segurança**. Procuram na autoridade do seu supremo poder coercivo as leis pelas quais a propriedade de cada um seja salvaguardada. Essa tem sido, aliás, a experiência do nosso próprio tempo, não menos do que em períodos anteriores.”⁶¹

E na medida em que a propriedade é salvaguardada e a paz e a ordem são, de certa forma, garantidas, a intervenção do Estado passa a ser objeto de críticas, possibilitando com isso o surgimento de um Estado menos interventor principalmente nas questões de ordem econômica.

Se no mercantilismo, enquanto um período de transição para o capitalismo, no qual surgia também o liberalismo como ideologia de tal modo de produção, o Estado foi instituído com amplos poderes e funções para desencadear e facilitar o desenvolvimento capitalista, conseguido tal intento, o Estado é levado a uma retração de modo a continuar, contudo, favorecendo tal desenvolvimento, agora numa fase concorrencial através do “laissez-faire, laissez-passez”. A partir, do

⁶¹ Harold J. Laski. 1973. p. 104. Grifos nossos.

final do século XIX e início do século XX, entrando o capitalismo em sua etapa chamada monopolista, o Estado passou a ser considerado novamente fator importante de desenvolvimento, ampliando com isso seu poder e funções que possibilitaram a criação do chamado Estado de bem-estar-social. Com a crise deste, a partir do final dos anos 70 e início de 80, o Estado tornou-se culpado de todas as mazelas sociais que anteriormente fora chamado a solucionar. Passou-se então a advogar novamente um Estado mínimo para que o capitalismo continuasse a desenvolver.

Ora, a partir dos elementos postos até aqui nesta pesquisa, podemos, pois, considerar o liberalismo como expressão ideológica historicamente necessária do capitalismo. Tal expressão ideológica pode ser entendida aqui como um conjunto de idéias que, de maneira ordenada e sistemática, justifica e racionaliza os interesses do capital, e assim, serve de fundamento e sustentação, ao mesmo tempo que contribue para impulsionar o próprio funcionamento, organização e manutenção do capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico nas sociedades ocidentais. Historicamente tal ideologia tem apresentado nuances, seguindo o ritmo e a ordem do próprio capitalismo, buscando assegurar a prevaência dos interesses da classe que controla e usufrui dos melhores benefícios de tal modo de produção.

O individualismo, a propriedade privada e o Estado, obedecendo e assegurando a ordem do capital, constituem alguns dos princípios básicos do liberalismo a partir dos quais, pode-se não só compreendê-lo melhor mas também

constatar a estratégia da privatização - posta em andamento a partir da década de 70 de nosso século - enquanto uma forma de reforçar e preservar tais princípios e, em consequência, o próprio capitalismo. Confirmando-se tal perspectiva, a privatização também do ensino pode ser uma decorrência deste processo, - privatização que, mais cedo ou mais tarde, deverá ser concretizada.

A estratégia da privatização pode ser melhor compreendida a partir de sua explicitação na política econômica de nossos dias, na qual as idéias neoliberais têm uma presença marcante. Faz-se necessário, no entanto, percorrer o caminho empreendido pelos clássicos da economia política, no qual os princípios liberais, discutidos anteriormente, se fazem presentes e se tornam condição necessária para a explicitação da privatização. Desta forma caberia indagar: que elementos poderiam ser explicitados no âmbito do liberalismo clássico, do neocapitalismo e do neoliberalismo que nos permitem compreender melhor a privatização como estratégia de recomposição do capitalismo? Como a questão do ensino permeia tal discussão? A busca de respostas a tais questões deverá nortear o nosso percurso de agora em diante.

O LIBERALISMO CLÁSSICO, A PRIVATIZAÇÃO E O ENSINO:

- Smith e a Riqueza das Nações:

Quando se fala em liberalismo clássico, Adam Smith é, necessariamente, lembrado principalmente em sua obra: *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, considerada como o marco das teorias econômicas surgidas posteriormente.

A economia, antes de Smith, já tinha sido objeto de estudos de outros pensadores. Alguns se dedicaram especificamente ao tema, como foi o caso dos chamados fisiocratas que buscavam enquadrá-lo num sistema de conceitos e leis. No entanto, foi Smith quem lançou as bases desta nova ciência através de sua obra sobre a Riqueza das Nações.

A preocupação fundamental de Smith já se manifesta no próprio título de sua obra, ou seja: a natureza e a causa da riqueza. De modo diferente das doutrinas mercantilistas, que julgavam ser a moeda o elemento fundamental da riqueza, ou mesmo dos fisiocratas que consideravam os bens materiais, principalmente os obtidos da natureza - através do cultivo do solo - os responsáveis pela riqueza, Smith considerava como elemento fundamental a produtividade do trabalho. Ora, tais pontos de partida implicam em ações diferenciadas no âmbito de possíveis políticas econômicas. Os mercantilistas, enquanto teóricos, inspiravam políticas econômicas que incentivavam o

desenvolvimento do comércio, principalmente a exportação, por considerar que, através dela, a entrada líquida de moeda estaria garantindo a riqueza. Por outro lado, os fisiocratas inspiravam políticas que incentivavam a agricultura, pois, através desta, segundo eles, se poderia obter o excedente e, em consequência, a riqueza. Smith no entanto, ao estabelecer uma dependência entre a divisão do trabalho - onde ocorre o aumento de sua produtividade, impulsionada pelo grau de sua especialização - e a extensão do mercado, acaba por inspirar e propor uma política livre-cambista como aquela necessária para o desenvolvimento das forças produtivas.

Smith deixava transparecer em sua *Riqueza das Nações* uma metodologia essencialmente empirista que buscava compreender os fenômenos a partir da observação da "ordem natural" em que eles se encontravam no universo. Tal inspiração teria sido recolhida da ciência experimentalista inglesa e, mais especificamente, através de seu amigo Hume.

Numa visão geral de sua obra seria necessário lembrar aqui um outro elemento importante que foi discutido anteriormente nesta pesquisa. Trata-se da valorização do individualismo. Aliás, este último, já se fazia presente em outra obra de Smith: *A Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), quando ele afirmava que "cada pessoa, como diziam os estóicos, deve ser primeira e principalmente deixada ao seu próprio cuidado; e cada pessoa é certamente, sob todos os pontos de vista, mais apta e capaz de cuidar de si do que qualquer outra pessoa."¹ Tanto

¹ Apud. Paul Singer, *Adam Smith - Vida e Obra* 3ª ed. São Paulo. Abril Cultural. 1984. p. X.

o princípio da ordem natural dos fenômenos quanto o da defesa da individualidade são transpostos por Smith para sua teoria econômica. Aliás, não só transpostos mas também relacionados, uma vez que a ordem natural requer, para sua realização eficiente, a maior liberdade individual possível. Smith, contrariando Rousseau em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754) e recuperando Mandeville em sua *Fábula das Abelhas* (1714\28), acreditava que a busca de realização dos interesses individuais resultava em benefício para todos na sociedade. Neste sentido, é condição para a liberdade individual a não interferência da legislação ou mesmo a não imposição de práticas exclusivistas na esfera das relações econômicas. Aqui, Smith se contrapunha às doutrinas mercantilistas que, de certa forma, exerciam uma influência em sua época e se aproximava, em certa medida, da defesa feita por John Locke (1632-1704) dos direitos naturais do indivíduo - principalmente o de propriedade - sobre os quais o Estado não devia intervir.

Cabe ressaltar ainda que, além da valorização dos princípios acima referidos, também alguns fatos da história econômica da Inglaterra e Baixa Escócia durante o século XVIII contribuíram para a elaboração da teoria econômica de Smith. E aqui estamos nos referindo ao "excelente desempenho da agricultura, a substancial melhoria dos sistemas de transporte e o grande crescimento da indústria têxtil rural, das manufaturas e do comércio (que) propiciaram um progresso material sem precedentes."² Assim, pode-se dizer que

² Winston Fritsh na apresentação de *A Riqueza das Nações - Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo. Abril Cultural. 1983. p. XX.

o aumento de produtividade, acumulação de capital, melhoria dos padrões de vida e crescimento populacional constituíram elementos de inspiração empírica do trabalho de Smith.

A teoria econômica de Smith, presente em sua obra sobre a Riqueza das Nações é, segundo Winston Fritsch, uma teoria do crescimento econômico onde

"a riqueza ou bem-estar das nações é identificado com seu produto anual per capita que, dada sua constelação de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho 'útil' ou 'produtivo' - que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de reprodução - e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total".³

O crescimento econômico encontra suas condições favoráveis a partir do crescimento da produtividade do trabalho em mercados livres e competitivos. Na defesa destes, e criticando os sistemas econômicos que impunham restrições ou então eram preferenciais, Smith lembrava o provérbio que parecia inspirar tanto os fisiocratas quanto os mercantilistas: "se a vara estiver inclinada demais para um lado, se quisermos retificá-la é preciso dobrá-la para o lado oposto, em grau igual ao da inclinação anterior". Ora, segundo Smith, tanto os sistemas preferenciais quanto os de restrições deveriam ser eliminados para que se instaurasse o sistema da liberdade natural. Neste,

"deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto o trabalho como o capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano (ou o Estado) fica

³ idem. p. XII.

totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade".⁴

O sistema de liberdade natural era, pois, condizente com o princípio de individualidade propugnado por Smith. Além disso, segundo Merquior, com a obra sobre a natureza e causa da riqueza das nações, Smith “estava fundando a teoria do desenvolvimento”, comprovando que a sociedade comercial possibilitava a passagem da pobreza para a prosperidade. Merquior acrescenta ainda que

“juntamente consideradas, as passagens tão famosas sobre a ‘mão invisível’ na *Teoria dos sentimentos morais* (1759) de Smith e em *A Riqueza das Nações* significam uma percepção de que o indivíduo que procura os seus próprios interesses pode não intencionalmente, a um tempo, levar a um ponto máximo a riqueza da sociedade e ajudar a distribuí-la de forma mais ampla.”⁵

Pode-se, no entanto, considerar que Smith, ao confiar na ação da “mão invisível” e ao não explicitar os mecanismos desta ação, principalmente no que se refere à distribuição da riqueza produzida, reforçava os mecanismos por ele considerados naturais da sociedade comercial e, em consequência, o próprio mercado e suas leis, como elementos a-temporais e a-históricos. Tais elementos revestidos pelo envólucro da naturalidade adquiriam, na verdade, um certo caráter mágico.

⁴ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.147.

⁵ José Guilherme Merquior. 1991. p. 58.

Segundo o sistema de liberdade natural propugnado por Smith, cabia ao soberano (ou Estado) apenas três deveres:

"primeiro o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade."⁶

Talvez se possa dizer que aqui reside a fonte da qual surgiu o Estado mínimo defendido mais tarde pelos neoliberais.

Na terceira parte do Livro Quinto de sua obra - objeto de análise de nosso trabalho neste momento - Smith, após ter discutido os gastos com a defesa (primeira parte) e com a justiça (segunda parte), analisou os gastos do Soberano (ou Estado) com as obras e as instituições públicas. E ele iniciou tal discussão com a seguinte afirmação: "o terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não podendo, pois, esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos as crie e mantenha". Continuando seu

⁶ Adam Smith. 1983. Vol. II. p. 147.

pensamento, Smith deixava claro que "o cumprimento deste dever exige despesas cujo montante varia muito conforme os diferentes períodos da sociedade".⁷

Além das instituições públicas para cuidar da defesa e da administração da justiça na sociedade, deveria existir, segundo Smith, as instituições encarregadas de "facilitar o comércio" e as que visassem "promover a instrução do povo". Estas últimas, ele as dividia em dois grupos, no primeiro - no qual nos deteremos com maior atenção - estavam as instituições que visavam a educação da juventude; e no segundo, as que visavam a "instrução dos cidadãos de todas as idades".

Um eixo comum parece permear a forma como o Estado deveria se relacionar com todas estas instituições: os gastos a elas pertinentes poderiam ser feitos com a receita pública, porém, não de maneira necessária. Assim, elas mesmas poderiam gerar uma receita específica que as mantivessem. Quando se tratava das obras públicas que se destinavam a facilitar o comércio, como no caso específico das estradas, por exemplo, Smith chegava a propor o pedágio como o método mais justo para se cobrar uma taxa e a justificava da seguinte forma:

"embora adiantada pelo transportador, acaba sendo paga pelo consumidor, do qual ela sempre será necessariamente cobrada no preço das mercadorias. Todavia, uma vez que as despesas de transporte são altamente reduzidas por tais obras públicas, as mercadorias, não obstante o pedágio, tornam-se para o consumidor mais baratas do que seriam de outra forma, pois o aumento do preço decorrente do pedágio é inferior à redução de preço decorrente do baixo preço do transporte. Por conseguinte, a pessoa que finalmente paga o pedágio ganha nesta aplicação mais do que perde pagando a taxa. Seu

⁷ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.173.

pagamento é exatamente proporcional a seu ganho. Na realidade, é apenas uma parte desse ganho que ela é obrigada a entregar, para obter o resto".⁸

Vale ainda ressaltar o fato de que Smith propunha uma administração descentralizada dessas obras públicas, mesmo para aquelas que não conseguiam uma receita suficiente para a sua manutenção. Tais obras públicas seriam mantidas de forma melhor, não apenas pela receita local ou provincial, mas também tendo aí sua direção administrativa.

No caso das instituições públicas para a educação, o raciocínio de Smith nos conduz na mesma direção, ou seja, elas também poderiam e deveriam ter um rendimento necessário para cobrir seus gastos e a maneira natural disto ocorrer seria através do pagamento dos honorários ou remuneração do professor pelo aluno. Aqui também se aplicaria o "método justo" através não só do "rendimento natural" como também, em certos casos, do arrendamento de propriedades ou "dos juros de alguma soma de dinheiro concedida e confiada à gestão de curadores para esse fim específico, ora pelo próprio soberano, ora por algum doador particular".⁹ Disto se poderia deduzir a opção preferencial de Smith pelo ensino privado? Talvez mais adiante, com outros elementos além dos já expostos até aqui ("método justo", "rendimento natural", "arrendamento de propriedades ou juros de algumas somas de dinheiro"), poderemos responder de maneira afirmativa tal questão.

⁸ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.174.

⁹ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.199.

Smith e a instrução ideal:

Smith nasceu em 1723 em Kirkcaldy, na Escócia; estudou nas universidades de Glasgow e Oxford. Em 1748 entrou no ensino acadêmico em Edimburgo. Em seguida passou para a Universidade de Glasgow onde lecionou lógica e filosofia moral. Em 1764 deixou a Universidade para ser o tutor do jovem duque de Buccleuch, com quem viajou para a França, onde ficou até 1766, além de receber uma pensão (300 libras anuais, o equivalente ao dobro do salário recebido por ele em Glasgow) que lhe permitiu dedicar-se ao término de sua obra: *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (publicada a 9 de março de 1776).

Ainda em vida, foram feitas cinco edições de sua obra, das quais a terceira pode ser considerada a definitiva após ter passado por devidas revisões pelo autor. Reconhecido e admirado em vida por seu trabalho Smith, além de ter sido diretor da Alfândega escocesa em 1778, chegou a ser Lorde Reitor da Universidade de Glasgow em 1787.

Os dados biográficos aqui apresentados são significativos na medida em que, através deles, não só percebemos a ligação direta de Smith com a educação mas também podemos ter elementos para a compreensão de suas posições teóricas sobre o tema. Um deles diz respeito ao método natural que Smith julgava necessário no campo da educação, ou seja, o aluno deveria pagar pelo ensino recebido. Ora, se considerarmos a opção de Smith de deixar a universidade para

ser tutor do duque de Buccleuch (prática ainda comum em seu tempo), talvez, neste caso, o “método natural” considerado por ele pudesse ser aplicado sem grandes polêmicas. Isto porque, provavelmente, a condição social de “duque” não representava dificuldade de ordem financeira para se obter um ensino de qualidade. Assim, o que era resultado de uma condição social, ou seja, a possibilidade financeira de pagar pelo ensino recebido, pode ter sido aceito por Smith como algo natural e passível de generalização.

O método empirista de Smith adotado em sua perspectiva econômica poderia ser também aplicado no que diz respeito ao ensino uma vez que, ao colocar suas posições teóricas referentes a ele, sempre se reportava a exemplos de escolas e universidades de sua época, procurando, através da observação, explicitar os vínculos naturais também no fenômeno educativo. É interessante perceber ainda que, como ocorre no decorrer de sua obra sobre a Riqueza das Nações, também no Livro Quinto quando ele tratava diretamente da questão da educação, sempre está presente a comparação com as sociedades primitivas e, principalmente, com as sociedades grega e romana da antigüidade clássica (Atenas e Roma) nas quais ele se espelhava para defender suas posições.

Acredito que aqui podemos encontrar, ou mesmo inferir, os elementos que nos permitam investigar como Smith contemplava em sua teoria a possibilidade da privatização do ensino. Cabe lembrar de início que Smith não usava o termo privatização, contudo, a discussão que ele fez sobre a questão da educação na sociedade nos permite inferir sua posição em relação ao tema aqui proposto.

Antes, cabe ressaltar que Smith, ao propor e defender uma política econômica de livre mercado, embora - como dissemos anteriormente - não tenha usado o termo privatização, chegou a sugerir algo muito próximo ao que se entende hoje pelo termo.¹⁰ Assim, mesmo se considerarmos que o termo é relativamente novo, pois surgiu durante as décadas de 60 e 70, a idéia já se encontrava presente - como constatou Gianetti - no livro quinto da Riqueza das Nações, escrito por Smith. Ai, ele constava que

“as terras da Coroa britânica atualmente não proporcionam $\frac{1}{4}$ da renda que porvavelmente delas se poderia auferir se fossem propriedades de pessoas particulares. Se as terras da Coroa fossem mais extensas, dizia Smith, provavelmente sua administração seria ainda pior.”¹¹

E isto se devia não apenas ao fato de pertecerem a um único proprietário, mas também por terem uma administração “negligente, cara e opressiva”.

Smith, para justificar a “privatização” das terras da Coroa, partia do pressuposto de que “tudo aquilo que mantém a produção da terra abaixo daquilo que ela de outra forma produziria mantém baixo o rendimento do conjunto da população, ainda mais do que o dos proprietários de terra.”¹²

¹⁰ Segundo Roberto Campos “a palavra ‘privatização’ ingressou no vocabulário inglês em 1970 em livro de David Howell: *A new style of Government*” Cf. Roberto Campos. Reflexões sobre a privatização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de dez. 1995. p. 1-4. Também Eduardo Gianetti, com base no *Oxford Dictionary of New Words*, afirma que “foi só a partir dos anos 70 que o termo “privatizar” e seus correlatos passaram a figurar no vocabulário corrente do inglês”. Ressalta, contudo, que: “quanto à origem específica do termo “privatização”, embora o “New Words” nada afirme, tudo indica que sua primeira aparição impressa ocorreu mesmo - até prova em contrário - nas páginas da revista “The Economist”, no início dos anos 60.” Cf. Eduardo Gianetti. Por que privatizar. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 de jun. 1995. p. 2-5

¹¹ Adam Smith. 1983. Vo. II. p.245-6.

¹² Adam Smith. 1983. Vol. II. p.246.

Grande parte das terras das monarquias européias constituíam, segundo Smith, puro desperdício de terra e de produção. Assim,

“em toda grande monarquia da Europa, a venda de terras da Coroa geraria uma soma muito grande de dinheiro, a qual, se aplicada no pagamento das dívidas públicas, livraria de hipoteca uma renda muito superior a qualquer renda que essas terras jamais proporcionaram à Coroa.”¹³

E, ao se referir a tais terras da Coroa Smith, ao mesmo tempo que justificava a necessidade de sua privatização, não deixava dúvidas de que isto deveria ocorrer.

Segundo ele,

“embora pareça que nada custe aos indivíduos a renda que, em qualquer monarquia civilizada, a Coroa auferir de suas terras, na realidade ela talvez custe à sociedade mais do que qualquer outra renda igual que a Coroa possa ter. Em todos os casos, seria de interesse para a sociedade substituir essa renda pertencente à Coroa por alguma outra renda igual, dividindo-se as terras entre a população - e, para isto, talvez o melhor seria colocá-las à venda pública.”¹⁴

Para Smith as terras privatizadas contribuiriam não apenas para saldar as dívidas da Coroa, tendo com isto um resultado imediato, como também, a médio e longo prazos contribuiriam para o aumento da produção e em consequência para o aumento também da receita em razão da cobrança de taxas alfandegárias e de impostos resultantes do consumo desta produção. Smith acreditava que as terras privatizadas poderiam ser melhoradas e bem cultivadas, uma vez que estariam livres da negligência e do desperdício provenientes da administração da

¹³ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.246.

¹⁴ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.247.

Coroa. Tais argumentos, vale lembrar, são usados ainda hoje pelos defensores da privatização de empresas, propriedades e serviços públicos.

Retomando a discussão sobre a possibilidade da privatização do ensino, é necessário ressaltar que, para Smith, o ensino de maneira geral e não especificamente o ensino fundamental - para não tornar o homem um ser embotado -, seria melhor desenvolvido e, portanto, obteria melhores resultados quando ocorresse sem a interferência do Estado, mas a partir da relação natural e livre entre os indivíduos. Como tais relações deveriam ser estabelecidas no âmbito da educação? Vale lembrar aqui que, para Smith, a busca dos interesses individuais resultavam em bem-estar para todos os indivíduos da sociedade. Contudo, a educação das pessoas comuns, numa sociedade civilizada e comercial, talvez exigisse, segundo Smith, uma atenção maior por parte do Estado. Qual o grau desta atenção e quais seus limites? Ao buscarmos respostas para estas questões poderemos encontrar elementos que se aproximam das intenções de nossa pesquisa.

Mas afinal, qual seria a melhor forma de educação, ou o ensino ideal, segundo Smith? Acreditamos que a resposta a tal questão nos vem através do fato de Smith espelhar-se na educação das sociedades grega e romana da antigüidade. Nelas, segundo ele, o aprender a ler, escrever e calcular fizeram parte enquanto **atividade privada**: os mais ricos com a ajuda de um "pedagogo familiar" e os mais pobres na escola "de mestres para os quais o ensino era um **comércio remunerado**". Smith afirmava que estes ramos da educação estavam confiados

"ao cuidado dos pais ou tutores de cada indivíduo" e que "não parece que o Estado jamais assumiu alguma inspeção ou supervisão sobre isso".¹⁵ Além disso, Smith lembrava a existência de leis mais gerais dentro da sociedade que pressupunham o empenho do indivíduo em relação à formação das outras gerações. É o caso, por exemplo, de uma lei de Solon que condicionava a exigência do cuidado de pais idosos pelos filhos, desde que aqueles não lhes tivessem "negligenciado o dever de formá-los para alguma profissão ou atividade rendável". Cabe ressaltar, porém, um aspecto que embora Smith não tenha considerado em sua argumentação, talvez por querer reforçá-la, consideramos importante lembrar aqui, qual seja: o fato de que tanto Platão, na República, quanto Aristóteles, na Política, consideravam que a educação deveria ser um encargo do Estado. Sobre este aspecto, Aristóteles citava o exemplo dos Lacedemônios que, por darem a máxima atenção à educação de suas crianças faziam dela um encargo público. Tal exemplo nos indica que, mesmo na antiguidade grega, a perspectiva de se considerar o ensino como um encargo público não era apenas teórica.¹⁶

Smith, contudo, ao buscar reforço para a sua perspectiva de valorização do ensino privado, lembrava que quando a Filosofia e a Retórica estiveram em voga nas sociedades grega e romana, a camada mais alta da população enviava seus filhos para as escolas onde elas se faziam presente.

¹⁵ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.210. (grifo nosso).

¹⁶ Cf. Aristóteles. **Política**. 2a. ed. Brasília. 1988. UNB. Livro VIII. Cap. I. p.267. Platão. **A República**. 5a. ed. Lisboa. Fundação Caluste Gulbenkian. 1987. Cap. III e VII.

"Entretanto - dizia ele - essas escolas não eram sustentadas pelo Estado". Segundo Smith "ao que parece, porém o Estado nunca lhes deu outro incentivo a não ser transformando algumas delas em local especializado para o ensino, o que às vezes também era feito por doadores privados." Além do mais, "parece que nenhum professor recebia salário algum do Estado, nem quaisquer outros emolumentos, a não ser o que lhes advinha dos honorários ou das remunerações de seus alunos." Smith ainda comentava algo que deixava transparecer bem sua posição: "Se o conceito que se tinha da utilidade dessas escolas não conseguia atrair alunos para elas, a lei não forçava ninguém a frequentá-las nem recompensava ninguém por tê-las frequentado."¹⁷

O professor não tinha nenhum poder ou autoridade sobre o aluno, a não ser o que é tipicamente natural da relação que se estabelecia entre eles.

Smith deixava transparecer que as leis que regem o mercado na esfera da economia deveriam, segundo ele, estar presentes também na esfera da educação para que, assim, ela pudesse obter o sucesso desejado.

Ao falar sobre o ensino em Roma, Smith também lembrava o exemplo do direito que foi organizado e sistematizado, segundo ele, sem que houvesse instituições públicas para o seu ensino. Aprendia-se o direito por intermédio da companhia de amigos ou parentes que entendiam do assunto.

Na Grécia ou em Roma antigas, sem a interferência do Estado, havia mestres para instruir em todo ofício e ciência. Além disso, segundo Smith:

"a procura dessa instrução produziu aquilo que sempre produz: o talento para ministrar tal instrução; e a emulação, que uma irrestrita concorrência nunca deixa de despertar, parece ter levado este talento a altíssimo grau de perfeição."¹⁸

¹⁷ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.210-211.

¹⁸ Adam Smith. 1983. Vol. II. p. 212.

Assim, ao ter como referência as sociedades grega e romana, Smith parece encontrar o seu modelo ideal de ensino, ou seja, uma atividade privada, sem inspeção, supervisão, ou financiamento do Estado e, ao mesmo tempo, eficiente. Tal eficiência poderia ser consequência da necessidade do professor de desenvolver bem o seu trabalho para a sua sobrevivência e da concorrência que, necessariamente, se instauraria no desenvolvimento de tal atividade. A escola, ao ser reconhecida pelo trabalho desenvolvido em seu interior, seria procurada pelos indivíduos que também estariam dispostos a pagar pelos serviços dos professores. Neste livre mercado, poder-se-ia pois, encontrar, como resultado da própria concorrência estabelecida: talento, competência e qualidade. Aliás, é necessário lembrar que para Smith as pessoas, antes de adquirir hábitos e educação, traziam de nascença uma diferença de índole. E seria graças à propensão natural para a troca e no desenvolvimento desta, sem impecílios, que as diferenças de índole e a existência dos talentos poderiam se manifestar, desenvolver e assim contribuir para um melhor atendimento das necessidades da espécie. Desta forma, Smith considerava que

“entre os homens, os caracteres e habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade e propensão ao intercâmbio, ao escambo e a troca são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades.”¹⁹

¹⁹ Adam Smith. 1983. Vol. I. p.51.

Para Smith, a livre concorrência no exercício de qualquer profissão, valeria mais do que qualquer grande objetivo proposto. A não competição, favorecida pelo protecionismo, poderia instaurar um estado de corrupção na sociedade.

"Em toda e qualquer profissão, o empenho da maior parte dos que a exercem é sempre proporcional à necessidade que estes têm de demonstrar aquele empenho. Essa necessidade é maior em relação àqueles cujos emolumentos profissionais constituem a única fonte da qual esperam auferir fortuna ou ao menos seus rendimentos e sua subsistência normais".²⁰

A situação de necessidade é pois condição fundamental para se demonstrar capacidade e diligência no exercício da profissão também do ensinar. E além do mais, considerando que "o interesse de todo homem é viver o mais tranqüilamente possível", se as situações de necessidade não estiverem presentes, ele não desenvolverá satisfatoriamente o dever que lhe é atribuído.

É a partir desses elementos que Smith irá criticar as dotações concedidas a colégios e escolas, uma vez que elas diminuiriam nos professores a necessidade de se dedicarem à profissão. Tal fato ocorreria também nas Universidades onde os salários dos professores não eram pagos pelos alunos. Neste caso, o professor não tinha a necessidade de ser diligente ou competente em sua relação com o aluno na medida em que não era este quem o pagava e, portanto, independente do aluno o professor receberia o seu salário. Smith criticava ainda toda criação ou presença de mecanismos de regulamentação que impedissem a competição entre os estabelecimentos de ensino ou, no interior de cada um deles, entre seus

²⁰ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.200.

profissionais. A liberdade de escolha era considerada condição fundamental para suscitar uma certa competição não só entre as escolas, como também em seu interior quando da escolha dos professores pelos alunos. Um dos instrumentos usados no interior da própria escola que não favorecia a concorrência e a diligência era a disciplina que visava a tranquilidade dos mestres. O objetivo dela "é manter a autoridade do professor e, quer o professor negligencie quer cumpra seus deveres, obrigar os estudantes, sem exceção, a se comportarem em relação a ele como se os cumprisse com a maior diligência e capacidade".²¹ Ora, segundo Smith, se o professor no cumprimento de seu dever fosse diligente os alunos saberiam reconhecer nele os seus méritos e reputação.

Por outro lado, considerando que a procura produzia o talento e a concorrência despertava a competição, Smith valorizava as situações em que grande parte senão a totalidade do salário do professor era pago pelo aluno, o que contribuiria para que tanto o mérito e a reputação do professor e das instituições fossem também valorizados.

Ao espelhar-se nas sociedades grega e romana e ao observar as escolas e universidades de seu tempo na Inglaterra, Smith constatava que "geralmente as matérias educacionais mais bem ensinadas são aquelas para cujo ensinamento não existem instituições públicas". Era o caso, por exemplo, das escolas de esgrima e de dança, onde nem sempre se deixava de aprender, embora não muito

²¹ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.203.

bem. Por outro lado, as escolas de equitação devido aos altos custos normalmente eram públicas e não costumavam ser tão evidentes os seus efeitos.

"Quanto aos três itens mais essenciais da formação literária - ler, escrever e calcular - ainda continua a ser mais comum aprendê-los em escolas particulares do que em escolas públicas; e é muito raro acontecer que alguém deixe de aprendê-los no grau que se faz necessário."²²

Na observação que Smith fez de sua época nota-se uma crítica maior em relação às universidades do que em relação às escolas e colégios. Assim, segundo ele, as escolas públicas na Inglaterra são "muito menos corruptas do que as universidades". Nas escolas ensinava-se o que deveria ser ensinado. Nas universidades

"não ensinam à juventude as ciências que essas corporações têm por finalidade ensinar, e nem sempre ela consegue encontrar nas mesmas meios adequados para aprendê-las. A remuneração do professor de escola, na maioria dos casos, depende principalmente - em alguns casos, quase exclusivamente - dos honorários ou remunerações pagos por seu alunos. As escolas não têm privilégios exclusivos."²³

As universidades por outro lado, devido à sua origem eclesiástica, o conteúdo de seu ensino, superficial e parcial, não contribuía para a formação do homem e não estavam aptas para "melhorar a compreensão do homem ou torná-lo mais cordial".

²² Adam Smith. 1983. Vol. II. p.203.

²³ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.203.

Smith constatava que poucos foram os aperfeiçoamentos feitos em vários setores diferentes da Filosofia²⁴ dentro da Universidade. E acrescentava: "a maior parte das universidades nem sequer foi muito favorável à adoção desses aperfeiçoamentos, após efetuados; e várias dessas sociedades eruditas preferiram, durante muito tempo, manter os santuários, em que encontravam guarida e proteção sistemas desacreditados e preconceitos obsoletos, depois de ter sido banidos de todos os outros recantos do mundo". Isto ocorreu principalmente nas universidades mais ricas e mais bem dotadas de recursos. Porém em algumas das universidades mais pobres "nas quais os professores, cuja reputação era a principal responsável por sua subsistência, eram obrigados a dispensar mais atenção às opiniões correntes do mundo."²⁵

É pois a partir da observação da realidade que o cercava e não o agradava que Smith tomou como referência as sociedades grega e romana da antigüidade e indicou diretrizes de um modelo ideal de ensino. É evidente que Smith não transpõe o modelo presente na antigüidade para a sociedade de sua época. Naquele, ele buscou elementos que, numa situação diversificada, poderiam ainda mostrar resultados de eficiência. Assim, numa sociedade civilizada e comercial, como esse modelo ideal de ensino deveria ser realizado? E, nesta sociedade, o Estado deveria dispensar algum tipo de atenção em relação ao ensino? Em que nível do ensino e como isto deveria ocorrer? Tais questões tentaremos discutir no próximo item.

²⁴ Filosofia que na época de Smith abrangia o ensino da Lógica, Ontologia, Pneumatologia, Filosofia Moral e Física.

²⁵ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.208.

O Estado e o dever de instrução:

Smith partia do pressuposto de que todo homem tem em potencial as virtudes intelectuais, sociais e marciais necessárias ao desenvolvimento da sociedade em que ele convive. O homem, ao exercitar as potencialidades de sua mente, é capaz de fazer comparações e combinações em quantidade sem fim que o possibilita eliminar as dificuldades com que se depara no transcurso de sua existência. No exercício e desenvolvimento de suas potencialidades o homem é capaz de atingir os aspectos mais nobres do caráter humano. E é também no exercício de suas ocupações que o homem desenvolve a sua capacidade de compreensão do mundo.

Na sociedade primitiva, de caçadores, pescadores ou agricultores, o grau de conhecimento, talento e espírito inventivo das pessoas era suficiente para que elas pudessem desenvolver as atividades mais simples nas quais estavam normalmente envolvidas. "Em tais sociedades, as variadas ocupações de cada pessoa obrigam todos a exercitar sua capacidade e a inventar meios de eliminar dificuldades que sobrevêm continuamente".²⁶ Nestas sociedades, todo homem era um guerreiro e até certo ponto também um estadista e ainda era capaz de formar juízos acerca dos interesses da sociedade ou sobre aqueles que o governavam. Porém, num país civilizado poucos conseguem desenvolver suas potencialidades atingindo um grau de refinamento; a maioria das pessoas fica com as mentes entorpecidas. Segundo Smith tal fato ocorre com o avanço da **divisão do**

²⁶ Adam Smith. 1983. Vol. II, p.214.

trabalho. E sobre este aspecto Marx irá mais tarde, em sua obra *O Capital*, concordar com Smith. Contudo, como sua perspectiva de análise visava uma nova sociedade, Marx, de forma diferente de Smith, considerava necessária a superação da divisão do trabalho no modo de produção capitalista, uma vez que aí tal divisão se colocava a serviço do capital e não da realização completa, o quanto possível, das potencialidades do homem. E, neste processo, segundo Marx, a interrelação educação-trabalho - numa perspectiva politécnica - poderia ser de grande valia. Aliás, a educação politécnica, capaz de permitir ao trabalhador/produtor um domínio sobre o processo de trabalho e sobre o processo de produção era o que vislumbrava Marx para o desenvolvimento das múltiplas potencialidades humanas e para a realização completa do homem. A educação politécnica proposta por Marx deveria se concretizar, de fato, numa sociedade socialista cujas condições e relações de produção favoreceriam sua implantação. Apesar disso, conforme comprova Maria Alice Nogueira, a educação politécnica é

“dialeticamente e ao mesmo tempo uma virtualidade posta pelo desenvolvimento da produção capitalista e um dos fatores em jogo na luta política dos trabalhadores contra a divisão capitalista do trabalho que separa concepção e execução, acuando-os a uma função subordinada - e a uma atividade cujo conteúdo foi aviltado - no curso dos processos produtivos, no seio do aparelho de produção.”²⁷

²⁷ Maria Alice Nogueira. 1990. p. 129. Para se obter mais elementos para uma discussão sobre a educação politécnica confira também: Lucilia Regina de Souza Machado. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1989. Dermeval Saviani. **Sobre a concepção de Politecnia**. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz - Politecnico da Saúde Joaquim Venâncio. s/d.

Smith, por sua vez, mesmo acreditando na potencialidade das capacidades humanas e detectando a causa principal de seu não desenvolvimento, não apresentava alternativas para a sua efetiva e completa realização. O que ele faz, na verdade, é propor o desenvolvimento de tais capacidades até um certo nível, de modo a que não se comprometesse a divisão do trabalho existente e, em consequência, o modo de produção capitalista.

Segundo Smith, com a divisão do trabalho

"a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, justificava Smith, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas **operações simples**, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde **naturalmente** o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. O entorpecimento de sua mente o torna não somente **incapaz** de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre e terno, e, conseqüentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada. Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seu país; e, a menos que se tenha empreendido um esforço inaudito para transformá-lo, é igualmente incapaz de defender seu país na guerra. A uniformidade de sua vida **estagnada naturalmente** corrompe a coragem de seu espírito, fazendo-o olhar com horror a vida irregular, incerta e cheia de aventuras de um soldado. Esse tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança em alguma ocupação que não aquela para a qual **foi criado**. Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Ora, - continuava Smith - em toda sociedade evoluída e civilizada,

este é o estado em que **inevitavelmente** caem os trabalhadores pobres - isto é, a grande massa da população - a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça".²⁸

A citação acima, embora um pouco longa, fez-se necessária para explicitar fielmente o raciocínio desenvolvido por Smith para descrever a situação que ele observava em sua época e que poderia justificar uma atenção especial do Estado em relação à educação. Os grifos feitos por nós no texto buscam explicitar uma certa visão naturalista e conformadora de Smith em relação a sua realidade. Neste sentido, a solução por ele apresentada tem limites e estes condicionam o grau de interferência do Estado\Governo na educação. A intervenção do Estado não se dá para o desenvolvimento das ocupações e em consequência das potencialidades humanas, mas para o não embotamento dos indivíduos. Embotamento que, segundo Smith, era proporcionado pela própria divisão do trabalho. Marx, por sua vez, apesar de concordar com Smith sobre este aspecto considerava, contudo, a partir de sua perspectiva crítica em relação ao capitalismo, que no período manufatureiro

“as forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples em que o capitalista representa diante do trabalhador isolado a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital.”²⁹

²⁸ Adam Smith. 1983. Vol. II. p. 213-214. (Grifo nosso).

²⁹ Karl Marx. 1982. Livro I. Vol. I. p.413-414.

E ainda, segundo Marx, a indústria moderna, ao mesmo tempo que eliminou tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, reproduziu aquela divisão de trabalho de uma maneira ainda mais monstruosa, tornando o trabalhador um acessório consciente de uma máquina parcial.

“A contradição entre a divisão manufatureira do trabalho e a natureza da indústria moderna se impõe de maneira poderosa. Ela se patenteia, por exemplo, no terrível fato de grande parte dos meninos empregados nas fábricas e manufaturas modernas, condenados desde a mais tenra idade a repetir sempre as operações mais simples, serem explorados anos seguidos, sem aprender qualquer trabalho que os torne úteis mais tarde, mesmo que fosse na mesma manufatura ou fábrica.”³⁰

E citando o exemplo das tipografias inglesas, Marx lembrava que, antigamente, no sistema de manufatura e do artesanato, os aprendizes percorriam todo um processo de aprendizagem das tarefas mais simples até as mais complexas. Em tal processo o saber ler e escrever fazia parte do ofício. Porém, com a introdução da máquina de imprimir, apenas dois tipos de trabalhadores eram necessários: o adulto para supervisionar e, preferencialmente, meninos para colocar e depois retirar da máquina a folha de papel que aí era impressa. Isto ocupando uma carga de trabalho que atingia até 16 horas ininterruptas e, por vezes, trabalhando até 36 horas consecutivas com apenas 2 horas para comer e dormir. Tal forma de trabalho, tornava os pequenos “criaturas embrutecidas” e descartáveis uma vez que ao atingirem 17 anos eram despedidos e substituídos por outros. Segundo Marx, “algumas tentativas para arranjar-lhes ocupação noutras atividades

³⁰ Karl Marx. 1982. Livro I. Vol. I. p.555

fracassam diante de sua ignorância, brutalização e degradação física e espiritual.”³¹

Desta forma, Marx considerava que a divisão capitalista do trabalho era capaz de embrutecer cada vez mais o trabalhador uma vez que ela estava a serviço do capital e não do Homem concreto e de sua realização completa.

Retornando todavia, ao pensamento de Smith caberia aqui indagar sobre o grau da interferência do Estado na educação para evitar o embotamento dos indivíduos: até onde o Estado deveria intervir? Como isto deveria ocorrer?

Inicialmente, caberia lembrar que para Smith o desenvolvimento das potencialidades das pessoas tinha uma relação direta com as atividades por elas exercidas. Numa sociedade civilizada, as pessoas de fortuna teriam todas as condições para o desenvolvimento de suas faculdades mentais em relação ao “conhecimento útil ou decorativo”. Por outro lado, as pessoas comuns, por não possuírem tempo livre e por necessidade de subsistência, não se dedicariam à educação. Aliás, a questão do tempo livre é uma condição fundamental para o desenvolvimento intelectual e conseqüente realização das capacidades humanas, como assinalava Marx em seu *O Capital*, onde acrescentava ainda que, no capitalismo, tal tempo livre do trabalhador é transformado em mais valia em favor dos que detêm o capital. Para Smith, no entanto, o tipo de atividade a que se dedicavam as pessoas comuns

³¹ Karl Marx. 1982. Livro I. Vol. I. p.556.

"é geralmente muito simples e uniforme para dar-lhes pequenas oportunidades de exercitarem a mente, ao mesmo tempo, seu trabalho é tão constante e pesado que lhes deixa pouco lazer e menos inclinação para aplicar-se a qualquer outra coisa, ou mesmo para pensar nisso".³²

Cabe ainda lembrar aqui que, tradicionalmente, até que a escola não se tornasse a forma dominante de educação, na Idade Moderna, era ela, como a própria etimologia quer dizer, o lugar do ócio a que os proprietários, por possuírem tempo livre, se dirigiam para se ocupar das atividades intelectuais. A grande maioria, ou seja, os não proprietários se educavam fora da escola, no e pelo trabalho.³³

Para Smith, no entanto,

"embora, porém as pessoas comuns não possam, em uma sociedade civilizada, ser tão bem instruídas como as pessoas de alguma posição e fortuna, podem aprender as matérias mais essenciais da educação - ler, escrever e calcular - em idade tão jovem, que a maior parte, mesmo daqueles que precisam ser formados para as ocupações mais humildes, têm tempo para aprendê-las antes de empregar-se em tais ocupações. Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação".³⁴

Mas afinal, em que consiste esta ação do Estado de facilitar, encorajar e até mesmo impor a necessidade de aprender? Ao buscarmos resposta a esta questão, fica claro que na proposta de Smith não se trata de uma escola pública/estatal

³² Adam Smith. 1983. Vol. II. p 215.

³³ Para se obter mais elementos sobre a educação e seu processo histórico confira, principalmente: Dermeval Saviani. **Educação: seu papel histórico**. 1988, Caxias do Sul. Secretaria Municipal de Educação e Cultura, p. 3-24.

³⁴ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.215. (Grifo nosso).

como a primeira vista poderia parecer. Mas trata-se, como ele deixa bem claro, de uma “atenção” do Estado e não de um assumir completamente a educação mesmo que no seu nível elementar. Quando Smith se referia ao fato de que o Estado deve facilitar o ensino elementar ele estava se referindo à criação “em cada paróquia ou distrito” de uma pequena escola,

“onde as crianças possam ser ensinadas **pagando** tão pouco que até mesmo um trabalhador comum tem condições de arcar com este gasto, sendo o professor pago em parte, não totalmente, pelo Estado; digo só em parte porque, se o professor fosse pago totalmente, ou mesmo principalmente, com o dinheiro do Estado, logo, começaria a negligenciar seu trabalho”.³⁵

Aqui Smith tinha em mente as escolas paroquiais da Escócia e as escolas de caridade existentes na Inglaterra as quais, embora em número reduzido, caso tivessem um conteúdo mais útil que o latim, ou seja, os rudimentos da geometria e da mecânica, poderiam constituir-se no melhor ensino a ser oferecido às pessoas comuns. Tais rudimentos constituiriam “a propedêutica necessária para as ciências mais elevadas e mais úteis.” Estas poderiam, por sua vez, ser usadas pelo Estado enquanto um dos remédios para corrigir tudo aquilo que de anti-social se instaurasse nele. Para Smith,

“o estudo da ciência e da filosofia, que o Estado poderia tornar mais ou menos geral entre todas as pessoas de posição e fortuna médias ou superiores à média - não pagando aos professores salários que os tornam negligentes e preguiçosos, mas instituindo algum tipo de período de experiência, mesmo nas ciências mais elevadas e mais difíceis, a que se submeteria toda pessoa antes de se lhe permitir exercer alguma profissão liberal ou de poder ela ser admitida como candidata a qualquer cargo de prestígio, de confiança ou lucrativo. Se o

³⁵ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.215. (Grifo nosso).

Estado impusesse a essa classe de pessoas a obrigatoriedade de aprender, não precisaria ter preocupação alguma em arranjar-lhes professores adequados. Essas pessoas logo encontrariam professores melhores do que os que o Estado lhes poderia fornecer.”³⁶

Ora, além da perspectiva preferencialmente privatista constatada em Smith ao se referir ao ensino - mesmo o elementar -, fica claro também a dualidade por ele reforçada ao sugerir um ensino para os pobres, “pessoas comuns” (vale lembrar, o ensino daquilo que era essencial para evitar o embotamento dos indivíduos: ler, escrever, calcular e os rudimentos da geometria e da mecânica), e outro para os ricos, “pessoas de posição e fortuna médias ou superiores” (ou seja, o ensino das ciências mais elevadas e mais úteis).

O “encorajar” colocado por Smith se referia ao estímulo através da concessão de prêmios aos alunos que por ventura sobressaíssem na compreensão daquilo que lhes fosse ensinado. E

“o Estado pode impor à quase totalidade da população a obrigatoriedade de adquirir tais elementos mais essenciais da educação, obrigando cada um a submeter-se a um exame ou período de experiência em relação aos mesmos, antes que ele possa obter a liberdade em qualquer corporação ou poder exercer qualquer atividade, seja em uma aldeia, seja em uma cidade corporativa”.³⁷

É ainda importante lembrarmos que o “facilitar, encorajar e, mesmo impor” proposto por Smith, também se espelhava nas sociedades grega e romana. Nelas, no que se referia ao aprendizado dos exercícios militares e ginásticos, o Estado

³⁶ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.224.

³⁷ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.216.

facilitava, estimulava e por vezes obrigava o seu aprendizado. mantendo assim, o espírito marcial em cada cidadão. Espírito este que pôde defender o Estado e garantir o bem público. Da mesma forma, a presença do Estado na educação em uma sociedade civilizada deveria evitar o mal público de entorpecimento das mentes. Talvez seja este o maior ganho da presença do Estado na educação, segundo Smith. E, com suas palavras,

"um homem destituído do uso adequado das faculdades intelectuais e humanas é, se isso é possível, mais desprezível até mesmo do que um covarde, parecendo mutilado e deformado em um ponto ainda mais essencial do caráter da natureza humana. Ainda que o Estado não aufera nenhuma vantagem da instrução das camadas inferiores do povo, mesmo assim deveria procurar evitar que elas permaneçam totalmente sem instrução".³⁸

Smith não deixava de ressaltar também certas vantagens que o Estado teria com a instrução do povo:

"quanto mais instruído ele for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição que, entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais temíveis desordens. Além disso, - continuava Smith - um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso. As pessoas se sentem, cada qual individualmente, mais respeitáveis e com maior possibilidade de ser respeitadas pelos seus legítimos superiores e, conseqüentemente, mais aptas a discernir quanto às denúncias suspeitas de facção e de sedição, pelo que são menos susceptíveis de ser induzidas a qualquer oposição leviana e desnecessária às medidas do Governo." E completava: "Nos países livres, onde a segurança do Governo depende muitíssimo do julgamento favorável que o povo pode emitir sobre a conduta daquele, sem dúvida deve ser sumamente importante que este não esteja propenso a emitir julgamentos precipitados ou arbitrários sobre o Governo".³⁹

³⁸ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.217.

³⁹ Adam Smith. 1983. Vol. II. p.218.

Ora, com tal afirmação, podemos também deduzir da proposta de Smith o uso político que o Estado, e em consequência, quem o controla e dirige, poderia fazer da educação para a defesa e manutenção dos interesses estabelecidos.

Permanecendo no âmbito da economia política e tomando como referência a questão do ensino, poderíamos lembrar aqui enquanto um contraponto interno à própria ordem liberal a posição de Mandeville. Quando Mandeville morreu, em 1733, Smith tinha apenas 10 anos, porém o pensamento daquele, como vimos anteriormente nesta pesquisa, exerceu certa influência durante todo o século XVIII. E, no que diz respeito à questão do ensino, Mandeville poderia ser considerado como expressão de uma radicalização se comparado com um certo bom senso de Smith. Ambos tinham como referência as chamadas escolas de caridade. Smith, como vimos, embora deixasse transparecer sua predileção pelo ensino privado, não afastava completamente a presença do Estado ao se referir ao ensino fundamental, desde que os alunos contribuíssem com alguma quantia para a manutenção de tal ensino. Mandeville, por sua vez, era contrário ao acesso do trabalhador à escola. Para ele, instrução do trabalhador era tempo roubado da produção. Portanto, nada de escolas para trabalhador, apenas trabalho.

Smith, como vimos, ao se referir às escolas de caridade afirmava que se nelas, ao invés do latim fosse dado algo mais útil como os rudimentos da mecânica e da geometria, tais escolas poderiam se constituir no melhor ensino a ser dado para as pessoas comuns. Mandeville, por sua vez, era contra as escolas de caridade. Para ele, tais escolas estimulavam a frouxidão e o afastamento do

trabalho. O destino dos pobres era mesmo o trabalho, dependiam dele e por ele contribuíam para a riqueza da sociedade. Riqueza esta que deveria, no entanto, ser administrada pelos ricos. Os pobres teriam que ser submetidos inteiramente ao trabalho.

Mandeville, na verdade, foi expressão de um radicalismo que, no entanto, merece menção por representar uma posição que assumia até as últimas conseqüências o caráter da sociedade liberal de seu tempo.

Adam Smith é considerado um dos clássicos do liberalismo concorrencial, daí a nossa escolha ter recaído sobre ele neste trabalho. A seguir, pretendemos empreender uma análise de um outro clássico, porém de uma fase diferente do capitalismo onde se reserva um papel significativo ao Estado na regulação econômica. O caráter das colocações e análises que serão feitas a seguir difere do que foi feito até aqui, sobre Smith. Isto por se tratar de um momento diferente do capitalismo, ou seja, da etapa monopolista da fase de reprodução ampliada deste modo de produção, onde já não se buscava fundamentá-lo nos mesmos moldes que em sua fase concorrencial, mas de salvá-lo das crises cíclicas que tornavam-se constantes. Iremos, pois, nos reportar a seguir ao pensamento e contribuição de John Maynard Keynes, enquanto um dos expoentes deste novo momento do capitalismo que se fundamentava agora na chamada ideologia neocapitalista.

O NEOCAPITALISMO, A PRIVATIZAÇÃO E O ENSINO.

Neoliberalismo e Keynes:

Para podermos entender o neoliberalismo e nele inserir o pensamento de Keynes recorreremos à contribuição de Luiz Pereira em suas *Notas Teóricas sobre o capitalismo*. Embora Pereira tenha como referência principal de sua análise os economistas americanos, a caracterização que ele propõe para o neoliberalismo pode também ser adequada ao pensamento do economista inglês John Maynard Keynes. Isto se justifica não apenas pela contemporaneidade histórica entre Keynes e os economistas americanos, mas principalmente por terem ambos detectado as crises capitalistas enquanto problema e proposto soluções bastante semelhantes. A presença do New Deal, por exemplo, aproxima-se em concepção e em execução - em termos de política econômica - da proposta de intervenção do Estado sugerida por Keynes.

Pereira caracteriza o neoliberalismo como ideologia jurídico-política do modo de produção capitalista em sua fase de reprodução ampliada e em sua etapa monopolista. E como qualquer ideologia tende a encarnar-se em aparelhos institucionais, a forma de Estado capitalista correspondente a esta etapa é a do Estado intervencionista que, para tal, faz uso do planejamento para conseguir atingir seus objetivos.

Tendo como referência a obra de Lênin: *O Imperialismo, fase superior do Capitalismo*, de 1917, Pereira ressalta que, quando Marx escreveu *O Capital*, a maioria dos economistas considerava a livre-concorrência como “lei natural”. Marx, a partir de uma análise teórica e histórica do capitalismo, demonstrou contudo que a livre concorrência produzia a concentração da produção e que esta, num certo grau de desenvolvimento, conduzia ao monopólio. Lênin, por sua vez, constatou que o monopólio era um fato de sua época e, por concentrar a produção, identificou-o como uma lei geral e fundamental da fase de reprodução ampliada do capital.

É importante lembrar que a etapa monopolista se manifestou, em termos históricos, no início do século XX, sendo a Grande Depressão considerada como um marco fundamental do encerramento da etapa anterior, ou seja, a concorrencial. E, a partir de então, a nova etapa - monopolista - foi se consolidando para realizar-se por completo após a segunda Guerra Mundial.

Fazendo uso de seu procedimento de “remanipulação” de contribuições significativas de alguns autores Pereira, citando Bruno Trentin, ressalta que o ponto de partida das doutrinas neocapitalistas remonta à época crucial da crise de 29.

“Neste momento, em verdade, os técnicos, economistas e certos grupos de políticos americanos tomaram consciência de que tal crise marcava o fim de uma determinada concepção do sistema capitalista e das leis consideradas necessárias ao seu funcionamento.”¹

¹ Bruno Trentin. *Les Doctrines Néo-Capitalistes et l’Idéologie des Forces Dominantes dans la Politique Economique Italiene*. Trad. Les Temps Modernes, n. 196-197. 1962. Apud. Luiz Pereira. 1977. p. 51. Cabe ressaltar que Pereira ao fazer a “remanipulação” de Trentin, cuja obra tinha como

Assim, os dados característicos da ideologia neocapitalista contemporânea podem ser percebidos nas raízes e no desenvolvimento do pensamento econômico americano. Porém, considerando a complexidade das mutações da ideologia burguesa contemporânea, poderíamos afirmar que tais raízes e desenvolvimento se inspiraram, de certa maneira, na contribuição de Keynes.

Dentre os aspectos considerados importantes para uma caracterização da ideologia neocapitalista, há que se destacar (no âmbito da pesquisa que ora empreendemos) que o princípio nuclear articulador de tal ideologia está centrado na concepção de que “a História (inclusive e sobretudo a economia) precisa ser dirigida”² Tal princípio nuclear - de um ponto de vista capitalista - também se encontra, como veremos, no pensamento de Keynes.

Keynes: "seu tempo e sua hora":

Um dos aspectos relevantes na biografia de John Maynard Keynes é talvez o fato dele ter tido uma rica e diversificada experiência de vida a qual, de certa maneira, refletiu em sua produção intelectual. Keynes dedicou-se a atividades não só no campo da economia, da política, como também da arte, lógica e epistemologia, buscando alargar cada vez mais o seu círculo de interesse. Isto lhe possibilitou ser funcionário público do Tesouro Britânico, professor em Cambridge, financista, redator do *Economic Journal*, diplomata, assessor de

foco principal de análise a política econômica italiana, ressalta que suas considerações não se restringem contudo à cena política italiana. Trentin, como Pereira, visavam compreender as mutações da ideologia burguesa contemporânea na sua complexidade.

² Luiz Pereira. 1977. p. 54.

Winston Churchill e até mesmo promotor de atividades artísticas e colecionador de obras raras.

Em nosso estudo sobre Keynes não pretendemos ater-nos na exploração da profundidade e extensão de suas atividades, mas a elas poderemos nos reportar na medida em que nos possibilite a compreensão de sua teoria econômica e conseqüente política econômica.

Keynes nasceu em 1883, ano em que, por coincidência, morria Marx o qual é considerado por muitos um dos grandes senão o maior economista do século XIX. Outros considerarão Keynes um dos maiores expoentes da teoria econômica do século XX. Filho de John Neville Keynes, economista e professor na Universidade de Cambridge, e de Florence Ada Keynes, assistente social e uma das primeiras mulheres a se formar por aquela Universidade, além de ter ocupado também o cargo de prefeito da cidade de Cambridge. Assim, a economia e a política fizeram parte da vida de Maynard a partir de sua própria casa.

A formação escolar de Keynes deu-se na "public schools" de Eton e no King's College, de Cambridge. Aí, a partir de seu primeiro ano de experiência universitária, em 1902, foi convidado a participar de uma espécie de sociedade (semi) secreta denominada "os Apóstolos" ou apenas "a Sociedade". Esta foi fundada no final de 1820, em Cambridge, e era constituída por alunos da universidade, do sexo masculino, amigos entre si, que se reuniam para discussão intelectual acerca das relações humanas, de obras de arte e também de elementos

de filosofia, consideradas, todas elas, "questões sérias". Um filósofo que exerceu grande influência sobre esta sociedade foi G. E. Moore. Segundo Keynes, Moore inculcara-lhes algumas formas novas de sentir e a relação dos "apóstolos" com ele "era excitante, alegre, o despertar de uma renascença, a abertura de um novo firmamento por sobre uma nova terra. Fomos os precursores de uma nova revelação, temerosos de coisa alguma."³ A influência de Moore deu-se fundamentalmente no campo da moral, da ética e dos limites da ação humana.

Ao falar sobre a "Sociedade", Levy observa que

"uma das tradições esporádicas dela consistia na 'sodomia elevada', uma forma de homossexualidade ideológica, manifestada sobremaneira em palavras e não em ações. Com o advento de Srahey e, posteriormente, de Keynes, essa tradição conheceu um poderoso renascimento e a ênfase posta no comportamento verbal pode ter sido ligeiramente alterada."⁴

Em Cambridge Keynes freqüentou cursos e participou de seminários de várias disciplinas nas áreas de Matemática, Política e Administração Pública e também de Economia.

A diversidade de interesse intelectual de Keynes refletia também no âmbito de suas amizades. Isto lhe possibilitou a participação num outro grupo não menos polêmico que o dos "Apóstolos" que foi o grupo de Bloomsbury⁵, constituído por amigos formados nas faculdades de Cambridge. Este último era menos fechado,

³ J. M. Keynes, *Two memoirs* (Londres, 1949), p. 81. Apud Paul Levy, "O grupo de Bloomsbury". In: Milo Keynes. 1977. p.32.

⁴ Paul Levy. op. cit. p. 33.

⁵ Bloomsbury era um bairro de Londres, perto do Museu Britânico.

na medida em que houve também a participação de mulheres como Virginia Woolf e de sua irmã Vanessa Bell. Grande parte dos componentes deste grupo tinha também participado do grupo dos "Apóstolos".

O grupo de Bloomsbury reunia-se com frequência entre os anos de 1907 a 1930. Dele participaram: crítico de arte (Roger Fry), crítico literário (Lowes Dickinson), editor (Leonard Woolf), escritores (E. M. Forster e Lytton Strachey), pintor (Duncan Grant), filósofos (J. M. E. McTaggart, G. E. Moore) e economista (Keynes). Alguns intelectuais como Bertrand Russell, Aldous Huxley e T. S. Eliot tiveram uma participação efêmera no grupo. Após 1930, o grupo de Bloomsbury se expandiu e passou a abranger intelectuais de outras regiões como Cambridge e Oxford. Com tal expansão, "Bloomsbury" não se institucionalizou, porém, passou a ter um significado amplo na vida cultural inglesa.

Segundo Schwartz,

"o grupo de Bloomsbury dificilmente se enquadra em qualquer classificação. Os membros compartilhavam idéias e valores, mas o grupo nunca passou de uma constelação de pessoas talentosas cujos feitos influenciaram a arte e a ciência no século XX."⁶

O traço característico tanto da "Sociedade Secreta" de Cambridge quanto do grupo de Bloomsbury,⁷ dos quais Keynes participou ativamente, foi o fato de

⁶ Gilson Schwartz. 1984. p. 10.

⁷ Afeito à participação ou contatos com grupos de intelectuais, Keynes participou do Clube da Memória, criado em 1920, e manteve ainda relações de amizade íntima com um grupo de jovens aos quais chamava de "neopagãos". Deste participava inclusive Ludwig Wittgenstein com o qual Keynes manteve um profundo relacionamento intelectual. Para maiores detalhes da participação de Keynes nestes grupos, cf. Paul Levy. "O Grupo de Bloomsbury". In: Milo Keynes. 1977. p.29-41.

serem agremiações compostas por elementos pertencentes à aristocracia intelectual britânica preocupados em realizar discussões intelectuais a respeito de questões culturais da vida britânica. Tais agremiações, enquanto existiram, causaram também polêmicas devido à heterodoxia de suas idéias e condutas frente aos valores vigentes da sociedade inglesa da época, ainda impregnada pela moral vitoriana e por uma visão idealista do mundo. Elas foram ainda, paradoxalmente, críticas em relação à moral vitoriana, uma vez que a experimentação, a incerteza, e a ambigüidade passaram a fazer parte de seus valores no que se refere às conseqüências da ação humana. Porém, enquanto pertencentes à aristocracia intelectual, desejavam a liberação individual da carga moral vitoriana, com reformas sociais que não atingissem seus privilégios enquanto elite. Para eles, "as classes inferiores eram apenas uma questão de consciência". Assim se pode afirmar que

"os membros de Bloomsbury eram os protagonistas de uma mudança de atitude e estilo no interior da própria burguesia inglesa. Revoltavam-se contra a classe mas também para a classe, preparando-a para uma nova fase de sua história."⁸

Talvez aqui se pudesse também aplicar a característica empirista constatada em Smith, porém, se no trato das questões morais buscava-se mudanças, no que se refere às questões econômicas, as experiências novas eram buscadas e sugeridas no intuito de preservar a classe dominante salvando o sistema produtivo que lhe dava sustentação.

⁸ Gilson Schwartz. 1984. p. 19.

As idéias e os valores propugnados pelos membros de Bloomsbury foram no entanto abalados pela situação histórica mundial e, especificamente, da Grã-Bretanha frente as Guerras de 17 e de 39. Assim, Bloomsbury tornou-se um mito britânico, no dizer de Schwartz, e acrescentaríamos que enquanto tal não deixou de influenciar a teoria e a prática daqueles que dele participaram, como foi o caso de Keynes.

Cabe ressaltar aqui o fato de que Keynes participou também ativamente dos acontecimentos políticos e econômicos que envolveram a Grã-Bretanha de sua época, principalmente no campo de formação de idéias, seja como professor da Universidade de Cambridge ou editor da revista científica de circulação internacional como foi o caso da *Economic Journal*, seja na implementação de uma política econômica que visava salvaguardar o capitalismo, enquanto foi assessor econômico do governo (1915-1919). É necessário lembrar que Keynes, embora tendo participado como membro da delegação britânica para a conferência de paz da qual resultou o Tratado de Versalhes, fez severas críticas ao conteúdo deste, principalmente no que se refere às possibilidades da paz e do crescimento econômico na europa. Tais críticas estavam presentes em sua obra *As Conseqüências Econômicas da Paz* (*The Economic Consequences of the Peace*) publicada inicialmente em 1919 e reeditada em 20 e 24, inclusive em outras línguas que não a inglesa. Com tal publicação, Keynes começou a adquirir fama ao mesmo tempo em que, por desacordo com o governo ao qual servia e com os governos dos países vencedores da Primeira Guerra, teve que se afastar de suas atividades no serviço público. Desta maneira, Keynes retomou seus

trabalhos em Cambridge e iniciou em Londres uma série de atividades enquanto financista e assessor de empresas. Continuou ainda suas publicações nos meios de comunicação disponíveis e a ele franqueados. Tais publicações, muitas vezes se tornavam livros como foi o caso de *Essays in Persuasion*, publicado em 1932.

Um dos artigos significativos publicado nesta obra foi "O fim do Laissez-faire" (The End of Laissez-faire). Este, na verdade, tratava-se de um ensaio de caráter filosófico e político, escrito inicialmente em 1926, no qual já demonstrava, como o próprio título deixa claro, uma perspectiva heterodoxa de Keynes no que se refere à teoria econômica convencional de seu tempo. Este artigo pode ser inserido no contexto de transição de Keynes para a heterodoxia. Aliás, cabe lembrar que tal heterodoxia teria iniciado, em seus escritos sobre economia, em 1923 com a publicação de *Um discurso sobre a Reforma Monetária* (A Tract on Monetary Reform); abrangeu a seguir o *Tratado sobre o Moeda* (A Treatise on Money), publicado em 1930 e consumou com sua obra, considerada a mais madura, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (The General Theory of Employment, Interest and Money), de 1936.

Um aspecto relevante a ser observado aqui é o fato de que a produção teórica de Keynes se deu em meio a profundas mudanças na ordem mundial. Período de crise do próprio sistema de organização da produção, onde se tornava clara (e ao mesmo tempo polêmica) a não possibilidade de solução dos problemas postos pelo capitalismo a partir do próprio mercado. O desemprego era uma realidade marcante na Europa ou mesmo nos Estados Unidos em função,

principalmente, da contração na produção industrial. As Guerras Mundiais vêm no bojo das tentativas de solução para a crise do sistema, buscando um reordenamento da ordem econômica internacional. E aqui cabe lembrar que após a Primeira Guerra, a Grã-Bretanha perdeu sua hegemonia dentro do sistema capitalista internacional e os Estados Unidos passaram a assumi-la.

Keynes teve um papel subsidiário no desenvolvimento da política econômica da Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra, principalmente no que diz respeito à alocação de recursos e mesmo no acompanhamento do desempenho das finanças públicas. Neste período assessorou o primeiro-ministro Winston Churchill.

Como observa Tamás Szmrecsányi,

"nessa posição, ele teve (e procurou não perder) a oportunidade de por em prática o seu programa de financiamento das atividades bélicas acoplado ao controle das pressões inflacionárias e a uma política de redistribuição de renda. O mencionado programa se baseava numa ampliação do âmbito da política econômica, habitualmente concentrada apenas nos aspectos monetários e fiscais, para o enfoque mais abrangente da contabilidade nacional. Esse enfoque realmente acabou sendo adotado pelo governo britânico: a política econômica do período da Guerra foi formulada e executada de acordo com os critérios keynesianos de agregação da demanda e da oferta, do consumo e do investimento. O mesmo não se deu, entretanto, com suas propostas de redistribuição de renda, as quais só seriam adotadas bem mais tarde, após o término da Guerra."⁹

⁹ Tamás Szmrecsányi. 1984. p. 21.

Sob a hegemonia norte americana tanto militar quanto econômica Keynes participou também, enquanto chefe da delegação britânica, das negociações para o reordenamento da economia mundial no pós-guerra. A Conferência de Bretton Woods foi um marco de tais negociações e deu origem às principais instituições financeiras mundiais da atualidade: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD).

Keynes, inicialmente, tinha uma proposta de "união internacional de compensação" através da criação de uma moeda e de um banco emissor internacionais. Porém, a proposta norte americana de criação do FMI prevaleceu e também os ingleses tiveram que aceitá-la.

A Conferência de Bretton Woods aconteceu em 1944 e, logo a seguir, Keynes ainda participou da inauguração das entidades financeiras internacionais, chegando até mesmo a presidir o FMI. Em 21 de abril de 1946 Keynes faleceu.

Keynes viveu intensamente os acontecimentos de seu tempo e através de seus escritos pôde formular aquilo que se convencionou chamar de "revolução keynesiana"¹⁰ na economia. Uma revolução, se assim podemos chamar, heterodoxa na economia capitalista uma vez que, vivendo a crise do sistema,

¹⁰ Embora se tenha convencionado chamar de "revolução keynesiana" a nova teoria econômica de meados do século XX, é importante salientar que tal feito não coube exclusivamente a Keynes. Vários outros economistas participaram deste processo de elaboração de uma nova teoria econômica, embora o mais conhecido tenha sido, de fato, Keynes através, principalmente, de sua obra: *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Podem, no entanto, ser lembrados aqui: Richard F. Kahn, Joan Robinson, James E. Meade, Dennis H. Robertson ou ainda Gunnar Myrdal e Michal Keleki.

propunha alternativas que aliviassem as conseqüências de tal crise sem, contudo, alterar os alicerces do próprio sistema.

Keynes pode ser considerado, segundo Dillard, como o "principal arquiteto da nova teoria econômica" que se instalou no mundo ocidental a partir de meados do século XX. A teoria proposta por ele chega a ser tão polêmica quanto a que esteve implícita nas obras de Adam Smith, no século XVIII, ou mesmo nas obras de Karl Marx, no século XIX. No século XX, pelo menos na primeira metade, aconteceu aquilo que se poderia considerar "a hora de Keynes", ou seja, a chamada "revolução keynesiana" que é, por vezes, entendida como sinônimo da nova teoria econômica.

Keynes e a teoria econômica clássica: revolução ou complementação?

As preocupações de Keynes demonstradas em suas obras estavam ligadas a problemas práticos do momento. Tinha pois preocupações a partir da conjuntura de sua época. Não pretendia reconstruir a teoria econômica a partir da teoria do valor. Educado nas teses marginalistas, fundamentadas na chamada concorrência perfeita do mercado, Keynes se preocupava em verificar porque as propostas nelas contidas, em torno de política econômica e fundamentadas na teoria clássica, eram irrelevantes para a solução dos problemas emergentes da realidade européia a partir do século XX.

É importante ressaltar aqui que Keynes foi educado na versão de Cambridge da teoria clássica. Marshall e Pigou foram seus professores. Porém, se Cambridge, no final do século XIX, pode ser considerada como o locus de afirmação dos postulados da teoria econômica clássica segundo os quais o 'homem econômico' deixado a si mesmo encontraria sempre uma situação de equilíbrio, será também em Cambridge que se constatará um intenso combate a tais postulados, já no século XX, principalmente, através da chamada "revolução keynesiana".

No Capítulo I de sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), considerada a expressão máxima de sua teoria econômica, Keynes dará uma ênfase ao termo *Geral* e afirmará que seu objetivo é o de contrastar os seus argumentos e conclusões com os da teoria clássica. Em nota de rodapé explicou a abrangência do que ele considerava ser a Teoria econômica clássica:

"os economistas clássicos" diz Keynes, "é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus predecessores, isto é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo. Acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, a incluir na 'escola clássica' os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo) J. S. Mill, Marshall, Edgeworth e o Prof. Pigou."¹¹

¹¹ John Maynard Keynes. 1982. p. 23 (nota nº 1).

Segundo Keynes, os postulados da teoria clássica se aplicavam apenas a um caso especial,

"pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio". E, "ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência."¹²

Ora, quais são os fatos da experiência a que Keynes se referia cujos postulados da teoria clássica não poderiam ser aplicados? e que postulados eram esses?

O próprio título de sua obra já nos dá a indicação dos problemas a que Keynes se refere, cabendo destacar, no entanto, que a teoria do emprego constitui o núcleo central da *Teoria Geral*. Isto talvez porque a questão do desemprego se colocava na realidade européia, vivida por Keynes, como um grave e crescente problema que atingia de 15 a 20% da população dos países industrializados. Tal situação possibilitava um certo desencantamento com o próprio capitalismo. E aliás, cabe lembrar aqui que alternativas concretas como a da Revolução Russa de 1917 desafiavam ainda mais os intelectuais e os implementadores de políticas econômicas capitalistas.

A teoria clássica considerava em seus pressupostos a situação limite de equilíbrio, o que neste caso significaria uma situação de pleno emprego. Nela a tendência ao pleno emprego era uma constante e a política social que asseguraria

¹² John Maynard Keynes. 1982. p. 23.

tal situação deveria ser embasada no princípio do laissez-faire. Keynes, por outro lado, não estava preocupado com a situação limite de equilíbrio, principalmente, porque a situação europeia e notadamente a da Grã-Bretanha estava aquém de tal possibilidade. Assim, ele se preocupava em entender e explicar o que é que determinava o volume de emprego em qualquer momento.

Segundo Dillard,

"em lugar de intentar explicar que é que determina o volume de emprego, a teoria clássica tem como ponto pacífico o emprego total e segue adiante explicando como, dado um volume total de recursos, ele se aloca na produção e como o rendimento proveniente desta produção é distribuído entre os diferentes fatores que participam na produção. As forças do mercado que alocam os fatores na produção e determinam o pagamento da distribuição são a oferta e a procura. As relações gerais da oferta e procura determinam os valores relativos dos recursos e mercadorias individuais. Expressos em termos de dinheiro, tais valores são os preços. e o sistema que fixa os preços é o mecanismo planificador inconsciente que guia os particulares, no encaço de máximos proventos individuais, a combinar plena e economicamente o total de recursos de um sistema econômico. Tal é, brevemente esboçada, a famosa teoria do valor, distribuição e produção, que constitui o núcleo da teoria econômica clássica."¹³

Em sua *Teoria Geral*, Keynes ocupou-se, no entanto, ainda segundo Dillard, das variações do volume de produção e do emprego no sistema econômico como um todo, considerando tais elementos como resultado de flutuações na quantidade de meios de produção empregados.

¹³ Dudley Dillard. 1971. p. 17.

Era crença comum entre os países capitalistas de então a chamada economia de mercado, ou seja, considerava-se que o mercado poderia regular, por si mesmo, a produção e, em última instância, também o emprego. Foi J. B. Say, economista francês, que no início do século XIX elaborou o que se convencionou chamar de "lei de mercado", através da qual se supunha que a oferta criaria a sua própria procura. Tal lei supunha, segundo Dillard, que a única razão pela qual as pessoas trabalhavam e produziam era para desfrutar a satisfação de consumir. "Numa economia de troca, portanto, tudo o que se produz representa a procura de outro produto. Oferta adicional é procura adicional." Assim, desde que a oferta criasse a sua própria procura, não poderia haver "superprodução geral". E ainda, segundo a lei de Say,

"a utilização de mais meios de produção será sempre lucrativa e se levará a efeito até o ponto de pleno emprego, atenta a limitação de que os que contribuem com os meios de produção queiram aceitar remunerações não maiores do que justifique sua produtividade física. Vistas as coisas dessa maneira, não pode haver desemprego geral se os trabalhadores aceitarem o que merecem."¹⁴

Caso os trabalhadores não aceitassem o salário que os empresários poderiam pagar, nunca acima da produtividade marginal, eles poderiam preferir ficar fora do mercado de trabalho. Estes seriam então os desempregados voluntários. Poderia acontecer também, sob a perspectiva da teoria econômica clássica, o fato de existirem homens temporariamente afastados do trabalho, devido a imperfeições do próprio mercado, como por exemplo: escassez de matéria-prima, avarias na maquinaria ou equipamentos, e até mesmo a própria natureza sazonal

¹⁴ Dudley Dillard. 1971. p. 18-19.

de determinados tipos de trabalho. Tal era a classificação do desemprego friccional. Todavia não poderia existir, numa economia de mercado, os desempregados involuntários, ou seja, os que desejassem trabalhar, mesmo que aceitando os salários oferecidos pelos empresários, e não encontrassem emprego. Isto só seria compreensível se houvesse uma interferência externa na tentativa de regulação do mercado; o que neste caso poderia acontecer através da pressão sindical, por exemplo. Tal interferência poderia provocar, no entanto, uma situação de desequilíbrio entre o nível salarial e a produtividade marginal que lhe deveria corresponder. Assim, qualquer interferência externa ao mercado poderia ser não só inútil como também prejudicial ao próprio funcionamento do sistema como um todo.

Na teoria clássica havia uma certa compatibilidade entre o denominado "pleno emprego" com o "desemprego voluntário" ou até mesmo com uma determinada quantidade de "desemprego friccional". Ela não contemplava, contudo, a possibilidade do "desemprego involuntário". Saindo-se das regras de mercado que possibilitavam o pleno emprego, segundo a teoria clássica, o que ocorreria na verdade seria uma situação de desemprego voluntário, ou seja, se o trabalhador não aceitasse e não se inserisse nas regras do mercado ele poderia, se assim o preferisse, ficar fora do mercado de trabalho. A responsabilidade pelo desemprego recairia, portanto, sobre o próprio trabalhador.

Aceitando-se a "lei do mercado" tanto no que se refere à produção quanto também à questão do emprego acreditava-se, em consequência, que as crises do

capitalismo poderiam e deveriam ser resolvidas pelo próprio mercado que, por coerência, estabeleceria um modelo de concorrência perfeita. A crença radical nos valores do mercado, enquanto remédio para todos os males da sociedade, inviabilizava a percepção das forças político-econômicas que, de certa forma, dava-lhe uma direção e, até mesmo, o reconhecimento da própria questão da alienação, já apontada por Marx.

Ora, no capitalismo monopolista que aos poucos foi se oligopolizando, o modelo de concorrência perfeita começava a não fazer mais sentido. Já em 1926, Piero Sraffa, então professor da Universidade de Cambridge, publicava um artigo no *Economic Journal* intitulado "The Laws of Returns under Competitive Conditions", no qual

"mostrava que o pressuposto da concorrência perfeita quase não se aplicava a nenhum mercado real e que se deveria reconstruir a teoria dos preços a partir da constatação de que a maioria das empresas industriais podia usufruir de ganhos de escala e que portanto lhes convinha crescer até o ponto em que tais ganhos são compensadores - donde resulta que a maior parte dos mercados são regidos por 'concorrência imperfeita' ou 'concorrência monopolística'. Neste ponto, explicitamente ou não, Sraffa dava razão a Marx, que já tinha mostrado que os ganhos de escala eram um dos principais fatores da concentração do capital."¹⁵

Keynes, por sua vez, também foi um crítico de tais crenças presentes até mesmo nas economias industriais, apesar de envoltas pelo "véu monetário". Ao se aceitar a lei de Say, que estava na base de sustentação da teoria clássica, impossibilitar-se-ia a compreensão da situação de crise e de desemprego presente

¹⁵ Cf. Paul Israel Singer. *Keynes - Calecki*. "Vida e Obra" p. X. Col. *Os Pensadores*. Abril Cultural. 1985.

na europa de seu tempo. Aliás, Keynes considerava o desemprego como um dos maiores males do capitalismo. Para ele, no entanto, o nível de emprego dependeria

"unicamente do [nível] da demanda efetiva medida em unidades de salários, e (...) sendo esta a soma do consumo provável e do investimento provável, não pode variar se a propensão a consumir, a curva da eficiência marginal do capital e a taxa de juros permanecem constantes."¹⁶

Além disso, Keynes considerava que o capitalismo industrial a partir do século XIX havia se transformado num mecanismo complexo e mesmo instável de acumulação de capital que acabava por inviabilizar a sua auto-regulação pelas leis do mercado. Para ele,

"o celebrado **otimismo** da teoria econômica tradicional - que levou os economistas a serem considerados como Cândidos, os quais, tendo-se retirado do mundo para cultivarem seus jardins, clamam que tudo caminha do melhor modo no melhor dos mundos possíveis, contanto que deixemos as coisas andarem sozinhas - tem como origem, no meu entender, o fato de não haver sido levado em conta o empecilho que uma insuficiência da demanda efetiva pode significar para a prosperidade, pois em uma sociedade que funciona de acordo com os postulados clássicos deveria existir uma tendência natural para o emprego ótimo dos recursos. Pode muito bem ser que a teoria clássica represente o caminho que a nossa economia, segundo o nosso desejo, deveria seguir, mas supor que na realidade ela assim se comporta é presumir que todas as dificuldades estejam removidas."¹⁷

¹⁶ John Maynard Keynes. 1982. p. 203.

¹⁷ John Maynard Keynes. 1982. p. 44. grifo do autor (sic.)

Aqui também estavam, de certa forma, embutidas as críticas de Keynes àquilo que mais adiante em sua Teoria Geral ele irá explicitar:

"o peso de minha crítica é dirigido contra a inadequação das bases teóricas da doutrina do 'laissez-faire', que me foi ensinada e que eu ensinei muitos anos; contra a idéia de que a taxa de juros e o volume de investimentos se ajustam automaticamente ao nível ótimo (...)"¹⁸

Cabe ressaltar aqui que as implicações práticas da teoria econômica clássica estavam fundadas no princípio do laissez-faire e, já durante a Primeira Guerra e nos anos subseqüentes, tal princípio não mais conseguia se afirmar.

Um outro aspecto que poderia contribuir para a análise que ora empreendemos é a posição de Keynes sobre o dinheiro no conjunto do sistema econômico. Cabe lembrar que no início de sua carreira, Keynes era um especialista em economia monetária e mesmo quando deixou este campo mais restrito, indo em direção aos aspectos mais amplos da teoria econômica geral, ele não deixou de considerá-lo como um elemento importante na determinação do emprego e da produção.

Segundo Vicarelli, há um nexos na *Teoria Geral*

"entre a preferência pela liquidez e a eficiência marginal do capital, ou entre a função de demanda de dinheiro e a função de demanda de investimento. A ligação entre o dinheiro e a produção é dada pelo papel decisivo que a taxa monetária de juros desempenha em relação aos investimentos. A taxa de juros do dinheiro, embora não seja o elemento determinante do investimento (o elemento determinante é a eficiência marginal do capital), é um fator decisivo na medida em que pode inviabilizar os investimentos, se estiver acima da

¹⁸ John Maynard Keynes. 1982. p. 261.

eficiência marginal do capital. A taxa de juros, para Keynes, é o preço pelo não-entresouramento do dinheiro. Ela exprime a oferta e a procura de dinheiro e varia segundo as mesmas. O dinheiro, além de equivalente geral e meio de troca, é reserva de valor. É em torno desta última propriedade que surge a preferência pela liquidez (o desejo de conservar mais ou menos riqueza em forma de dinheiro) e todo o problema da especulação a ela ligado. A especulação está relacionada à incerteza quanto ao futuro, e a taxa de juros mede o grau desta incerteza. A demanda especulativa de dinheiro é instável, justamente porque exprime o comportamento dos possuidores de dinheiro que procuram se livrar da incerteza. Para Keynes, a importância do dinheiro decorre essencialmente de ser um elo entre o presente e o futuro. É a existência do dinheiro como reserva de valor."¹⁹

Na Teoria Geral apresentada por Keynes a explicação fundamental para o desemprego se achava centrada nas propriedades peculiares do dinheiro e dos juros. Todavia, sob o ponto de vista da política prática, conforme afirma Dillard, ele "concede ainda maior importância à instabilidade da procura de bens de capital, originada da irracionalidade do mercado de investimentos particulares."²⁰ Vale ressaltar que o caráter cíclico do sistema capitalista estava associado, segundo Keynes, à instabilidade e à incerteza que envolviam as expectativas de lucro. Além disso, a propensão a consumir e o estado de preferência pela liquidez contribuíam, embora não de forma decisiva, para agravar as flutuações cíclicas do sistema.

Um aspecto ligado à questão do dinheiro que iremos ressaltar aqui é o que dizia respeito à poupança. Esta, na teoria clássica, não era considerada como um obstáculo ao gasto e ao emprego. Isto porque "poupar é gastar em bens de

¹⁹ Fausto Vicarelli. *Keynes: la inestabilidad del capitalismo*. Madrid. Pirâmide. Apud. Gentil Corazza. 1986. p. 80.

²⁰ Dudley Dillard. 1971. p. 8.

produção (inversão)". Desta forma, para a teoria clássica, todo rendimento se gasta parcialmente em consumo e parcialmente em inversão. A oferta continuava criando a sua própria procura. Assim, no esquema clássico, a flexibilidade das taxas de juros mantinham a igualdade da poupança e do investimento.

Acreditando piamente na produção e no consumo, regidos pela "lei do mercado", a teoria clássica

"não reconhece que uma diminuição do consumo, ao invés de levar a um aumento do investimento, pode conduzir a uma diminuição da procura agregada e, portanto, ao desemprego. Tampouco reconhece a teoria clássica como importante móvel para a poupança o desejo de riqueza como tal."²¹

Para Keynes, a lucratividade do capital estava associada a sua escassez. Esta era, na realidade, a versão keynesiana da tendência decrescente da taxa de lucro, presente no pensamento dos grandes economistas clássicos. Para ele, o capital proporcionaria um rendimento não porque é produtivo mas devido a sua escassez. Dessa maneira, aumentando a acumulação de capital, sua lucratividade tenderia a cair. Tal possibilidade tornava o futuro incerto e arriscado.

Segundo Corazza,

"o capitalismo de Keynes é um sistema em que a acumulação de capital não está governada pelas decisões de poupar, mas pelas decisões de investir. No capitalismo keynesiano, as decisões de investir são o centro motor do desenvolvimento do sistema." Contudo, o investimento era também extremamente instável, "pois depende da expectativa de lucro, e não há nada que assegure sua estabilidade."²²

²¹ Dudley Dillard. 1971. p. 20.

²² Gentil Corazza. 1986. p. 80.

É a partir desses elementos que poderemos compreender melhor a proposta de política econômica de Keynes, a qual trataremos no próximo item deste trabalho.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que a proposta de teoria econômica presente em Keynes é muito mais uma teoria provisória e complementar à teoria econômica clássica do que propriamente sua superação. Segundo nos parece, Keynes acreditava que resolvidos os problemas de conjuntura, como o da crise, do desemprego, da taxa de juros, dos investimentos, os elementos da teoria clássica poderiam contribuir para a manutenção do funcionamento do sistema econômico como um todo. Ele mesmo afirmou, como lembramos acima, que "pode muito bem ser que a teoria clássica represente o caminho que a nossa economia, segundo o nosso desejo, deveria seguir (...)".

É importante lembrar ainda que o capitalismo para Keynes, embora pudesse ser considerado provavelmente mais eficaz que qualquer outra forma de organização econômica, era objetável por razões morais, principalmente no que dizia respeito à presença do "rentier" na economia. Todavia, segundo Dillard,

"o propósito principal de Keynes pode ser definido como uma tentativa de escudar o liberalismo político com um novo programa econômico e de fortificar este programa econômico com uma nova Economia Política".²³

Desta forma, seguindo a tradição dos clássicos da economia política, ele não pôs também em dúvida a eficácia fundamental da propriedade privada. Keynes foi o

²³ Dudley Dillard. 1971. p. 290.

primeiro economista britânico, dentro da tradição clássica, a repudiar explicitamente o *laissez-faire*. Contudo, o espírito de individualismo repassou suas obras com igual intensidade que as obras dos clássicos liberais do século XIX.

Em sua Teoria Geral, o próprio Keynes justificou as suas críticas à teoria econômica clássica, afirmando que ela

"consistiu menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a conseqüência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real." E acrescenta que "entretanto, se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao pleno emprego, a teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição."²⁴

Ora, tal afirmativa (a partir do "entretanto" posto por Keynes) denota que a chamada "revolução keynesiana" foi muito mais uma acomodação à nova realidade de crise vivida pelo capitalismo que propriamente uma revolução capaz de superá-lo o que, aliás, não foi nunca a pretensão de Keynes.

Keynes: "desemprego, eficiência e liberdade".

Na análise feita por Keynes em sua teoria econômica ele constatou que "os dois principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual

²⁴ John Maynard Keynes. 1982. p. 288. (grifo nosso).

distribuição da riqueza e das rendas."²⁵ Frente a tais defeitos, Keynes já não mais acreditava na ação da "mão invisível", sugerida por Smith, para guiar as pessoas numa direção reta quando estas buscavam decisivamente a realização de seus interesses; ou, em outros termos na "lei do mercado" fundamentada no princípio do "laissez-faire". Ele afirmou como imprescindível a participação do Estado na solução dos considerados defeitos do capitalismo.

No que diz respeito à desigualdade da distribuição da riqueza e das rendas, Keynes ofereceu soluções de ordem prática e imediata, no sentido da implementação de uma Política fiscal e monetária pelo Estado. Tal proposta se fundamentava no fato de que historicamente o capitalismo tem revelado uma tendência da capacidade de produção em ultrapassar a capacidade de consumo e, numa situação de pleno emprego, a distância entre rendimento e consumo tende a aumentar. Conforme Dillard analisa,

"desde que esta desigualdade persista, persiste a necessidade de capitalizar, em forma de bens de capital, a porção excedente das grandes rendas, ou sofrer a única alternativa do desemprego maciço." E tal alternativa não era a pretendida por Keynes. Assim, completa Dillard: "o critério de Keynes de que a desigualdade do rendimento constitui uma barreira à criação de nova riqueza inverte a noção tradicional de que a acumulação de riqueza depende da poupança que fazem os ricos de seus rendimentos supérfluos. A velha idéia de que a igualdade e o progresso são incompatíveis é transformada pela teoria de Keynes na doutrina revolucionária de que uma das condições essenciais do progresso é uma maior igualdade."²⁶

²⁵ John Maynard Keynes. 1982. p. 284.

²⁶ Dudley Dillard. 1971. p. 301.

Ora, tal perspectiva não chega a ser tão revolucionária, como sugere Dillard, uma vez que uma certa desigualdade deva persistir, necessariamente, no capitalismo e Keynes não propõe a sua superação.

Na perspectiva de Keynes, a distância entre produção e consumo não deveria ser aumentada, mas ao invés disto, a capacidade de consumir teria que harmonizar-se com a capacidade de produzir. Porém tal possibilidade tornar-se-ia inviável numa sociedade em que os rendimentos oriundos da propriedade estivessem cada vez mais distantes dos rendimentos oriundos do trabalho. Assim, eliminar a deficiência do consumo, conforme salienta Dillard, significaria em última instância também eliminar a desigualdade na distribuição de renda.

A alternativa oferecida por Keynes considerava que

"os bens de capital produzem rendimento porque são escassos. Quando deixarem de ser escassos, deixarão de constituir uma fonte de rendimento para os proprietários. Quando a propriedade deixar de dar rendimento, somente o trabalho, tanto mental como físico, constituirá uma base para perceber rendimentos. Por conseguinte, se os bens de capital puderem tornar-se suficientemente abundantes, o rendimento da propriedade desaparecerá e com ela a desigualdade da distribuição dos rendimentos, que é o grande obstáculo a um nível elevado do consumo e do emprego."²⁷

E para que tal processo se concretizasse, Keynes considerava importante uma adequada política fiscal e monetária.

²⁷ Dudley Dillard. 1971. p. 302.

Na Teoria Geral, Keynes considerava que, desde o fim do século XIX, a tributação direta que incluía imposto sobre a renda e sobretaxas, e impostos sobre as heranças conseguiu, de certa maneira, principalmente na Grã-Bretanha, um considerável progresso na diminuição das grandes desigualdades na distribuição de riqueza e da renda. E acrescentava:

"a crença tão generalizada de que os impostos sobre heranças são responsáveis pela redução da riqueza de capital de um país reflete a confusão que reina entre o público neste aspecto. Suponho que o Estado aplique o produto destes impostos em suas despesas comuns, de modo que os impostos sobre a renda e o consumo se reduzam ou anulem correspondentemente, é naturalmente inegável que uma política fiscal de altos impostos sobre heranças faz aumentar a propensão da comunidade a consumir."²⁸

Um outro aspecto era considerado por Keynes ainda muito mais importante em suas conseqüências para a diminuição das desigualdades de riqueza. Tratava-se da taxa de juros. Na economia clássica se justificava a elevação da taxa de juros para proporcionar estímulo suficiente à poupança. Ao invés disto, Keynes advogava que

"a extensão da poupança efetiva é rigorosamente determinada pelo montante de investimento, e que este montante cresce por efeito de uma taxa de juros baixa, desde que não tentemos levá-lo por esse caminho além do nível que corresponde ao pleno emprego. Assim sendo, o que mais nos convém é reduzir a taxa de juros até o nível em que, em relação à curva da eficiência marginal do capital, se realize o pleno emprego."²⁹

²⁸ John Maynard Keynes. 1982. p. 284-285.

²⁹ John Maynard Keynes. 1982. p.285-286.

É importante ressaltar aqui que a política fiscal e a monetária sugeridas por Keynes visavam, em última instância, resolver também a situação de desemprego. A intensidade da aplicação de ambas, segundo Keynes, deveria ser medida na própria experiência. Elas eram, no entanto, exemplos significativos da presença do Estado na economia. Porém, eram ainda insuficientes para a solução do desemprego. Para um ataque mais direto à situação de desemprego, Keynes irá propor uma política de investimentos e de criação de obras públicas.

Segundo Keynes,

"com os mercados organizados e influenciados do modo que se verifica atualmente, a estimativa que faz o mercado da eficiência marginal do capital pode sofrer flutuações de tão grande amplitude que dificilmente podem ser compensadas por flutuações correspondentes na taxa de juros. Além do mais, (...), as flutuações da Bolsa de Valores podem enfraquecer a propensão a consumir justamente quando ela é mais necessária. Portanto, em condições de *laissez-faire*, talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia do mercado de investimentos, mudança essa que não há razão para esperar que ocorra. Em conclusão, acho que não se pode com segurança, abandonar à iniciativa privada o volume corrente de investimentos."³⁰

Assim, a solução poderia ser encontrada na ação planejada do Estado. E o próprio Keynes já afirmava, ao discutir até que ponto a administração da taxa de juros é capaz de estimular um fluxo de investimento adequado, que:

"encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização

³⁰ John Maynard Keynes. 1982. p. 247-248.

direta dos investimentos, ainda mais considerando-se que, provavelmente, as flutuações na estimativa do mercado da eficiência marginal dos diversos tipos de capital, (...), serão demasiado grandes para que se possa compensá-los por meio de mudanças viáveis na taxa de juros."³¹

Como se vê, Keynes, ao buscar alternativas para a questão do desemprego, fez críticas aos aspectos financeiros, rendeiros e especulativos do capitalismo. Aliás, uma das conseqüências que ele mesmo previa da aplicação de suas idéias de política econômica seria a "eutanasia do rentier" e, conseqüentemente, "a eutanasia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor de escassez do capital".

Ao criticar a posição do "rentier" no sistema econômico, Keynes procurava fazer uma distinção entre a tarefa de modificar a natureza humana e a de administrá-la. Segundo ele,

"embora na comunidade ideal os homens possam ser acostumados, inspirados ou ensinados a desinteressar-se pelo jogo (de ganhar dinheiro e fazer fortuna) a sabedoria e a prudência da arte política devem permitir a prática do jogo, embora sob certas regras e limitações, em se considerando que o homem comum, ou mesmo uma fração importante da comunidade, é altamente inclinado à paixão pelo lucro."³²

Ora, numa política econômica fundamentada no princípio do *laissez-faire*, o "rentier" teria sua sobrevivência assegurada o que, segundo a perspectiva de Keynes, poderia comprometer a própria sobrevivência do sistema como um todo. Isto justificava uma vez mais, do ponto de vista de Keynes, a necessidade da

³¹ John Maynard Keynes. 1982. p. 135.

³² John Maynard Keynes. 1982. p. 285.

presença do Estado, através de uma adequada política monetária pois, o controle da moeda é de vital importância para a sobrevivência do sistema. A instabilidade da moeda poderia comprometer não só a continuidade do processo produtivo quanto também a própria organização social. Comentando sobre tal fato, Corazza afirma que ao mesmo tempo que Keynes advogava o controle estatal sobre a moeda, reconhecia, por outro lado, a relativa incapacidade do Estado de influir sobre os investimentos através de meros expedientes monetários de controle de juros. Keynes reconhecia que a alteração no valor da moeda não atinge a todos da mesma maneira, trazendo conseqüências sociais, frustrando projetos e expectativas.

A desvalorização da moeda poderia, a princípio, em função da expectativa de lucros, ser um incentivo para novos investimentos. A persistência de tal situação poderia, contudo, provocar efeito contrário. Além disso, na medida em que a moeda possibilitava lucros fáceis, havia o perigo de se comprometer a produção e de se descaracterizar o papel do empresário na sociedade que, para Keynes, era considerado o "esteio" e o "construtor do futuro". Tal descaracterização seria considerada como um golpe fatal no capitalismo na medida em que "destrói o equilíbrio psicológico que permite a permanência de recompensas desiguais."³³ Assim, uma política monetária não adequada poderia comprometer o processo produtivo, as bases sociais de sustentação do capitalismo, o investimento e em conseqüência o próprio emprego.

³³ Cf. Gentil Corazza. 1986. p.83-84.

Retomando o aspecto referente à política de investimentos propugnada por Keynes, cabe ainda dizer que ele entendia que

"uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada." Acrescentava ainda que "as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade."³⁴

Tais fórmulas, que permitiam a cooperação do Estado com a iniciativa privada, poderiam implicar numa ampliação das funções tradicionais de governo.

O governo, na perspectiva de Keynes, teria o dever de aumentar a renda nacional. O indivíduo cuidaria de garantir a sua própria renda. Todavia, como os custos e as rendas individuais e sociais nem sempre se correspondem, caberia ao Governo empreender ações e obras que beneficiassem o conjunto da economia, quando nenhum indivíduo se dispusesse a fazê-lo. É neste sentido que Keynes propunha a implementação de obras públicas como uma solução do problema do desemprego. As obras públicas, dizia Keynes, em tempos de desemprego rigoroso, "ainda que de duvidosa utilidade, podem ser altamente compensadoras".³⁵ Sobre este aspecto, Dillard comenta que o máximo estímulo ao emprego ocorreria, segundo Keynes,

"quando um programa de construções públicas financiado mediante empréstimos substitui um programa de auxílio público que era pago através de tributação." Assim, "para que

³⁴ John Maynard Keynes. 1982. p. 287-288.

³⁵ John Maynard Keynes. 1982. p. 109.

um programa de investimentos públicos tenha, pois, efeitos expansionistas importantes deve estar financiado por empréstimo, ao invés de tributação." Ainda segundo Dillard, esta espécie de gasto coberto pelo empréstimo é o que popularmente se chama de financiamento dos déficits, porém o mais adequado seria denominá-lo de financiamento criador de rendimentos.³⁶

A política de investimentos advogada por Keynes fazia sentido, segundo ele, devido à flutuação do investimento privado, a qual poderia ser uma das causas do desemprego. A socialização dos investimentos era justificada por ele não só para impedir o desemprego como também para produzir o bem-estar de uma nação. Tal socialização de investimentos deveria ocorrer acompanhando o movimento cíclico da economia. "Ela se ampliaria nos momentos de crise, em contraposição à queda dos investimentos privados, e se desaceleraria com a retomada destes últimos." Isto não significa dizer que o Estado teria o poder de controlar o ciclo da economia, mas poderia interferir de modo a prolongar "por algum tempo o período de expansão cíclica, tornando mais suave a queda dos investimentos e evitando que a crise se aprofunde demasiadamente."³⁷ Tal situação, se ocorresse poderia comprometer o próprio sistema capitalista e as propostas de Keynes não passam por este caminho e sim, pelo de sua revitalização.

É importante ressaltar ainda que ao propor uma política de investimentos, Keynes tinha como pressuposto básico a dinâmica cíclica da acumulação capitalista, necessária para manter o próprio equilíbrio do sistema.

³⁶ Dudley Dillard. 1971. p. 99.

³⁷ Gentil Corazza. 1986. p. 91.

"Embora, para Keynes, o consumo seja o 'único fim da atividade econômica', ele representa uma parcela cada vez menor da renda gerada, sendo necessário um investimento cada vez maior para absorver as poupanças. Contudo nada garante que essas poupanças sejam realmente investidas, pois podem ser conservadas sob forma monetária. Sua inversão depende das expectativas de rendimento futuro. Se essas expectativas forem favoráveis, os investimentos realizar-se-ão, provocando um aumento do estoque de capital. Um capital mais abundante implica uma expectativa de rendimento menor, porque o rendimento de capital está associado a sua escassez. Se o Estado não intervier, o caminho natural do sistema será: ou uma crise que, pela queda da produção e do emprego, torne o capital menos abundante e, com isso, eleve sua rentabilidade; ou a abertura de uma nova fronteira, onde o capital seja escasso. A 'socialização do investimento' só representa uma saída para o capital ao nível de sua dinâmica se implicar alguma forma de tornar o capital menos abundante. Do contrário, a intervenção do Estado será mero paliativo."³⁸

Com a 'socialização dos investimentos', Keynes pretendia, pois, elevar a acumulação do capital, cuidando, no entanto, para que ele ficasse escasso; só assim os investimentos poderiam contribuir para a solução do desemprego e o conseqüente bem-estar da sociedade.

Ao propor uma política de investimentos para solucionar a questão do desemprego, Keynes deixava claro que

"é o volume e não a direção do emprego efetivo o responsável pelo colapso do sistema atual." E acrescentava: "os controles centrais necessários para assegurar o pleno emprego exigirão, naturalmente, uma considerável extensão das funções tradicionais de governo. (...) Todavia, subsistirá ainda uma grande amplitude, que permita o exercício da iniciativa e responsabilidade privadas. Nesse domínio, as vantagens tradicionais do individualismo continuarão ainda sendo válidas."³⁹

³⁸ Gentil Corazza. 1986. p. 91.

³⁹ John Maynard Keynes. 1982. p. 289.

E aqui, Keynes estava se referindo às vantagens de eficiência, da liberdade pessoal e da salvaguarda da variedade da vida.

A proposta de política econômica de Keynes supunha uma dinâmica cíclica do sistema de acumulação do capital e buscava minimizar as conseqüências das flutuações dos investimentos privados na economia. A mais grave delas seria, como vimos, o desemprego. Cabe no entanto destacar que, ao propor a "socialização dos investimentos", Keynes colocava também nesta proposta certas ressalvas. Aliás, ao se referir à necessidade da presença do Estado na economia, Keynes teve o cuidado de empregar algumas expressões que são significativas para a compreensão dos limites delineados em sua proposta, tais como: "certos controles", "influência orientadora", "cooperar" (com a iniciativa privada). Porém, o limite maior colocado por Keynes é a não socialização dos meios de produção.

"Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete." E ainda mais: "enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual."⁴⁰

⁴⁰ John Maynard Keynes. 1982. p. 288-289.

Finalmente cabe lembrar que Keynes, ao delinear uma proposta de política econômica, propunha solucionar o problema do desemprego, tentando com ela garantir a eficiência e a liberdade. Segundo ele,

"é certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência - e na minha opinião uma consequência inevitável - do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas pode ser possível curar o mal por meio de uma análise correta do problema, preservando ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade."⁴¹

Keynes e a questão do ensino:

Em sua Teoria econômica, como vimos, Keynes constatou que a distribuição de riquezas e das rendas e também o desemprego eram os principais problemas que a sociedade capitalista não conseguira até então resolver. Ele propôs como solução uma política econômica que envolvia imposto, taxa de juros e socialização dos investimentos, sem necessariamente ocorrer a socialização dos meios de produção.

Mas, e a questão da educação, como Keynes a contemplava? E a privatização do ensino, está presente na teoria de Keynes? Ou ainda, o ensino deveria, enquanto um bem público, fazer parte da política de "socialização de investimentos" ou da política de criação de obras públicas?

⁴¹ John Maynard Keynes. 1982. p. 290.

A intenção principal de Keynes, vale lembrar, era a elaboração de uma teoria econômica e, sendo assim, ele não tratou diretamente de tais questões ou mesmo fez menção a alguma delas (como foi o caso de Adam Smith). Contudo, que elementos poderíamos induzir da teoria econômica de Keynes que possam vir na direção das preocupações fundamentais de nosso trabalho?

Um primeiro elemento talvez possa ser o fato de que Keynes, em sua proposta de política econômica, considerava a necessidade de administrar a natureza humana, pois, segundo ele, tal natureza tem sempre uma propensão para o lucro. Talvez para esta tarefa a educação poderia de certa maneira dar sua contribuição. E numa perspectiva mais ampla de política econômica, Keynes considerava a necessidade de certos controles do Estado que possibilitassem solucionar os problemas mais graves (como o desemprego) advindos da prática capitalista e buscar a prosperidade aliada ao bem-estar da sociedade.

A intervenção do Estado na economia proposta por Keynes, como vimos, tem seus limites definidos pela "cooperação" e pela "influência orientadora" e não pela substituição da iniciativa privada. Neste sentido, poder-se-ia inferir que a ação do Estado, no que se refere à educação, também deveria ser, quando muito, de cooperação e não de substituição da iniciativa privada. E sobre este aspecto, Keynes se aproxima de Smith, de certa forma, quando este propôs que o Estado deveria atentar para o fato de que a educação poderia contribuir para o não embrutecimento das mentes das pessoas, ensinando-lhes o fundamental, mesmo que para isto elas devessem pagar um mínimo que fosse. Ora, tanto Smith

quanto Keynes, como era de se esperar, são coerentes com a perspectiva fundamental do capitalismo de valorização da propriedade, corroborando a tese de que o Estado numa sociedade capitalista existe em função da preservação da propriedade. Nesta sociedade, o Estado é privado, mesmo quando interfere no mercado ou na educação. E se considerarmos a educação (ensino, saber escolar) enquanto meio de produção, o Estado poderia, do ponto de vista de uma perspectiva capitalista (como a de Keynes), exercer uma atividade de cooperação e socialização de investimentos e não de substituição da iniciativa privada ou de socialização dos meios de produção. Portanto, podemos inferir disto que também o ensino deveria ser prioritariamente um encargo privado com o qual, por vezes, o Estado poderia colaborar.

Keynes, ao propor a cooperação do Estado, sempre se referia ao sistema econômico. E como sabemos, a educação não faz parte diretamente de tal sistema mas pode, no entanto, estar ligada a ele de forma indireta através da preparação da mão-de-obra ou até mesmo, para lembrarmos Smith, do empenho para o não embrutecimento das mentes.

Ora, sobre este aspecto poderíamos induzir um outro elemento, ligado desta vez à demanda efetiva, ou seja, o ensino poderia estar indiretamente ligada à produção e aperfeiçoamento da demanda efetiva. Como isto poderia ocorrer?

Talvez Corazza possa contribuir com nossa análise quando, ao discutir se o investimento estatal seria ou não uma forma de dissipação do capital, afirma que:

"parece não restar dúvida de que, no que se refere tanto à teoria da demanda efetiva quanto à proposição dos gastos públicos como meio de mantê-la em equilíbrio com a oferta, Keynes busca inspiração em Malthus. Devido a esse fato, a tendência tem sido de se associar o significado dos "gastos estatais" keynesianos ao "trabalho improdutivo" de Malthus."⁴²

Segundo Malthus a existência funcional dos trabalhadores improdutivos se explica no caráter subconsumista de sua teoria da demanda efetiva. "É uma deficiência de consumo que produz uma demanda insuficiente." E todo país deve possuir um grupo de trabalhadores improdutivos e, o que caracteriza o trabalho deste grupo é o fato dele gerar renda para o consumo, sem aumentar a produção. Malthus cita como exemplo de trabalhos improdutivos não apenas os "serviços pessoais", mantidos pelos proprietários de terra, como também os "trabalhos públicos", sustentados pela arrecadação de impostos. Continuando o raciocínio apresentado por Corazza, é possível que "gastos estatais" keynesianos sejam uma versão moderna do "trabalho improdutivo" de Malthus. Porém para Keynes,

"a causa da deficiência de demanda não está no baixo consumo, mas na interrupção dos investimentos. Não é pelo lado do consumo que os gastos públicos irão manter os investimentos; mas pelo dos investimentos."

"Na realidade, se Keynes menciona inúmeras vezes em sua obra que mesmo os gastos aparentemente 'inúteis', como abrir buracos e construir pirâmides (e acrescentaríamos: construir escolas) tinham o poder de criar riqueza e manter um elevado nível de emprego, o faz como uma saída possível

⁴² Gentil Corazza. 1986. p. 93.

diante da oposição da 'teoria clássica' e das dificuldades políticas de qualquer intervenção estatal na economia. Admitindo que o desemprego é, em si mesmo, um custo social, os gastos 'inúteis' podem enriquecer a comunidade pelo aumento que provocam na demanda efetiva. Keynes os defende sempre como *último recurso*, quando não é possível outra coisa."⁴³

O próprio Keynes em sua *Teoria Geral* afirmava:

"a construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica for um empecilho a uma solução melhor."⁴⁴

E aqui poderíamos acrescentar: não seria o investimento em educação uma "solução melhor"?

Finalmente, tendemos a concordar com Corazza quando afirma que

"se a 'socialização do investimento', preconizada por Keynes, em muitas circunstâncias, toma a forma de 'gastos inúteis' ou de 'dissipação de capital', isto não decorre, logicamente, da teoria de Keynes, pois o que este defendeu foi a necessidade do gasto estatal para elevar o nível de emprego: exprimindo, entretanto, o caráter de dependência do Estado em relação à acumulação de capital, pois este não possui a força suficiente para gastar o montante necessário, nem da maneira que desejar."⁴⁵

Além disto, vale lembrar que, numa sociedade capitalista, o Estado é privado mesmo quando ele se impõe como uma pretensa defesa do bem público.

⁴³ Gentil Corazza. 1986. p. 93 - 94. (grifo do autor).

⁴⁴ John Maynard Keynes. 1982. p. 110.

⁴⁵ Gentil Corazza. 1986. p. 95.

Desta forma, o capital acaba por prevalecer e o modelo de Estado da proposta de Keynes teve sérias dificuldades para se manter e acabou por entrar em colapso. Porém, o capitalismo novamente sobreviveu e, em seu interior, surgiram novas propostas de organização do Estado e da economia nas quais a estratégia da privatização foi explicitada como um elemento de primeira ordem. Estratégia que se torna possível de ser explicitada a posteriori à existência de uma sociedade influenciada pelas idéias de Keynes, segundo as quais a interferência do Estado era tida como algo imprescindível para salvar o capitalismo. É o que discutiremos no próximo capítulo deste trabalho.

O NEOLIBERALISMO, A PRIVATIZAÇÃO E O ENSINO:

- A crise do Welfare State e do keynesianismo e o ressurgimento do neoliberalismo:

Tendo explicitado até aqui uma compreensão possível do liberalismo e, a partir dos elementos expostos anteriormente sobre Smith (enquanto representante do liberalismo clássico) e Keynes (enquanto expressão do neocapitalismo), podemos avançar um pouco mais na tentativa de compreender, agora, a perspectiva neoliberal que se instaurou a partir das três últimas décadas do século XX - perspectiva que vem dando uma certa direção às sociedades capitalistas e uma direção que vem se afirmando como hegemônica. Podemos ainda, a partir de agora, analisar como têm sido colocados em tal perspectiva ideológica, a privatização e o ensino.

Partindo do pressuposto de que o liberalismo se constituiu, ao longo do tempo, como a ideologia base que deu sustentação e afirmação ao próprio desenvolvimento capitalista, é necessário ressaltar que da mesma maneira como tal sistema de organização da produção não se desenvolveu de forma unitária e harmônica, mas diversificada, também o liberalismo acompanhou o mesmo processo. E, ao fazê-lo, recompôs suas especificidades, quando necessário, em função das contingências da conjuntura ou do acirramento dos conflitos inerentes ao capitalismo, porém, mantendo a hegemonia no mundo ocidental - isto enquanto não ocorrer o esgotamento de todas as possibilidades de tal sistema de

produção. Desta forma, com denominações variadas e apresentando certas distinções próprias de cada momento histórico diferenciado, a fundamentação ideológica capitalista tem norteado a sociedade ocidental, conservando alguns princípios essenciais e oferecendo-lhe substratos de ordem política, econômica, social e também cultural.

A diversidade do pensamento liberal, embora sob denominações e especificidades diferentes, organiza-se a partir da permanência de alguns princípios que continuam dando sustentação ao próprio capitalismo, tais como: o individualismo, a propriedade e o Estado. Historicamente, dentro do capitalismo, estes princípios têm sido permeados pela valorização e conseqüente acumulação do capital. Podemos constatar a presença deles, dando uma direção na organização produtiva e social, tanto através do chamado **liberalismo clássico** (de Smith, por exemplo), quanto do **neocapitalismo** ou do **liberalismo de esquerda**, segundo denominação de Merquior (1991), para quem este último teria significado um desvio do paradigma clássico (cujo expoente foi Keynes) ou mesmo, através do chamado **neoliberalismo** que ressurgiu com toda força, na busca de hegemonia, no final da década de 60 e início da de 70 (sob inspiração principalmente de Hayek e de Friedman).

A hegemonia neoliberal tem sido conseguida principalmente em países de capitalismo desenvolvido da Europa e da América do Norte, notadamente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Uma hegemonia sem precedentes na história do capitalismo que se instaurou, principalmente, no campo das idéias e no discurso

mais do que propriamente em realizações efetivamente concretas. Na Inglaterra porém, tais realizações foram incentivadas de maneira explícita através dos governos de Margareth Thatcher (1979-1992) e de seu substituto, a partir de 1992, John Major.

Na Inglaterra, os governos de Thatcher, assumindo o ideário neoliberal, procuraram realizar internamente mudanças significativas. Assim,

“contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente - esta foi uma medida surpreendentemente tardia -, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.”¹

Nos Estados Unidos, as idéias neoliberais se fizeram presentes principalmente através do governo Reagan que, de fato, realizou apenas parcialmente algumas ações coerentes com tal ideário elevando a taxa de juros, abaixando os impostos para os ricos e aplacando greves promovidas por sindicatos de trabalhadores. No plano externo, o governo Reagan, não realizou ações condizentes com as idéias neoliberais. Contudo, não mediu esforços para eliminar o que julgava o grande empecilho para a realização de tais ideais no mundo, ou seja: o regime comunista soviético. Com tal intuito, utilizou até mesmo de recursos keynesianos, criticados pelos neoliberais, aumentando

¹ Perry Anderson. 1995. p. 12.

exageradamente o déficit público para sustentar a estratégia de quebra da economia soviética através da corrida armamentista. Aliás, o objetivo do governo Reagan, no plano externo, não foi apenas desarticular e eliminar a estrutura econômica soviética mas, ao mesmo tempo, impor em seu lugar um modelo capitalista dentro dos novos parâmetros neoliberais.

Para compreendermos a presença do neoliberalismo, enquanto a ideologia que buscou afirmar a sua hegemonia em países de capitalismo desenvolvido, é necessário lembrar que, neles, a partir da segunda grande Guerra, buscou-se uma reorganização da ordem econômica, abalada mundialmente pelo crescente desemprego. Surgiu nestas circunstâncias, principalmente nos países europeus, o chamado Welfare State que teve como um de seus suportes as propostas econômicas de Keynes, as quais tentaram assegurar o quanto possível, dentro da dinâmica de acumulação e valorização capitalista, uma certa garantia de direitos sociais mínimos. Na realidade, conforme assinala Francisco de Oliveira, o Welfare State constituiu-se no

“padrão de financiamento público da economia capitalista”. Ele poderia ser “sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio de gastos sociais”.²

² Francisco de Oliveira. 1988. p. 8.

Assim, nesta fase de Welfare o Estado, além de ter criado e desenvolvido, de forma planejada, políticas públicas que visavam atender os direitos mínimos de saúde, educação, habitação e de previdência social desenvolveu também políticas econômicas subsidiadas, tentando com elas possibilitar o acúmulo de capital. É importante lembrar que nos países de capitalismo desenvolvido, os direitos sociais se tornaram explícitos nas políticas por eles adotadas, como resultado das contradições inerentes ao sistema de produção presente neles, bem como da luta de classes daí decorrente. Assim, o Estado de Bem-Estar Social foi a saída viável para a sobrevivência e reorganização do capitalismo em meados do século XX, ameaçado que estava, já desde o final do século anterior, não só por suas repetidas crises e pelo crescimento do desemprego, como também pelas alternativas político-econômicas surgidas, como a revolução Russa (1917), enquanto expressão de uma maior organização dos interesses dos trabalhadores. Aspecto este, aliás, necessário para a afirmação de um dos pólos significativos de alteridade no contexto social contemporâneo.

Ao discutir sobre a presença do Estado de Bem-Estar Social Bianchetti, em sua dissertação de mestrado, lembra que sua origem pode ser remontada, segundo a perspectiva de autores como Desmond King ou Josep Picó, às políticas públicas desenvolvidas por Bismark nos fins do século XIX. Contudo, tal forma de ação político-econômica se consolidou, de fato, a partir de 1945 quando

“la mayor parte de los países capitalistas desarrollados adoptan la douctrina de Report Beveridge y la política econômica keynesiana. El Report Beveridge (1942) trataba de afrontar las circunstancias de la guerra y suavizar las

desigualdades sociales a través de una doble distribución de la renta que actuase sobre la seguridad social y otras subvenciones estatales. Por su parte la teoría Keynesiana intentaba paliar los efectos de la depresión actuando sobre la demanda a través del Estado”.³

A presença do Estado e o direcionamento de recursos públicos na constituição e desenvolvimento do capitalismo tem sido uma constante. E, como assinala Francisco de Oliveira,

“a formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização de recursos públicos, que em certos casos funcionaram quase como uma ‘acumulação primitiva’ desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores na expansão colonial até a despossessão das terras dos índios para cedê-las às grandes ferrovias particulares nos Estados Unidos, a privatização de bens e propriedades da Igreja desde Henrique VIII até a Revolução Francesa; e, do outro lado, as diversas medidas de caráter caritativo para populações pobres, de que as ‘Poors Houses’ são bem o exemplo no caso inglês. Contra esse caráter pontual, que dependia ocasionalmente da força e da pressão de grupos específicos, o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos. Criou-se (...) uma esfera pública ou um mercado institucionalmente regulado”.⁴

Tal foi a novidade introduzida com a política do Welfare State.

O reordenamento interno do capitalismo empreendido através do Welfare State teve, no entanto, curta duração. O crescimento do Estado e de suas despesas com as instituições sociais criadas e o conseqüente déficit público, bem como o estancamento econômico e o crescimento da inflação, aliados às situações conjunturais desfavoráveis como a crise do petróleo (já na década de 70), foram

³ Josep Picó. *Teorias sobre el estado de bien-estar*. México. Siglo XXI. 1987. Apud. R. G. Bianchetti. 1992. p. 13.

⁴ Francisco de Oliveira. 1988. p. 9.

elementos significativos para determinar o tempo de duração da presença do Welfare State. Além disto é necessário ressaltar que o “padrão de financiamento público” assumido pelos países de capitalismo desenvolvido, principalmente na europa pós segunda-guerra,

“operou uma verdadeira ‘revolução copernicana’ nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho. No fundo, levado às últimas conseqüências, o padrão do financiamento público ‘implodiu’ o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral”.⁵

A continuidade da aplicação de tal política econômica poderia, em última instância, descaracterizar e até mesmo inviabilizar a própria continuidade do capitalismo. Desta maneira, se num primeiro momento o Welfare State foi proposto e aceito no interior do capitalismo como solução para suas graves crises, ele passou a ser considerado, posteriormente, um perigo e agente causador de crises ainda mais agudas. Isto porque considerava-se que Welfare State, de forma artificial, interferia em mecanismos de funcionamento do próprio sistema, mecanismos estes que, se deixados agir naturalmente, não provocariam as referidas crises.

⁵ Francisco de Oliveira. 1988. p. 14. Cabe ressaltar que este autor optou por utilizar o termo “padrão de financiamento público” ao invés de “estatização” e “intervenção estatal”. Isto porque, segundo ele, o primeiro destes últimos termos leva a supor que a propriedade é crescentemente estatal, o que não correspondia à realidade. O segundo termo por sua vez, “induz a pensar-se numa intervenção de fora para dentro, escamoteando o lugar estrutural e insubstituível dos fundos públicos na articulação dos vetores da expansão econômica”. (p. 11)

Contudo, no final da década de 60 e início de 70, como resultado da manutenção do Welfare State, instaurou-se nos países que o adotaram como solução uma crise de cujos desdobramentos ressurgiu o neoliberalismo. Dentre suas propostas estava a de uma nova organização do Estado que, ao mesmo tempo, fosse forte para impedir reivindicações que pudessem desestabilizar o sistema capitalista, oriundas das organizações sindicais e das lutas pela justiça social, e também mínimo em termos de intervenção no mercado econômico e do padrão de financiamento público, além de se impor como necessidade o enxugamento administrativo e a conseqüente estratégia de privatização.

Em meio à situação de crise, o liberalismo econômico, conforme assinala Bobbio, reergue a cabeça e assume como alvo o Estado assistencial.

“O que agora excita o espírito agressivo dos novos liberais é o efeito, considerado desastroso, das políticas keynesianas adotadas pelos estados economicamente e politicamente mais avançados, especialmente sob o impulso dos partidos socialdemocráticos ou trabalhistas”. E Bobbio continua seu raciocínio afirmando que “os vícios que habitualmente eram atribuídos aos estados absolutos - burocratização, perda das liberdades pessoais, desperdício de recursos, má condução econômica - passam a ser agora pontualmente atribuídos aos governos que adotaram políticas de tipo socialdemocrático ou trabalhista.”⁶

Ora, é interessante constatar que as críticas feitas ao Estado Assistencial, no bojo das políticas do Welfare State, eram praticamente as mesmas feitas ao Estado Absoluto e também as mesmas que são ainda feitas aos Estados onde nem mesmo o “bem-estar social” chegou a ser implantado, como é o caso de países da

⁶ Norberto Bobbio. 1989. p. 117.

América Latina. Tais críticas que são transformadas em razões para justificar formas novas de organização do Estado que garantam a preservação do sistema de produção, parecem ser como que ‘cartas que são tiradas do colete’ no jogo capitalista para a sua manutenção.

Um outro aspecto que é necessário ser lembrado aqui, diz respeito à explicitação dos limites do sistema capitalista em razão das transformações operadas pelo Welfare State. Transformações estas que atingiram diretamente o cerne do sistema capitalista através da negação de elementos que o impulsionam, tais como: o capital e a força de trabalho. Neste sentido, é importante lembrar que as transformações operadas pelo Welfare State ocorreram nas mais importantes economias capitalistas. E, como assinala Francisco de Oliveira,

“o fundo público (...) é o antivalor, menos no sentido de que o sistema não mais produz valor, e mais no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm, em si mesmos, os elementos fundamentais de sua negação”.⁷

Isto pode ser afirmado, principalmente se considerarmos o fato de que o fundo público não é capital, embora contribua para a sua reprodução. e no que refere à reprodução da mão-de-obra, o fundo público acaba sendo considerado como salário indireto ao garantir saúde, educação, habitação e, desta maneira, eliminando em parte a exploração através da mais valia, necessária à manutenção capitalista.

⁷ Francisco de Oliveira. 1988. p. 19.

Buscando uma compreensão mais aprofundada da crise do Estado de bem-estar-social, Paulo Netto afirma que ela é a expressão da “curva decrescente da eficácia econômico-social da ordem do capital”. Aliás, tal ordem ao longo deste século mostrou-se “inépta para promover o crescimento econômico-social em escala ampla”. A crise do Welfare State é apontada por ele como o resultado da reversão (conforme os termos de Mandel) das “ondas longas expansivas” do movimento do capital. Este autor lembra ainda que

“o funcionamento mesmo do arranjo sócio-político objetivado no Welfare State consistia nos ganhos possíveis no marco da onda larga expansiva, revertida esta, o arranjo se problematiza visceralmente - não é por acidente histórico que os anos dourados do Welfare State são aqueles que vão do segundo pós-guerra, quando o keynesianismo e as ‘recomendações’ de Beveridge tornam-se inteiramente viáveis, à década de sessenta.”⁸

Paulo Netto assinala ainda que

“a crise do Estado de bem-estar-social, nesta angulação não expressa somente a crise de um arranjo sócio-político possível no âmbito da ordem do capital: evidencia que a dinâmica crítica desta ordem alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução tende a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo. Significa que o patamar de desenvolvimento atingido pela ordem do capital incompatibiliza cada vez mais o seu movimento com as instituições sócio-políticas que, por um decurso temporal limitado, tornaram-no aceitável para grandes contingentes humanos. Sinaliza que o arranjo sócio-político do Welfare State constituiu uma possibilidade da ordem do capital que, pela lógica intrínseca desta última, converte-se agora num limite que ela deve franquear para reproduzir-se enquanto tal.”⁹

⁸ José Paulo Netto. 1993. p. 70.

⁹ José Paulo Netto. 1993. p. 70.

Em função da crise do Welfare State, o neoliberalismo encontrará possibilidades concretas de resurgimento. E ele resurge de maneira diversificada através de variados movimentos e tendências que se manifestaram através de diversas escolas, tais como: a Escola Neoliberal de Friburgo, a Escola de Viena, a Escola de Chicago e também através da Escola de Economia de Londres. Porém as tendências hegemônicas foram as da Escola de Viena, cujo maior expoente foi Friedrich August von Hayek; e da Escola de Chicago na qual ganhou maior destaque o economista Milton Friedman.

Segundo Bianchetti,

“uma das características gerais de todas estas escolas é a proposta de utilização das categorias econômicas para analisar as relações sociais, o estado e a política. A centralidade do econômico, como o estruturador das relações sociais, define as características e limites das propostas políticas, as quais se consideram derivadas das primeiras e regidas pela mesma lógica.”¹⁰

Assim, sob a perspectiva neoliberal, as teses que deram fundamentação ao Welfare State não faziam mais sentido. Seria necessário desmontá-lo, possibilitando com isto o exercício do livre mercado e do conseqüente acúmulo de capital, retomando desta maneira o curso considerado natural do capitalismo.

¹⁰ R. G. Bianchetti. 1992. p. 9.

Do caminho da servidão ao caminho da liberdade: Friedrich Hayek.

Afirmamos anteriormente que o Neoliberalismo ressurgiu no final da década de 60 e início da de 70; isto porque, em tese, ele já se delineava nos escritos de Friedrich Hayek, o qual através de sua obra *Pure Tehory of Capital* (1941) expressava sua discordância em relação às propostas politico-econômicas de Keynes, as quais possibilitaram o surgimento do Welfare State. Tal discordância continuará sendo explicitada em *O Caminho da Servidão*, publicado em 1944, onde Hayek criticava fundamentalmente o planejamento econômico e o Estado previdenciário.¹¹

Hayek foi duro em suas críticas, tanto que no prefácio da edição inglesa de sua publicação de 44 chamava de “amadores” e “visionários” aqueles que orientavam a opinião pública, defendendo seus próprios interesses ou vendendo uma panacéia. Tal era sua indignação em relação à interferência do Estado no mercado econômico e também em relação ao Estado previdenciário. Cabe lembrar que a indignação de Hayek se reportava não apenas às propostas político-econômicas do keynesianismo, enquanto fundamento do Welfare State e do planejamento nas ações do Estado, como principalmente ao socialismo real que se firmava no leste europeu.

¹¹ José Paulo Netto, em sua obra *Crise do Socialismo e ofensiva Neoliberal*, considera como marco inicial do neoliberalismo, além da obra *O caminho da servidão* (1944), de Hayek, também *A sociedade aberta e seus inimigos* (1945), de Karl Popper.

Ao fazer um balanço do Neoliberalismo, enquanto “um fenômeno distinto do simples liberalismo clássico”, Perry Anderson detecta sua origem também na reação teórica e política ao “Estado intervencionista e de bem-estar”. A obra de Hayek, publicada em 44 é também considerada por ele um marco fundamental. Segundo Anderson,

“trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão - uma servidão moderna’.”¹²

Hayek é lembrado por Hirschman (1995) como sendo um dos propugnadores do resurgimento da tese da ameaça de que o Welfare State punha as liberdades individuais e os governos democráticos em perigo. Para Hayek, o Welfare State poderia trazer como consequência o mesmo totalitarismo presente no nazismo alemão ou em qualquer socialismo extremado que a partir de uma visão premeditada buscava dirigir a vida econômica, transformando o Estado no principal proprietário dos meios de produção.

Além das obras publicadas, nas quais Hayek expressava suas idéias, cabe lembrar aqui a criação, incentivada por ele, da chamada *Sociedade de Mont Pélerin*. A partir de um convite feito por Hayek aos que compartilhavam de suas

¹² Perry Anderson. 1995. p. 9.

idéias, contra o Estado de bem-estar europeu, bem como contra o New Deal americano, alguns intelectuais reuniram-se, em 1947, na estação de Mont Pélerin, na Suíça, onde foi criada a referida sociedade. Dentre os participantes desta primeira reunião, estavam presentes: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga. Criada a Sociedade, o seu propósito “era combater a keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.”¹³

Hayek, escreveu *O caminho da servidão* durante a Segunda Guerra e teve como público alvo o leitor inglês. Sua obra é, como ele mesmo relata no Prólogo da edição norte-americana, o resultado de discussões feitas nos dez anos anteriores à guerra, com amigos e colegas que tinham simpatias e tendências esquerdistas. Tanto que a obra é dedicada “aos socialistas de todos os partidos” e pretendeu ser um alerta, tendo em vista as orientações políticas assumidas pelos países inimigos pertencentes ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) ou mesmo pela Rússia, enquanto pertencente aos aliados. No intuito, certamente, de ser lido, Hayek concentrou suas críticas sobre o nazismo, mesmo tendo o socialismo como referência principal. Aliás, para ele, tanto o nazismo quanto o fascismo eram conseqüências naturais das tendências socialistas que os precederam. E estas tendências, mesmo tendo a tirania como conseqüência, continuavam presentes e eram disseminadas entre os países; o que, na perspectiva de Hayek, poderia conduzi-los para o caminho da servidão, da tirania. Por isto, o livro foi escrito

¹³ Perry Anderson. 1995. p. 10.

como uma advertência, ou, na perspectiva de Hirschman, como uma ameaça à *intelligentsia* socialista inglesa. Ameaça explicitada no próprio título da obra: *O caminho da servidão*, ou seja, o caminho a que necessariamente levaria a concretização das idéias socialistas.

A compreensão de Hayek sobre os acontecimentos de seu tempo, no período entre Guerras, tinha como ponto de partida o crescimento das idéias socialistas. A partir de tal constatação Hayek realizou uma mistura, identificando tais idéias com o nazismo e o fascismo e, ao mesmo tempo, fez uso da tradição crítica socialista de maneira invertida. Para ele, a orientação política assumida em países onde o fascismo e o socialismo estiveram presentes tinha a ver diretamente com as políticas econômicas por eles adotadas uma vez que, “fascismo e comunismo são meras variantes do mesmo totalitarismo que o controle centralizado da atividade econômica tende a produzir.”¹⁴ É curioso constatar, no entanto, que para Hayek, mesmo em países considerados democráticos, todos os homens que influem nos acontecimentos “são de certo modo socialistas”. “Difícilmente haverá alguém que duvide de que devemos continuar caminhando para o socialismo”, porém (e aqui consideramos que Hayek fez uso da tradição socialista de maneira invertida) muitos “estão simplesmente tentando desviar esse movimento no interesse de um grupo ou classe particulares”. Pessoas bem intencionadas estavam envolvidas com idéias socialistas, porém, não percebiam as conseqüências a que elas levariam. Ainda havia tempo para evitar a tirania a que seriam conduzidos. E, de maneira provocante pergunta Hayek:

¹⁴ Friedrich A. Hayek. 1977. Prólogo da Edição Norte-Americana de 1975. p. XXI.

“haverá maior tragédia imaginável do que, no esforço de modelar conscientemente o nosso futuro de acordo com elevados ideais, estarmos de fato e involuntariamente produzindo o oposto daquilo por que vimos lutando?”¹⁵

A tendência moderna em direção ao socialismo implicava no rompimento de toda uma tradição na civilização ocidental, - rompimento cuja extensão podemos medir conforme retrocedemos no tempo. Com tal tendência, assinala Hayek,

“estamos rapidamente abandonando tanto as idéias de Cobden e Bright, de Adam Smith e Hume, ou mesmo de Locke e Milton, como uma das características mais importantes da civilização ocidental desenvolvida sobre as bases lançadas pelo cristianismo, pelos gregos e romanos. Não é meramente o liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas o individualismo básico que herdamos de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides, o que estamos progressivamente abandonando.”¹⁶

Hayek considerava louváveis os alvos perseguidos pelos socialistas, porém, criticava os meios e instrumentos para atingí-los, ou seja, o planejamento econômico e o Estado previdenciário. Segundo ele,

“essa mistura de ideais mal cosidos e com freqüência contraditórios que, sob o rótulo de Estado previdenciário, em grande parte substitui o socialismo como objetivo dos reformadores, precisa ser analisada com discernimento, se não quisermos que seus resultados sejam semelhantes aos do socialismo extremado.”¹⁷

Apesar de considerar louváveis os objetivos socialistas, Hayek mantinha-se na perspectiva liberal e optava por preservar o que chamava de sociedade livre. O

¹⁵ Friedrich A. Hayek. 1977. p.7.

¹⁶ Friedrich A. Hayek. 1977. p. 14.

¹⁷ Friedrich A. Hayek. 1977. Prólogo da Edição Norte-Americana de 1975. p. XXIII.

planejamento socialista, por sua vez, conduziria necessariamente, segundo ele, ao domínio de forças totalitárias.

Ao criticar os meios e instrumentos utilizados pelo socialismo Hayek retomava a tradição liberal explicitando a idéia do individualismo. Não em sua má fama de egoísmo como poderia aparentemente parecer, mas pela valorização das qualidades, gostos e opiniões individuais reforçando com isto “a convicção de que é desejável o desenvolvimento dos dotes e inclinações individuais por parte de cada um.”¹⁸ Neste sentido o Estado não deveria malograr os esforços dos indivíduos, por isto as leis deveriam ser claras, estabelecendo com antecedência as regras do jogo, garantindo contudo a liberdade individual.

Ao criticar a economia planejada e dirigida, Hayek defendia a necessidade do livre mercado e da concorrência, o quanto mais eficiente ela pudesse ser. No mercado, segundo ele, teria necessariamente que haver liberdade para se produzir, vender e comprar qualquer coisa e a qualquer preço desde que houvesse interessados em pagá-lo. Dever-se-ia criar condições para o estabelecimento da eficiência da concorrência, o tanto quanto possível,

“completar-lhe a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que, nas palavras de Adam Smith, ‘embora ofereçam as maiores vantagens para a sociedade, são contudo de tal natureza que o lucro jamais compensaria a despesa de qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos’, - eis aí tarefas que na verdade estabelecem um campo vasto e indisputado para a atividade estatal.”¹⁹

¹⁸ Friedrich A. Hayek. 1977. p. 15.

¹⁹ Friedrich A. Hayek. 1977. p. 37.

Vale ressaltar que a referência feita aqui por Hayek a Smith restringe a posição deste último sobre o Estado para criar serviços que compensassem a eficiência da concorrência. Aliás, o cerne da crítica de Hayek ao planejamento econômico consistia em que este era feito contra a concorrência, buscando na maioria das vezes substituí-la.

No regime de concorrência, além das considerações feitas acima, Hayek salientava que tanto quanto a habilidade e a previdência de cada indivíduo, eram também importantes a sorte e o acaso na determinação de cada “destino”. A capacidade e a sorte de cada indivíduo, numa sociedade onde predominasse a concorrência, eram considerados fatores importantes para determinar quais seriam os afortunados e os fracassados. E, recuperando uma tradição do pensamento liberal presente tanto em Locke quanto em Smith, Hayek afirmava que mesmo existindo pobres e ricos, os pobres, num regime de concorrência, teriam muito mais oportunidades e seriam muito mais livres do que o seriam os ricos em outro tipo de sociedade.

Um outro aspecto importante assinalado por Hayek diz respeito à propriedade privada e à identificação do sujeito que a possui graças à sua capacidade, habilidade, previdência ou sorte. Mesmo que um indivíduo não tivesse propriedade alguma poderia, com muito mais segurança, encontrar emprego através de outro indivíduo que possuísse propriedade e submeter-se ao seu poder. Isto seria melhor do que submeter-se a um insignificante funcionário

que tivesse o poder coercitivo do Estado nas mãos para determinar suas condições de vida e de trabalho. Segundo Hayek,

“a nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade, não só para os proprietários mas também, em escala quase igual, para os que não o são. Se ninguém dispõe de um poder completo sobre nós e, como indivíduos, podemos decidir os nossos problemas pessoais, é unicamente porque o controle dos meios de produção se acha dividido entre muitas pessoas que agem independentemente. Se todos os meios de produção estivessem enfeixados nas mãos de um só, fosse este a ‘sociedade’ como um todo ou fosse um ditador, quem quer que exercesse esse controle teria poder absoluto sobre nós.”²⁰

O meio mais eficiente, segundo Hayek, para se garantir o mínimo de submissão do homem sobre o outro homem seria através do sistema de competição num mercado livre. Esta também é para ele a garantia de maior igualdade e de segurança para os indivíduos numa determinada sociedade.

Em sua obra, objeto de análise neste trabalho, a ameaça se tornou um elemento constitutivo e constante. O planejamento e controle da economia, preconizados pelos socialistas, conduziriam a sociedade à servidão, ao passo que a submissão à impessoalidade das regras do mercado levaria a sociedade ao desenvolvimento, ao progresso e à liberdade. Para Hayek,

“a única alternativa à submissão ante às forças impessoais e aparentemente irracionais do mercado é a submissão ao poder igualmente incontrolável e portanto arbitrário de outros homens. Na ânsia de escapar às irritantes restrições que o tolhem no momento atual, o homem não vê que as novas restrições autoritárias que terão de lhe ser impostas deliberadamente no lugar daquelas serão ainda mais penosas.”

²⁰ Friedrich A. Hayek. 1977. p. 99-100.

E acrescentava que enganavam-se aqueles que afirmavam que “devemos aprender a dominar as forças da sociedade da mesma forma que aprendemos a dominar as forças da natureza. Este não só é o caminho do totalitarismo mas também o caminho da destruição da nossa civilização e um meio certo de obstruir o futuro progresso.”²¹

O caminho indicado por Hayek que, segundo ele, possibilitaria, inclusive, a melhora do nível geral de riqueza, é o da submissão dos esforços individuais às forças impessoais do mercado. E mesmo reconhecendo que, antes da guerra, a sociedade capitalista teria alcançado uma fase crítica, Hayek renova sua convicção e, mais do isto, sua fé nos valores tradicionais do liberalismo que, segundo ele, fizeram dos Estados Unidos e da Inglaterra “duas nações de homens livres e retos, tolerantes e independentes”. Desta forma, tais ideais deveriam ser tenazmente defendidos no embate ideológico contra os inimigos. E os ideais liberais encontravam sua fonte no século XIX e, como Hayek reconhecia que não seria possível retornar àquela realidade, poder-se-ia no entanto buscar realizá-los na realidade do século XX. E assim Hayek concluía sua obra:

“o princípio orientador de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que verdadeiramente leva ao progresso, permanece tão verdadeiro hoje como o foi no século XIX.”²²

Embora não conseguindo encontrar ressonância teórica e prática para o seu discurso no período pós-segunda-Guerra, Hayek reforçou sua linha de pensamento através de sua obra de teoria política, publicada em 1960: *Os Fundamentos da Liberdade*. Nela enquadrava “o mercado e o progresso numa

²¹ Friedrich A. Hayek. 1977. p. 192.

²² Friedrich A. Hayek. 1977. p. 224.

moldura evolucionista”. O mercado era apresentado como um sistema sem rival de informação:

“preços, salários, lucros altos e baixos são mecanismos que distribuem informação entre agentes econômicos de outra forma incapazes de saber, já que a massa colossal de fatos economicamente significantes está fadada a escapar-lhes. A intervenção do Estado é má porque faz com que a rede de informações do sistema de preços emita sinais enganadores, além de reduzir o escopo da experimentação econômica.”²³

Na perspectiva de Hayek, o mercado conduz à liberdade e é sua garantia maior, devendo pois o Estado não oferecer, através de suas regulamentações e instituições, nenhum empecilho a que ela, de fato, se realize. Nestas idéias podemos encontrar elementos básicos do chamado Estado mínimo que se tornou uma reivindicação dos neoliberais.

Durante a década de 70, Hayek reforçou sua perspectiva de pensamento através da trilogia: *Lei, Legislação e Liberdade* (1973-1979). Segundo Merquior, pode-se depreender desta obra que

“as duas únicas funções de um governo legítimo consistem ‘em prover uma estrutura para o mercado, e prover serviços que o mercado não pode fornecer’. Isso, aliás, mostra que Hayek, a despeito de todo o seu determinado abandono da ‘miragem da justiça social’, não se limitou a retroceder a um puro favorecimento do laissez-faire ou ao Estado vigia noturno.”²⁴

Ora, contrapondo à posição de Merquior poderíamos indagar se, de fato, não seriam estas funções que caracterizariam ao menos o Estado vigia noturno? Além

²³ José Guilherme Merquior. 1991. p. 190.

²⁴ José Guilherme Merquior. 1991. p. 191.

do mais, no que se refere ao *laissez-faire*, o próprio Hayek já havia se manifestado n’*O Caminho da Servidão* que

“talvez nada haja prejudicado tanto a causa liberal como a obstinada insistência de alguns liberais a propósito de certas regras primitivas e ainda pouco matizadas, e sobretudo do princípio do *laissez-faire*. Contudo, de certa maneira isso era necessário e inevitável.”²⁵

- Liberdade econômica, iniciativa privada e mercado livre: Milton Friedman e Rose Friedman.

A trilogia de Hayek veio reforçar também a tese da indivisibilidade da liberdade, exposta anteriormente por Milton Friedman em sua obra de 1962: *Capitalismo e Liberdade*. Nesta, Friedman afirmava ser a liberdade econômica o fundamento de qualquer outra liberdade. Sem liberdade econômica não haveria, segundo este autor, liberdade civil ou política. E a liberdade econômica se constituiria a partir de um mercado livre, sem regulamentações impostas pelo Estado. Portanto o mercado livre era condição necessária também de liberdade.

Friedman, da mesma maneira que Hayek, condenava o Estado previdenciário. Para ele os sistemas previdenciários organizados pelo Estado são prejudiciais em função do

“efeito maligno que exercem sobre a estrutura da nossa sociedade. Eles enfraquecem os alicerces da família [sic], reduzem o incentivo para o trabalho, a poupança e a inovação; diminuem a acumulação do capital, e limitam a nossa liberdade [sic]”. Friedman considerava ainda que a

²⁵ Friedrich A. Hayek. 1977. p. 18.

permanência de tais sistemas de previdência nas mãos do Estado, além de destruir a família, “envenena o florescimento das atividades de caridade privadas”.²⁶

Ao se manifestar desta maneira Friedman reconhecia o valor e a necessidade do florescimento da caridade e assim buscava impor o seu discurso envolvendo valores religiosos-cristãos que, de certa forma, estavam impregnados na sociedade a qual ele se dirigia e, ao não se opor a estes valores mas preservando-os buscava juntar forças para atingir e impor o seu discurso a toda a sociedade.

A solução apontada também por Friedman para os problemas mais graves da sociedade contemporânea, como o desemprego e a distribuição de renda, estava na presença do livre mercado e de suas múltiplas possibilidades, único mecanismo democrático que, segundo ele, garantiria a liberdade do indivíduo, já que nele se fazia presente, como condição necessária, a liberdade econômica.

Na obra *Liberdade de Escolher - o novo liberalismo econômico* (1979) Friedman e sua esposa Rose tratavam simetricamente o sistema político e o sistema econômico.

“São ambos considerados mercados nos quais o resultado é determinado pela interação entre pessoas que perseguem interesses próprios (amplamente interpretados) e não metas sociais que os participantes julgam vantajoso anunciar.”²⁷

²⁶ Milton Friedman (s/d: 178, 172) Apud. José Paulo Netto. 1993. p.80.

²⁷ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 10. Entre Hayek e Friedman. o segundo demonstrava pretender atingir com suas idéias e propostas, um maior número de pessoas. Em 1962 escreveu *Capitalismo e Liberdade* onde, a partir de um arcabouço teórico, fez uma análise de problemas específicos como: “a política monetária e fiscal, o papel do governo na educação, o capitalismo e a discriminação e a minoração da pobreza.” (1980. p. 9) Em 1979, publicou, juntamente com sua esposa. o bestseller americano, *Liberdade de Escolher - o novo liberalismo econômico*. Em seu Prefácio os

Portanto, valorizavam os mercados livres onde os interesses individuais poderiam desenvolver sem qualquer espécie de dirigismo.

De forma semelhante ao que pudemos constatar em Hayek, também os Friedmans desenvolveram seu pensamento tendo como referência a tradição liberal clássica, principalmente Adam Smith. Este, juntamente com Thomas Jefferson constituíram aliás o ponto de partida dos Friedmans ao sugerirem a importância da opinião intelectual sobre a liberdade econômica e o governo limitado. Segundo eles, a opinião intelectual funcionaria como uma maré que, ao se impor, possibilitaria o surgimento de políticas concretas que buscariam a realização efetiva daquela. Para eles,

“a maré de opinião, desde que flua com força, tende a varrer todos os obstáculos, todas as opiniões contrárias. De idêntica maneira, quando chega ao auge e uma maré contrária se levanta, ela, também, tende a fluir fortemente.”²⁸

Na obra *Liberdade de Escolher*, os Friedmans detectaram historicamente, a partir do século XIX, o seguinte movimento destas marés: inicialmente a maré de opinião sobre liberdade econômica e governo limitado, presente através do pensamento de Adam Smith e Thomas Jefferson, fluiu de maneira intensa até o final do século passado. Porém, esta maré ao atingir seu ponto mais alto foi substituída por outra. Isto aconteceu, segundo os Friedmans,

Friedmans esclareciam que esta obra tinha dois genitores: *Capitalismo e Liberdade* (1962) e uma série de TV com o mesmo nome, *Liberdade de escolher*, apresentada por dez semanas pelo Public Broadcasting Service. Tendo como referência, *Capitalismo e Liberdade*, os Friedmans esclarecem ainda que em *Liberdade de escolher* havia “um desenvolvimento mais completo da filosofia que satura ambos os trabalhos - havendo no caso deste mais de porcas e parafusos e menos de arcabouço teórico.” (1980, p. 9). Assim, buscavam atingir um maior número de pessoas. Em razão disto, nossa opção de análise recaiu principalmente sobre esta última obra.

²⁸ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 278.

“em parte porque o próprio sucesso da liberdade econômica e do governo limitado na geração do crescimento econômico e no melhoramento do bem-estar do grosso da população tornou os males remanescentes (e, naturalmente, havia muitos) ainda mais visíveis e despertou o desejo geral de que se fizesse alguma coisa sobre eles.”²⁹

Tal perspectiva possibilitou o surgimento da maré na direção do socialismo fabiano e do liberalismo do New Deal, ambos afastados da crença no indivíduo e no mercado e próximos da crença no social e no governo. Ao constatar a presença desta segunda maré de opinião, os Friedmans tinham como referência a fundação da Sociedade Fabiana pelos socialistas ingleses em 1883 e a política econômica, “de inspiração socialista”, adotada nos Estados Unidos após a grande depressão. Assim, até 1979, quando publicaram *Liberdade de Escolher*, a referida maré já tinha um longo tempo de duração e também atingia o seu ponto mais alto o que sugeria, segundo eles, que ela estivesse mudando. Isto porque

“sua base intelectual foi corroída à medida que a experiência, repetidamente, lhe contrariou as expectativas. Seus paladinos estão na defensiva. Não têm soluções a oferecer para os males do presente, salvo mais da mesma coisa. Não conseguem mais despertar entusiasmo entre os jovens, que acham agora as idéias de Adam Smith ou Karl Marx muito mais interessantes do que o socialismo fabiano ou o liberalismo do New Deal.”³⁰

Por ocasião da publicação de *Liberdade de Escolher* (1979), os Friedmans, apesar de constatarem que a maré de opinião estava virando, ainda não tinham claro a direção que ela seguiria. Contudo, eles a impulsionavam para uma valorização da “iniciativa individual” e da “cooperação voluntária”; na direção, portanto, das idéias já expostas por Adam Smith. Tal perspectiva era apontada

²⁹ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 278.

³⁰ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 278.

como solução para os problemas emergentes de uma sociedade “supergovernada”, com a presença de um “grande governo”, onde a concentração de poder se constituía na maior ameaça à liberdade humana. A liberdade econômica era considerada pelos Friedmans como requisito essencial para a liberdade política e a concentração de poder político e econômico constituía receita certa para a tirania ou, como dizia Hayek, para a servidão. A liberdade humana só poderia ser conseguida, em conjunto com a liberdade econômica desenvolvida fundamentalmente a partir de uma economia de troca cujos princípios norteadores deveriam ser alicerçados principalmente na iniciativa individual e na cooperação voluntária.

Um mercado livre e aberto, onde a iniciativa privada pudesse operar livremente, era condição fundamental não apenas para a liberdade mas também para a prosperidade humana. Sendo assim, tanto a constituição de monopólios e a formação de cartéis quanto a própria interferência do governo eram consideradas pelos Friedmans como interferências indevidas no mercado livre, sendo esta última a principal delas que poderia, inclusive, destruir a prosperidade proporcionada pelo mercado livre.

Os Friedmans ao exporem as suas idéias, embora fizessem também referências à Grã Bretanha, tinham como parâmetro principal o processo de desenvolvimento político e econômico dos Estados Unidos, deixando transparecer uma visão apologética de tal processo. Segundo eles o milagre econômico e o milagre político na história dos Estados Unidos foram possíveis

por terem realizado dois conjuntos de idéias formulados em 1776. Idéias estas que constituiriam aquilo que eles chamavam de primeira maré de opinião. Os eixos principais constitutivos de tais idéias foram expressos por Adam Smith, na *Riqueza das Nações*, e por Thomas Jefferson, na *Declaração de independência americana*.

Da obra *Riqueza das Nações*, de Smith, os Friedmans ressaltaram a importância da idéia sobre a chamada “mão invisível” segundo a qual um indivíduo que pretendesse apenas o seu ganho era levado como que por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. Desta maneira, perseguindo o seu próprio interesse o indivíduo era levado a promover o bem da sociedade, mesmo não tendo consciência disto.

Na Declaração de independência redigida por Thomas Jefferson, proclamava-se, segundo os Friedmans, o surgimento de uma nova nação fundada no princípio de que cada indivíduo livre e possuidor de direitos inalienáveis, evidentes por si mesmos, dados pelo Criador (tais como o direito a vida, a liberdade e a busca da felicidade), deveria também ter o direito de buscar a realização de seus próprios valores.³¹

As idéias de Smith e de Thomas Jefferson, combinando a liberdade econômica e política possibilitaram, segundo os Friedmans, o desenvolvimento americano. Símbolo deste processo é a presença da estátua da liberdade e a

³¹ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 16.

inscrição nela contida conclamando para que viessem a ela - a América -, os cansados, os pobres, os orfãos que pretendessem ser livres. E, conforme assinalaram os Friedmans, “eles vieram aos milhões e aos milhões foram absorvidos. Prosperaram porque foram deixados entregues a seus próprios meios.”³²

Milton Friedman e Rose Friedman retomaram e valorizaram a posição de Smith e Jefferson sobre o poder limitado do Estado. Estes autores afirmavam e os Friedmans reafirmavam a necessidade de um governo que fosse árbitro e não participante, deixando o indivíduo e a iniciativa privada livres para agirem no mercado econômico. Porém, conforme assinalavam os Friedmans, tais idéias, no início do século XX, graças ao avanço das idéias socialistas, foram aos poucos sendo substituídas de forma tal que o governo, de árbitro passou a ser pai e a controlar vários aspectos e setores do mercado econômico. Em nome da segurança e da igualdade o governo passou a expandir as suas funções. E, segundo os Friedmans,

“na esfera governamental, como também no mercado, parece haver uma mão invisível, mas ela age exatamente em direção oposta à prevista por Adam Smith: o indivíduo que tenciona apenas servir ao interesse público, patrocinando a intervenção governamental, é ‘levado pela mão invisível a promover’ os interesses privados, ‘o que não fazia parte de sua intenção’.”³³

³² Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 48.

³³ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 19.

Ora, da mesma forma que Smith, também os Friedmans ao fazer uso da “mão invisível” (mesmo quando agia de maneira oposta) escamoteavam as forças políticas e sociais que, de certa forma, imprimiam uma direção - conforme os seus interesses - tanto na esfera governamental quanto também no mercado.

Na obra *Liberdade de Escolher*, partindo do princípio de que o trabalho é um modo de se obter bens e serviços que as pessoas desejam, os Friedmans professaram sua crença na economia de troca onde o intercâmbio voluntário cria estruturas que desenvolvem vida própria e compensam as pessoas nele envolvidas, não havendo assim necessidade de interferência do Estado. O sistema de preços é o mecanismo que possibilitaria a cooperação para promover interesses diferentes, desde que ocorresse num mercado livre. Os preços, ao emergirem de transações voluntárias poderiam contribuir para a coordenação das atividades dos indivíduos sem que estes precisassem renunciar os seus interesses e, de maneira tal, que lhes possibilitaria melhorar a situação financeira de antes. Desta forma, a ordem econômica poderia ser instaurada como consequência não intencional dos atos dos indivíduos na busca da realização de seus próprios interesses.

Sem considerar a possibilidade da mais-valia e os interesses predominantes dos detentores do capital no processo de sua acumulação, como fez Marx, Friedman e sua esposa salientavam três funções básicas e inter-relacionadas presentes no sistema de preços: eles transmitem informações; proporcionam incentivos à produção e os meios para o seu desenvolvimento; e distribuem

renda. Sem interferência do Estado os problemas que por ventura viessem a surgir seriam automaticamente solucionados pelo próprio sistema de preços.

Um aspecto que merece ser ressaltado aqui, diz respeito à posição dos Friedmans quanto a produção e distribuição de renda através do sistema de preços. A renda era considerada por eles como sendo o resultado da diferença entre a receita que se obtinha com a venda de bens e serviços e os custos de sua produção. A receita, por sua vez, poderia advir principalmente de pagamentos diretos pelos recursos produtivos tais como: trabalho, terra, propriedade e outras formas de capital.³⁴ A sorte e a decisão no momento adequado eram considerados pelos Friedmans como elementos determinantes do volume de recursos de cada um.

No que se refere à distribuição da renda, os Friedmans consideravam que independente da forma como as sociedades eram organizadas havia sempre insatisfação a este respeito.

“Os campos mais distantes sempre parecem mais verdes - e, assim, culpamos o sistema existente. Num sistema de comando, a inveja e a insatisfação têm como alvo os governantes. Num sistema de mercado livre, são dirigidos contra ele.”³⁵

Ao expor suas idéias, os Friedmans deixavam transparecer uma preocupação de ressaltar a amplitude do intercâmbio voluntário bem como do chamado interesse próprio a partir de um ponto de vista fundado na tradição

³⁴ Cf. Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 33.

³⁵ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 35.

liberal. Assumindo uma perspectiva mais ampla sobre o intercâmbio voluntário, eles consideravam que a “mão invisível” sugerida por Smith, referindo-se à atividade econômica, poderia ser também percebida em outras esferas, já que a econômica não era a única presente na vida humana. Assim, por exemplo, eles lembravam não apenas o idioma, mas também os valores, as convenções sociais e até mesmo as chamadas disciplinas científicas que se desenvolviam sem que houvesse um órgão controlador e centralizador que promovesse o desenvolvimento de cada um desses elementos. A partir de tentativas e erros, o intercâmbio voluntário entre os indivíduos possibilitava o surgimento de estruturas que naturalmente promoviam o desenvolvimento de cada um dos elementos referidos acima.

No que diz respeito ao interesse próprio, devido a uma preocupação estreita com o mercado econômico, acabou por incidir sobre ele uma interpretação limitada do indivíduo egoísta e preocupado apenas com recompensas materiais imediatas. Os Friedmans consideravam, contudo, que o

“interesse próprio não é egoísmo míope. É o que quer que seja que interesse aos participantes na transação, o que quer que valorizem, as metas que por ventura se proponham. O cientista que procura empurrar para mais longe as fronteiras de sua disciplina, o missionário que tenta converter pagãos para a verdadeira fé, o filantropo que leva confortos aos necessitados - todos eles estão promovendo seus interesses, como os vêem, como os julgam de acordo com os valores que defendem.”³⁶

³⁶ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 40.

Assim, o interesse próprio e o intercâmbio voluntário eram considerados pelos Friedmans como elementos indispensáveis para a realização da liberdade humana. E numa sociedade onde se queira preservar tal liberdade, perguntavam eles, qual o papel do Estado?

Ao responder esta questão, os Friedmans recorriam novamente a Smith ressaltando o sistema de liberdade natural sugerido por ele na *Riqueza das Nações*, onde os indivíduos, não violando as leis da justiça, eram deixados livres para desenvolverem seus próprios interesses. O Estado deveria apenas cuidar para que houvesse a proteção de cada indivíduo contra a coerção externa ou mesmo interna entre eles. Além disto, deveria construir e manter certas obras públicas que, mesmo sendo de interesse da sociedade, não encontravam disposição de indivíduos ou grupos de indivíduos para realizá-las em razão de não proporcionarem lucro.

Segundo os Friedmans, os dois primeiros deveres do Estado propostos por Smith eram claros e diretos, porém o terceiro embora de aplicação limitada à preservação e fortalecimento da sociedade livre, acabou sendo utilizado para justificar os mais variados tipos de intervenção do poder público na vida dos indivíduos. Para os Friedmans

“a lição a ser tirada do mau uso do terceiro dever de Smith não é que a intervenção pública jamais se justifique, mas, que o ônus da prova deve caber a seus proponentes. Deveríamos desenvolver o costume de examinar os custos e benefícios de projetadas intervenções do governo e exigir uma comparação bem clara entre ambos antes de adotá-las.”³⁷

³⁷ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 44.

Isto porque, segundo os Friedmans, a experiência tem demonstrado que quando uma certa atividade é programada pelo governo ela raramente é suspensa e nem sempre consegue atingir a grande maioria dos indivíduos podendo, aliás, contribuir, ao invés disto, para que interesses privados possam ser beneficiados. Os arranjos voluntários surgidos no mercado livre seriam mais eficientes e beneficiariam indistintamente os indivíduos, contribuindo melhor para o bem público. Sendo assim, na perspectiva defendida pelos Friedmans, o próprio mercado protegeria o consumidor desde que houvesse possibilidade de concorrência.

A grande dificuldade de aceitação da idéia sobre o mercado livre e da ação natural de suas forças diz respeito aos resultados daí advindos. Porém, os Friedmans tranquilizavam a este respeito afirmando que

“a única coisa certa é que serviço algum sobreviveria, se os usuários não valorizassem o suficiente para pagar por ele - e pagar a preços que rendessem às pessoas que prestam o serviço uma renda mais adequada do que atividades alternativas em que poderiam operar. Nem usuários nem produtores poderiam pôr as mãos nos bolsos de alguém para manter um serviço que não satisfizesse essa condição.”³⁸

Seriam os capitalistas dos países de capitalismo desenvolvido tão diferentes dos capitalistas de países de capitalismo não desenvolvido? Por que os interesses privados prevalesceriam sobre as atividades do governo cuja intenção seria atingir o maior número de cidadãos e, no mercado livre aqueles mesmos interesses proporcionariam o bem público? Com tais questões não pretendemos

³⁸ Milton Friedamn e Rose Friedamn. 1980. p. 202.

de forma alguma defender os capitalistas de países de capitalismo desenvolvido, ou mesmo defender atividades de governos “bem intencionados”. Porém, estas questões nos intrigam ao tomarmos contato com o pensamento dos Friedmans. Tal pensamento seria apenas mais uma crença liberal ou uma apologia de tal ideologia?

- Neoliberalismo, ensino e privatização:

As idéias de Hayek e dos Friedmans, expostas nesta parte de nosso trabalho, começaram a adquirir força e hegemonia nas sociedades de capitalismo desenvolvido, a partir principalmente do final da década de 60 e início da de 70. Neste sentido, é significativo o fato de que em 74, Hayek foi contemplado com o prêmio Nobel de economia, e em 76, foi a vez de Milton Friedman.

Tanto Hayek quanto os Friedmans, enquanto ideólogos do neoliberalismo, apresentaram posições comuns em relação ao Estado e ao mercado numa sociedade efetivamente capitalista. Um Estado com funções mínimas e, principalmente, que não interferisse no mercado econômico já que este, seguindo o seu curso natural, as suas próprias leis, poderia ser a garantia de toda liberdade individual e que, por consequência, traria a liberdade social. Cabe lembrar, no entanto, como ressalta o pensador liberal Norberto Bobbio que

“por neoliberalismo se entende hoje, principalmente, uma doutrina econômica conseqüente, da qual o liberalismo político é apenas um modo de realização, nem sempre necessário; ou, em outros termos, uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário.”³⁹

³⁹ Norberto Bobbio. 1988. p. 87.

Identificada a causa da crise das sociedades capitalistas contemporâneas na constituição e ação do Estado de bem-estar-social, e na insustentabilidade da economia planejada, os neoliberais consideravam que a solução para os graves problemas existentes estaria no desmantelamento das instituições sociais criadas por aquele modelo de Estado e também pela liberação dos mecanismos de funcionamento natural do mercado.

Ora, será dentro desta política de desmantelamento das instituições sociais e também de diminuição da interferência do Estado no mercado econômico e no processo produtivo, que poderemos identificar a estratégia de privatização como algo necessário sob a perspectiva neoliberal. Além disso, ao considerarem o mercado enquanto único mecanismo democrático de regulação das relações sociais, os neoliberais abriram perspectivas para se considerar o ensino como um elemento que também deveria ser regulado exclusivamente por ele e através da ação da iniciativa privada (como veremos a seguir, retomando como fundamento a contribuição dos Friedmans). Tais elementos justificaram, aliás, nossa incursão por este pensamento na pesquisa que ora elaboramos.

No que diz respeito ao ensino, não encontramos em Hayek uma referência explícita a ele. Os Friedmans, porém, dedicam-lhe um capítulo cujo título chama a atenção do leitor: “O que há de errado com nossas escolas?”.

Na obra *Liberdade de Escolher*, os Friedmans, antes de tratar do tema sobre o ensino empreenderam uma discussão sobre os deveres do Estado numa

sociedade que se pretendesse livre. Além dos três deveres clássicos, sugeridos por Smith (e lembrados aqui anteriormente), os Friedmans acrescentaram um quarto dever não mencionado explicitamente por aquele, qual seja, o de proteger membros da comunidade que não pudessem ser considerados como responsáveis. Isto porque, para eles a liberdade seria viável apenas para indivíduos responsáveis. E, na tentativa de evitar abuso, como o ocorrido com o terceiro dever do Estado proposto por Smith, os Friedmans consideravam como irresponsáveis apenas os loucos e as crianças para os quais não se poderia rejeitar categoricamente um certo paternalismo.

Sobre os loucos, os Friedmans não fizeram mais do que classificá-los como irresponsáveis. Porém, sobre as crianças, eles atribuíam aos pais a responsabilidade sobre elas. Aliás, consideravam também que a família, e não o indivíduo, era “o tijolo” fundamental da sociedade. Contudo, com o crescente aumento de poder do governo, que tem se transformado em “grande governo” nas sociedades de capitalismo avançado, a importância da família decaiu gradativamente..

As crianças eram consideradas pelos Friedmans como “indivíduos responsáveis em embrião” e, enquanto tal, ninguém melhor que seus pais para saber o que seria o melhor para elas, incluindo aí, a educação escolar.

Tomando como parâmetro a educação nos Estados Unidos, os Friedmans constataran seu fracasso, ou então, aquilo que eles denominaram de

“deseducação”, principalmente nas escolas públicas freqüentadas por alunos oriundos de famílias de baixa renda. Por que isto teria acontecido e que alternativas eles ofereciam para a solução desta situação? Ao buscarmos respostas para esta questão poderemos encontrar algumas atribuições fundamentais da educação presentes no pensamento neoliberal dos Friedmans e ainda, até que ponto se poderia inferir daí a possibilidade da privatização do ensino como solução ao fracasso constatado.

Do diagnóstico que, de certa forma, os Friedmans fizeram sobre a educação norte-americana destacaremos inicialmente, dois elementos que consideramos importantes para a nossa análise. A partir da constatação feita por eles de que “a educação sempre foi um dos principais componentes do Sonho Americano” e, de que desde a colonização a escola se fez presente, importa destacar como primeiro elemento o fato de que

“no início, as escolas eram privadas e de freqüência absolutamente voluntária. Mas cada vez mais, o governo veio a desempenhar um papel mais ativo, primeiro contribuindo com apoio financeiro e, mais tarde, criando-as e administrando-as. A primeira lei de freqüência só se tornou compulsória em todos os Estados em 1918.”⁴⁰

O outro elemento diz respeito à função exercida pela escola. Neste sentido os Friedmans afirmavam que

“sempre nos orgulhamos, e com boas razões, da existência geral de escolarização para todos e do papel que as escolas públicas desempenharam na promoção da assimilação dos recém-chegados pela sociedade, impedindo a fragmentação e a divisão e criando meios para que pessoas de diferentes

⁴⁰ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 153. (grifo nosso).

meios formativos culturais e religiosos vivessem juntas em harmonia.”⁴¹

Além disto, as escolas ofereciam a seus alunos os instrumentos necessários para que eles pudessem enfrentar “os problemas da vida”. Portanto, na leitura feita pelos Friedmans sobre a história da educação americana, eles ressaltavam que de início a escola, preponderantemente privada e de frequência não obrigatória, foi suficientemente capaz de promover a harmonia social e de preparar seus alunos para a vida.

Contudo, a escola já não era mais a mesma. A qualidade caiu, a violência se instaurou e aumentou em seu interior e, de um meio que contribuía para a harmonia social tornou-se meio de fragmentação. O fracasso escolar estava instalado e atingia principalmente as classes de renda baixa. O que afinal teria provocado tal fracasso?

Para os Friedmans, a “doença” da sociedade super-governada atingiu também a escola contaminando-a e conduzindo-a ao fracasso. Mas, afinal de onde vinha, ou qual a origem de tal doença e, como ela se manifestava na escola? Segundo os Friedmans, tanto quanto a Previdência social, a educação constituía um

“elemento comum às filosofias autoritária e socialista”. E continuava sua argumentação afirmando que “a Prússia aristocrática e autoritária e a França imperial foram as pioneiras do controle da educação pelo Estado. Intelectuais de inclinações socialistas nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e, mais tarde, na França republicana foram os principais defensores do controle estatal em seus países.”⁴²

⁴¹ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 153-4.

⁴² Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 157.

Nos Estados Unidos a “doença” da sociedade super-governada atingiu as escolas retirando dos pais o poder de controle sobre o tipo de ensino a ser dado para seus filhos, passando tal poder para educadores profissionais, ao mesmo tempo que a burocratização e a centralização aumentavam nas escolas. Os Friedmans acreditavam que

“o papel crescente do governo no **financiamento** e **administração** da escolarização levou não só a enorme desperdício do dinheiro dos contribuintes mas também a um sistema educacional muito mais medíocre do que o que teria havido, se a cooperação voluntária tivesse continuado a nele desempenhar papel de maior vulto.”⁴³

A passagem de um sistema principalmente privado para um sistema predominantemente público, tornando a educação um ‘dever moral do Estado’, não ocorreu apenas nos Estados Unidos mas, como assinalavam os Friedmans, foi uma prática comum nos países ocidentais. Tal tendência iniciou na Prússia (1808) e na França sob Napoleão, praticamente na mesma época. Na Grã-Bretanha, onde o *laissez-faire* se fazia presente, ela demorou um pouco mais para ser instaurada, só a partir de 1870 surgiu aí o sistema público de ensino e mesmo assim, a educação primária só foi tornada compulsória em 1880 e as anuidades foram abolidas em 1891.

Nos Estados Unidos o ensino tornou-se predominantemente público e gratuito a partir de uma campanha encabeçada pelo Secretário da Junta Estadual de Educação de Massachusetts, Horace Mann, considerado o “pai da educação

⁴³ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 187. (grifo nosso).

gratuita americana”. Tal campanha iniciada em 1840, conseguiu que suas reivindicações fossem concretizadas já em meados do século XIX.

É interessante assinalarmos aqui o fato de que os Friedmans ao criticarem tal campanha e, principalmente, os seus resultados, afirmavam que ela foi conduzida por mestres e funcionários públicos que embora apresentassem argumentos

“vasados em termos de interesse público, grande parte do apoio de mestres e administradores ao movimento em prol das escolas públicas tinha origem em estreito interesse pessoal. Esperavam eles maior garantia no emprego, maior certeza de que seus salários seriam pagos, e maior grau de controle se o governo, e não os pais, fosse o patrão imediato”.⁴⁴

Ora, caberia aqui indagar: por que o interesse próprio produz o bem público no mercado e, na escola tal interesse promove o bem privado? Não seria da própria lógica da defesa do livre mercado, principalmente para quem advogava (como os Friedmans) que ele devia estar presente na escola que, também nela o interesse próprio conduzisse ao bem público? A “mão-invisível” não estaria também presente na escola? Se ela devia estar aí presente, por que os Friedmans atacavam os interesses dos educadores profissionais e dos administradores? As respostas a tais questões nós não encontramos nem em Friedman e sua esposa menos ainda na tradição liberal. Isto porque a intervenção do Estado que eles criticavam, e que considerava como uma doença (da sociedade super-governada) foi na verdade uma solução proposta anteriormente pelos próprios liberais, mesmo que não ortodoxos como Keynes, por exemplo. Assim o Estado intervencionista era de fato um Estado liberal. Porém, na conjuntura analisada pelos Friedmans era necessário livrar-se dele para que os interesses do capital pudessem ser preservados. E, no que diz respeito ao ensino, os Friedmans constatavam que a

⁴⁴ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 156.

interferência do Estado era também o grande mal e causa principal do fracasso em que ele se encontrava. Um ensino fracassado porque custeado pelo governo e controlado pelos educadores profissionais. Mas afinal, que alternativas eles propunham para solucionar o fracasso do ensino?

Os arranjos do mercado eram considerados pelos Friedmans muito mais eficientes do que qualquer interferência do governo na escola. Para tanto, em primeiro lugar, ao invés do poder de controle ser exercido pelos educadores profissionais, identificados por eles como produtores, deveria estar a cargo dos pais, que se identificavam muito mais com os interesses dos consumidores - eles mesmos e seus filhos. O fracasso no ensino americano, exemplificado pelos Friedmans, não teria ocorrido se os pais tivessem mantido o controle sobre as escolas. Não teria havido queda da qualidade e também a violência não teria se instaurado nelas. Apesar de terem constatado o bom resultado de experiências nas quais se fazia uso de recursos privados através da ação voluntária de instituições como a Igreja católica, juntamente com organizações voluntárias de caridade, ao mesmo tempo em que os pais pagavam anuidades, os Friedmans consideravam tais experiências insuficientes. Por isso, diziam eles:

“uma das maneiras de conseguir um grande melhoramento, de trazer de volta o aprendizado para a sala de aula, especialmente para os hoje mais desprivilegiados, é dar aos pais maior controle sobre a educação dos filhos, um controle semelhante ao que temos agora, os das classes de renda mais altas. De um modo geral, os pais têm maior interesse pela educação dos filhos e conhecimento mais íntimo de suas capacidades do que qualquer outra pessoa.”⁴⁵

Investimentos privados, pagamento de anuidades pelos alunos, controle das escolas pelos pais dos alunos, frequência não obrigatória, não intervenção do governo e mais: confiança no mercado e na troca voluntária que se desenvolveria no interior e entre as próprias escolas, constituiriam, na perspectiva dos

⁴⁵ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 162.

Friedmans, elementos certos para solucionar o fracasso escolar. Isto porque tais elementos contribuiriam para a adoção da concorrência de mercado na educação. Julgando, porém, não ser viável politicamente a implementação de todas essas medidas de uma só vez, os Friedman propunham o chamado “Plano de cupons”. Este, conforme concebiam, era um plano simples e eficaz que poderia dar maior liberdade de escolha aos pais embora fosse ainda “uma solução apenas parcial porque não afeta nem o financiamento da educação nem as leis de frequência obrigatória.”⁴⁶ Tal Plano não destruiria necessariamente o sistema público de ensino mas contribuiria, segundo os Friedmans, para eliminar o que nele fosse problemático.

O Plano de Cupons, já havia sido proposto por Milton Friedman em seu artigo *The Role of Government in Education*, em 1955, que revisado, reapareceu no *Capitalism and Freedom*, em 1962. Tal Plano poderia ser aplicado em toda a extensão do ensino escolar, desde o primário até o superior e deveria ser utilizado tanto em escolas privadas quanto em escolas públicas, desde que estas também cobrassem anuidades. Sem a existência do Plano de Cupons, não existiria vantagem financeira para os que ingressavam nas escolas privadas, pois o ensino seria pago duas vezes: uma primeira vez através da mensalidade paga diretamente à escola e uma outra através do imposto recebido pelo governo para ser aplicado na educação. Com a proposta dos Cupons, os que ingressavam nas escolas privadas deixariam de pagar duas vezes pela educação, e os que possuíam rendas baixas poderiam ter a liberdade de escolha de escolas de maior qualidade,

⁴⁶ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 163.

contudo, “esse plano não aliviaria ninguém do fardo de pagar impostos para custear a escolarização.”⁴⁷

Na proposta dos Friedmans, o governo ficaria de certa forma desincumbido de dar educação e, ao invés dela, daria os cupons que designariam uma certa soma a ser resgatada mediante sua apresentação em escolas anteriormente aprovadas. O Plano de Cupons, segundo os Friedmans, equivaleria a uma proposta do governo feita nos seguintes termos:

“Se você nos poupar a despesa de ensinar a seu filho, você receberá um cupom, um pedaço de papel regatável numa soma designada se, e apenas se, for usado para pagar o custo da escolarização de seu filho numa escola aprovada.”⁴⁸

Adquirindo esses cupons, os pais teriam maior liberdade de escolher a melhor escola para seus filhos e, assim, a procura deveria instaurar a concorrência e com esta viria necessariamente a qualidade do ensino.

Para os Friedmans

“uma das vantagens do plano de cupom é que encorajaria uma transferência gradual para um maior financiamento por parte dos pais. O desejo dos pais de gastar mais em educação poderia facilmente assumir a forma de aumentar a quantia estabelecida no cupom. Poderia permanecer o financiamento público no caso de miséria, mas isso seria muito diferente de o governo financiar um sistema escolar para 90% das crianças em idade escolar porque 5 ou 10% delas podem ser caso de miséria.”⁴⁹

⁴⁷ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 163.

⁴⁸ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 163.

⁴⁹ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 164.

Ora, tal posicionamento denota uma defesa clara dos autores em favor de um ensino privado e somente em caso de miséria se justificaria um ensino público financiado pelo Estado.

Além disto, na proposta dos cupons, poderia ser acrescentado ao seu valor um outro pelos próprios pais, dependendo da escolha que fizessem de uma determinada escola. Isto porque os pais estariam empenhados em escolher a melhor educação para seus filhos. Ora, aqui caberia indagar se apenas o desejo e o empenho dos pais em escolher a melhor educação para seus filhos seriam suficientes para garantir os recursos a serem acrescidos. Os Friedmans parecem apenas crer nesta possibilidade sem, contudo, apresentarem dados objetivos e convincentes que a comprovem, mesmo numa realidade como a americana em que eles se fundamentavam para fazer tal proposta.

No que diz respeito ao ensino superior, os Friedmans consideravam que o plano de cupons seria também a maneira menos ruim de subsidiá-lo. Assim, o plano de cupons poderia ser aplicado no ensino superior da seguinte forma:

“Faça-se com que as escolas públicas cobrem anuidades, cobrindo o custo pleno dos serviços educacionais que proporcionam e, assim, concorram em igualdade de condições com as escolas privadas. Divida-se o volume total de impostos que serão gastos anualmente em educação superior pelo número de estudantes que se deseja subvencionar anualmente. Dê-se um número de cupons de educação igual à soma resultante. Permita-se que os cupões sejam usados em qualquer instituição educacional escolhida pelo estudante, cuidando apenas para que a escolarização seja do tipo que se deseja subsidiar. Se o número de estudantes que solicitarem os cupões for maior do que o número disponível, racionem-se os cupões por qualquer que seja o critério que a comunidade

julgue mais aceitável: vestibulares competitivos, capacidade atlética, renda familiar ou qualquer de uma miríade de possíveis padrões.”⁵⁰

Ao detectar o fracasso da escola e ao fazer a proposta de Cupons, enquanto possibilidade de implementação da concorrência de mercado na educação, os Friedmans igualavam a escola à indústria, ao supermercado, ao restaurantes, aos bares ou a qualquer forma de mercado privado. Assim, como o desenvolvimento industrial nos Estados Unidos muito ganhou com a produção em massa, da mesma forma poderia ocorrer com a educação. Para eles,

“a diferença não é entre escolarização e outras atividades, mas entre arranjos sob os quais o consumidor tem liberdade para escolher e arranjos sob os quais o produtor é quem manda e o consumidor pouco pode dizer. Se o consumidor é livre para escolher, a empresa pode crescer apenas se produzir um item que o consumidor prefira devido à sua qualidade ou preço. (...) Quando o consumidor é livre para escolher, o tamanho só sobreviverá se for eficiente.”⁵¹

Além disso, os Friedmans consideravam que a aplicação do Plano de Cupons poderia ser implementada pois, assim como os supermercados, também as escolas deveriam estar à disposição dos diferentes grupos econômicos. E, mesmo com a implementação deste Plano

“não há meio de prever a composição final da indústria escolar. Isso seria estabelecido pela concorrência. A única previsão que se pode fazer é que apenas escolas que satisfizessem a seus clientes sobreviveriam - da mesma forma como acontece com restaurantes e bares. A concorrência providenciaria nesse sentido.”⁵²

⁵⁰ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 185.

⁵¹ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 159.

⁵² Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 171.

Finalmente cabe salientar que os Friedmans, da mesma maneira que concebem o mercado como panacéia para todos os males da sociedade, ao propor a concorrência de mercado na educação e a liberdade de escolha incorriam no mesmo erro. E, ao fazê-lo atribuíam uma autonomia da escola em relação à sociedade capaz de solucionar os problemas mais prementes ocorridos em seu interior, principalmente os relativos à perda de qualidade e ao aumento da violência. A qualidade poderia ser retomada a partir da concorrência a ser instaurada no interior e entre as escolas. E quanto à violência, valeria a pena ainda fazermos a seguinte citação sobre o posicionamento dos Friedmans ao defenderem o plano:

“a violência do tipo que vem aumentando nas escolas públicas é possível apenas porque as vítimas são obrigadas a frequentá-las. Se lhes fosse dada liberdade de escolher, os estudantes - negros e brancos, pobres e ricos, no Norte e no Sul - abandonariam escolas que não conseguem manter a ordem.”⁵³

Tal posicionamento acaba sendo muito mais o resultado de uma crença exacerbada no poder do mercado para solucionar todos os males da sociedade e da escola, e também uma crença na liberdade de escolha que funcionaria mais como uma solução mágica para a questão da violência que atinge a escola do que uma solução efetiva para tal problema. Além disto, a manutenção da ordem ou a possível opção de mudança de escola não se constituiriam em elementos suficientes, a nosso ver, para a solução efetiva da violência na escola. Da mesma maneira, a proposta do Plano de Cupons poderia ser considerada como um

⁵³ Milton Friedman e Rose Friedman. 1980. p. 167.

paliativo para aumentar os subsídios ao ensino privado ao invés de efetivamente contribuir para um ensino de qualidade para a maioria dos cidadãos. Afinal, quem poderia pagar mais que o valor dos cupons recebidos? Assim, a proposta dos cupons poderia ser considerada como uma forma renovada de preservar, no campo da educação, os direitos dos cidadãos proprietários. Forma esta, tão cara à tradição liberal.

- O neoliberalismo e a “razão cínica” na América Latina:

Existem ainda dois aspectos aos quais gostaríamos de nos reportar para completar nossa análise sobre o neoliberalismo. Trata-se daquilo que Frigotto (1995) chamou de “razão cínica” de tal ideologia e da presença dela em países de capitalismo não desenvolvido, como é caso da América Latina e, mais especificamente do Brasil.

No que diz respeito à razão cínica, vale lembrar que no plano ideológico os adeptos do neoliberalismo têm colocado, enquanto solução, apresentando inclusive como receita: o Estado mínimo, e sua conseqüente não interferência no mercado econômico, e a crença de que o mercado livre traria a solução para todos os males da sociedade. O planejamento econômico e o Estado previdenciário constituem aquilo que Hayek chamava de “o caminho da servidão” - do que se pode deduzir que o mercado livre seria o caminho da liberdade. Caminho este que fora interrompido através das propostas consubstanciadas no Estado de bem-estar-social e nas propostas do keynesianismo. Na perspectiva neoliberal seria

necessário retornar ao “curso natural” dos mecanismos do mercado, onde, liberada a participação dos indivíduos em particular, seriam conseguidos benefícios para o todo social.

O cinismo da razão neoliberal consiste, pois, em considerar que a atual crise do capitalismo é passageira e conjuntural e que, ao se retornar às propostas já contidas no liberalismo clássico - de livre mercado e concorrência, e de uma ação do Estado apenas onde não há interesse do indivíduo ou grupos de indivíduos em investir - estar-se-ia retornando também ao caminho da liberdade e do restabelecimento das únicas relações sociais possíveis e ao mesmo tempo salutares, ou seja, as capitalistas. Ora, isto é posto como se antes do Welfare State ou das propostas keynesianas tal realidade existisse de fato, o que a história mostra não ser verdade. Aliás, é necessário lembrar que, tanto o Welfare State quanto as propostas keynesianas vieram para tentar salvar o capitalismo da crise em que se encontrava nos anos 30. O que equivale dizer que se antes o mercado livre existia, ele levou a sociedade capitalista a uma crise social, manifestada principalmente pela situação do desemprego. Situação esta que, para ser solucionada foi necessária a intervenção do Estado.

A razão neoliberal é ainda cínica na medida em que encobre, ao invés de revelar, que o mercado produz também a desigualdade e que esta pode, por sua vez, comprometer a liberdade. Além disto, caberia perguntar: é possível de fato, ou isto ocorre apenas ao nível do discurso, o desenvolvimento de um mercado

realmente livre? Quem controla o mercado, não seriam os que dele recebem maiores benefícios? Não seriam os detentores da propriedade e do capital?

No que diz respeito à presença do neoliberalismo nos países de capitalismo não desenvolvido como os da América Latina, o que nos intriga é constatar que também nestes países o receituário neoliberal é por vezes transposto por seus adeptos, enquanto solução para os graves problemas político-sociais e econômicos, sem ao menos ter existido neles o Estado de bem-estar-social. Aliás, parte significativa dos problemas enfrentados pelos países latino-americanos tiveram soluções populistas de seus governantes, principalmente no caso do Brasil. A partir de meados deste século a maioria daqueles países passou a adotar o modelo de substituição de importações, o qual possibilitou um certo desenvolvimento sem, contudo, chegar a promover o bem-estar social de suas populações. Aliada a isto existe também na América Latina uma crise de identidade do Estado-nação que, para se adequar à nova ordem econômica internacional do capital financeiro, busca de maneira paliativa assumir as mesmas “razões” e soluções dos países de capitalismo desenvolvido. Na ordem das relações capitalistas tais “razões” e soluções são impostas pelos países de capitalismo desenvolvido aos países latino-americanos, como condição de sobrevivência e até mesmo de participação no próprio capitalismo internacional.

A curto e médio prazos, os problemas sociais, políticos e econômicos vividos pelas sociedades capitalistas ocidentais terão que ser resolvidos no âmbito do próprio capitalismo, mesmo porque o socialismo real demonstrou sua

incapacidade de solução para problemas semelhantes nos países em que ele se encontrava. E dentro do capitalismo desenvolvido, o neoliberalismo talvez conduza a sociedade ocidental para o esgotamento das possibilidades capitalistas e, quem sabe daí possa surgir, como sugeria o “velho” Marx, uma sociedade mais desenvolvida e de maior igualdade entre os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

LIBERALISMO, ENSINO E PRIVATIZAÇÃO.

A atualidade candente do problema da privatização nas sociedades ocidentais de capitalismo desenvolvido que atinge, inclusive, as sociedades da Europa oriental, e que alcança também as sociedades onde o capitalismo ainda não se encontra tão desenvolvido foi o elemento responsável pelo surgimento e desenvolvimento desta pesquisa.

Contudo, deparamos inicialmente com a dificuldade de empreender uma pesquisa que contemplasse toda a complexidade de tal problema numa sociedade capitalista e de suas conseqüências no âmbito da educação. Para enfrentar tal dificuldade foi necessário estabelecer uma delimitação que, apesar de não abranger toda a complexidade do problema, pudesse ao menos oferecer uma contribuição significativa para sua compreensão. Disto resulta, portanto, que novas pesquisas deverão ser empreendidas a partir desta, buscando investigar outros elementos, principalmente no que diz respeito à forma como a privatização do ensino tem sido realizada nos países capitalistas.

A delimitação por nós empreendida ficou circunscrita ao estudo do liberalismo, ensino e privatização a partir principalmente da contribuição de autores clássicos da economia política.

Ao realizarmos tal estudo, foram também sendo explicitados alguns elementos que se constituíram nas seguintes teses que interdependem:

- A pluralidade do liberalismo (constatada através de sua diversificação) se unifica em três categorias fundamentais que são permeadas pelo interesse do capital: o **individualismo**, a **propriedade privada** e o **Estado também privado**.

- A privatização ganha sentido e razão de ser, enquanto estratégia de recomposição e garantia de manutenção dos três elementos constitutivos do liberalismo, como condição de possibilidade da preservação do desenvolvimento da ordem capitalista.

- O ensino bem como a educação em geral nunca foram estranhos, embora nem sempre de forma explícita, a toda e qualquer economia política. Assim, não há uma economia política que não traga em seu bojo uma economia da educação e do ensino. E, do ponto de vista da economia política burguesa, o ensino privado, numa dada sociedade capitalista, é tido como regra ou opção principal e o ensino público a exceção ou opção secundária, imposta pela lógica das leis que regem o desenvolvimento do capital. Desta forma, a privatização também do ensino, numa sociedade capitalista, poderá ser uma consequência provável dentro da lógica deste processo. Há que se ressaltar, no entanto, que não é por vontade do Estado ou de algumas forças sociais que isto ocorre, mas por um imperativo determinado por certas conjunturas do desenvolvimento econômico. A lógica do capital, em certos momentos do seu desenvolvimento, impõe ao Estado a tarefa do ensino público em níveis diferenciados.

Como tais teses foram sendo explicitadas ao longo deste trabalho?

Inicialmente buscamos verificar em que consiste o liberalismo. Assim, comparando autores de perspectivas diferentes, constatamos que (apesar de existirem alguns pontos convergentes e outros divergentes em suas análises) aqueles que são considerados liberais caracterizam o liberalismo, de forma prioritária, como uma doutrina; ao passo que os autores que apresentam uma perspectiva crítica em relação a ele, caracterizam-no como ideologia.

É comum também verificar entre autores de tendências diferentes de análise sobre o liberalismo denominações diversificadas sobre ele.

Constatada a diversificação que se manifesta de forma constante na história do liberalismo, é imprescindível considerá-la como um elemento importante para a sua compreensão. Diversificação que se unifica, contudo, em três categorias que nos permitiram caracterizar melhor o liberalismo - o **individualismo**, a **propriedade privada** e o **Estado também privado**.

Tais elementos, relacionados entre si, foram sendo revestidos de um caráter de universalidade e de sedução que lhes permitiram embasar e dar consistência ao próprio desenvolvimento capitalista.

O individualismo perpassou a organização da sociedade moderna em suas várias esferas, desde a econômica, a religiosa e também a cultural. Sua presença foi no entanto significativa no âmbito da economia política que, de modo

peculiar, afirmava a crença de que a realização dos interesses privados traria como consequência o bem público.

A propriedade se constituiu também num elemento de sustentação e afirmação do liberalismo de maneira tal que se pode dizer que, de fato, o sujeito deste processo foi sempre o indivíduo proprietário. Indivíduo que, pelo trabalho e pelo uso da razão (como dizia Locke), adquiriu a propriedade e a justificou enquanto uma necessidade privada (mesmo que através da exploração escamoteada do trabalho).

Da mesma forma que os elementos anteriores, também o Estado moderno, adequado ao espírito capitalista, constituiu-se não apenas como fundamento da ordem liberal mas também como garantia e proteção dos dois elementos anteriores, e dos interesses que os sustentavam. O Estado, na tradição liberal tem sido a garantia da preservação da propriedade e esta, como afirma Laski, “é título efetivo de cidadania”. Assim, o Estado liberal, interventor ou não (quando necessário), é limitado (em seu poder e funções) pelos interesses do cidadão/indivíduo proprietário.

A presença de tais princípios, com pequenas nuances, pôde ser constatada nesta pesquisa tanto em Locke como em Mandeville, Smith e, posteriormente, também em Keynes, Hayek e nos Friedmans. Dizendo em outros termos, podemos afirmar que tais princípios, enquanto constitutivos do liberalismo,

estiveram também presentes em suas derivações, ou seja: no neocapitalismo e no neoliberalismo.

O liberalismo constitui a ideologia que justifica e racionaliza os interesses do capital servindo, desta maneira, de sustentação e organização das sociedades capitalistas. O neocapitalismo bem como o neoliberalismo foram também considerados aqui como expressões ideológicas de tais sociedades em etapas diferentes da organização da produção material sob a forma capitalista. Assim, se o liberalismo correspondeu à expressão ideológica necessária do capitalismo em sua etapa concorrencial, o neocapitalismo correspondeu à etapa do capitalismo monopolista e o neoliberalismo corresponde à etapa de desenvolvimento avançado do capitalismo em processo de globalização.

Smith, enquanto representante do liberalismo clássico, ao aceitar a tese de Mandeville de que a busca da realização dos interesses individuais resultava em benefício para todos na sociedade, reforçava, na verdade, a defesa dos interesses privados.

Embora a propriedade não tenha sido o principal objeto de investigação de Smith, pode-se considerar que, segundo este autor, pelo trabalho garantir-se-ia não apenas maior produtividade como também a propriedade que, desta forma, poderia ser considerada como mais um elemento que contribuiria para a riqueza das nações.

O Estado, segundo Smith, deveria apenas: - proteger a sociedade contra a violência e a invasão, - proteger o indivíduo contra a injustiça e opressão de outro indivíduo e, - criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou grupo de indivíduos tivesse interesse em investir por não obter o lucro condizente com tal investimento. Não deveria, segundo ele, haver interferência da legislação, ou mesmo imposição de práticas exclusivistas na esfera das relações econômicas. A concorrência deveria prevalecer. Ora, disto podemos concluir também a primazia do indivíduo, proprietário, na realização, sem obstáculos, de seus interesses. Primazia que já tinha sido afirmada por Locke e que se torna consistente na tradição liberal.

Keynes, por sua vez, apesar de sua proposta de intervenção do Estado na economia, não pôs em dúvida a eficácia fundamental da propriedade privada. E, mesmo rechaçando a “lei de mercado” e o “laissez-faire”, ao propor sua política de investimentos do Estado fê-lo enquanto condição do exercício da iniciativa individual e, assim, reforçou o individualismo tanto quanto foi feito na teoria econômica clássica que, de certa forma, ele criticava.

Cabe ressaltar também que dentre os elementos presentes na proposta de Keynes sobre a intervenção do Estado na economia, um deles era a socialização de investimentos e não a socialização dos meios de produção. O que significa dizer que mesmo com a presença do Estado na economia, este não deveria substituir a iniciativa privada mas auxiliá-la.

Hayek, por outro lado, reagirá contra o planejamento do Estado e também contra o Estado previdenciário, ambos tidos como consequência, inclusive, das propostas keynesianas. Segundo Hayek, o Estado não deveria, de forma alguma, malograr os esforços dos indivíduos. Por isto, as leis deveriam ser claras e estabelecer com antecedência as regras do jogo, garantindo porém a liberdade individual.

Para Hayek, a propriedade privada é consequência da habilidade, previdência e mesmo sorte do indivíduo. Ela é considerada por ele como a garantia da liberdade, portanto deve ser preservada a todo custo.

Completando a perspectiva apontada por Hayek, Friedman e sua esposa Rose reafirmavam a necessidade de um governo que fosse árbitro e não participante do mercado econômico, deixando, com isto, o indivíduo e a iniciativa privada livres para agirem em tal mercado. Consideravam o livre mercado e suas múltiplas possibilidades como único mecanismo democrático para garantir a liberdade do indivíduo e, em consequência, a liberdade do indivíduo proprietário, tão cara à tradição liberal.

É importante ressaltar também que, para os Friedmans, a liberdade econômica é considerada condição para a liberdade civil ou política e ela deveria constituir-se a partir de um mercado livre, portanto, sem regulamentações impostas pelo Estado.

A privatização foi um dos eixos de discussão nesta pesquisa. Assim, consideramos necessário adentrar no pensamento dos principais expoentes da economia política capitalista. E, ao término deste trabalho, podemos afirmar que, embora muitas vezes a questão da privatização não tenha sido contemplada explicitamente, em razão até mesmo do caráter de escamoteação próprio da ideologia liberal e de suas derivações, a probabilidade dela ocorrer torna-se evidente uma vez que o sistema capitalista está fundamentado nos princípios básicos, lembrados anteriormente, permeados pelo interesse do capital. Ora, a privatização neste contexto deve ser entendida como uma estratégia que visa a manutenção e reforço de tais princípios e, em consequência, do próprio capitalismo.

No que diz respeito à privatização, embora Smith não tenha feito uso do termo, o sentido que dele temos hoje já se fazia presente em sua obra sobre a Riqueza das Nações. Aí, ao referir-se às terras da Coroa afirmava que se elas passassem para as mãos de particulares (ou, diria Smith hoje, se fossem privatizadas) poderiam contribuir não apenas para saldar as dívidas da Coroa como também ser mais produtivas e, em consequência disto, aumentar a receita desta através dos impostos e taxas alfandegárias recebidos em razão do aumento da produção.

Keynes, por buscar saídas no âmbito do próprio capitalismo para as crises oriundas de suas contradições internas e resultantes da “ordem natural” do livre mercado e, por coerência com as propostas para salvar o capitalismo através da

ação do Estado, não tematizou sobre a privatização. Também não o fez no que diz respeito ao ensino. Porém, pudemos inferir de sua obra que a intervenção do Estado, por ele preconizada, e quem sabe, mesmo em se tratando do ensino, tinha seus limites definidos pela “cooperação” e pela “influência orientadora” e não propriamente pela substituição da iniciativa privada, o que nos permite afirmar mais uma vez que nele o individualismo estava presente e resguardado.

No neoliberalismo, analisado neste trabalho através da contribuição de Hayek, de Milton Friedaman e de Rose Friedman, a presença da estratégia da privatização encontrou seu momento privilegiado de realização. Isto porque, dentre suas propostas, estava a de reestruturação do Estado, agigantado em razão da implementação de idéias de Keynes e pela presença do Welfare State. Tornava-se necessário um Estado que fosse ao mesmo tempo forte, para impedir a desestabilização do sistema capitalista, e mínimo em termos de intervenção no mercado econômico. Além disto, impunha-se como necessidade o enxugamento administrativo e uma conseqüente estratégia de privatização.

Mesmo se considerarmos, como parece ser senso comum, a aceitação de que a defesa do ensino público universal e gratuito se constituiu uma tese liberal, tomando, no entanto, por base os clássicos da economia política, principalmente os discutidos neste trabalho, a defesa do ensino privado parece de fato ser a regra e o ensino público, com atenção limitada do Estado, parece ser a exceção. Além de Smith, tal perspectiva está também presente nos Friedmans, principalmente se considerarmos sua proposta dos cupons, discutida neste trabalho.

No que se refere à questão do ensino, Smith, mesmo considerando uma certa *atenção* do Estado para com ele, para que não houvesse o embrutecimento das mentes (provocado pela divisão do trabalho) afirmava ser necessário o pagamento pelo aluno, do ensino recebido, para que assim não houvesse negligência por parte do professor no desenvolvimento de sua atividade. Isto de certa maneira reforça uma relação tipicamente privada no âmbito da educação; relação esta evidente nos fundamentos econômicos da sociedade burguesa.

Ainda que Smith tenha aceitado o ensino público, enquanto uma atenção do Estado, numa “sociedade civilizada”, para o não embrutecimento das mentes das pessoas resultante da divisão do trabalho, deixou claro que se tratava do ensino fundamental. E, mesmo aí, a atenção que o Estado devia ter em relação ao ensino estava circunscrita ao facilitar, encorajar e mesmo impor a necessidade de aprender. Ora, em nenhum momento Smith afirmou ser dever do Estado oferecer um ensino público, universal e gratuito. Além disto, ao explicitar como deveriam ser realizados o “facilitar, o encorajar e o impor a necessidade de aprender”, Smith não colocou inteiramente a responsabilidade do ensino a cargo do Estado e nem eximiu o aluno do pagamento (mesmo que em parte) do ensino recebido. Numa perspectiva de defesa do ensino público, universal e gratuito, a proposta de Smith é bastante tímida e limitada. E, mesmo se considerarmos, nesta discussão, que a educação se enquadra na classificação de trabalho improdutivo, feita por Smith, cabe lembrar contudo que, para ele, “a renda de terra e os lucros do capital, constituem, em toda parte, as fontes primordiais das quais as pessoas

improdutivas haurem sua subsistência.”¹ Assim pois, mesmo se considerarmos a educação como um trabalho improdutivo, a sua subsistência e manutenção é haurida dos lucros do capital, ainda que, por vezes, tais lucros possam ser repassados através da ação do Estado que, dessa forma, torna-se intermediário entre os lucros do capital e o trabalho improdutivo executado. Em Smith, vale lembrar, a ação do Estado deveria estar circunscrita ao ensino elementar através do qual se poderia evitar o embrutecimento das mentes causado pela divisão do trabalho.

Há que se lembrar ainda que, em Smith, o destaque dado ao ensino privado é uma constante. Ao olhar para a sociedade de sua época, na Inglaterra, ele afirmava que as melhores escolas tanto de esgrima, de dança e, até mesmo as que ensinavam a ler e escrever, eram as escolas privadas. Quando Smith retornava no tempo, até os gregos e romanos, também afirmava que o ensino dado por eles era um ensino predominantemente privado. Segundo ele, não parece que o Estado tenha ao menos assumido a inspeção e supervisão sobre o ensino aí existente.

¹ Adam Smith. 1983. Vol. I. p. 287. Para Smith, “existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado, e existe outro tipo, que não tem tal efeito”. O primeiro, por produzir um valor, ele chama de trabalho produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. O trabalho do manufator, por exemplo, acrescenta ao valor do objeto produzido não apenas o de sua própria manutenção como também o do lucro de seu patrão. “Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada”. (...) “O trabalho do criado doméstico não se fixa nem se realiza em um objeto específico ou mercadoria vendável. Seus serviços normalmente morrem no próprio instante em que são executados, e raramente deixam atrás de si algum traço ou valor, pelo qual igual quantidade de serviço poderia, posteriormente, ser obtida”. Dentre os tipos de trabalho improdutivo, Smith cita o trabalho do soberano, os ofícios de justiça e de guerra, o exército e a marinha. “Servem ao Estado, sendo mantidos por uma parte da produção anual do trabalho de outros cidadãos”. Além destes, Smith diz que “na mesma categoria devem ser enquadradas algumas das profissões mais sérias e mais importantes, bem como algumas das mais frívolas: Eclesiásticos, advogados, médicos, homens de letras de todos os tipos, atores, palhaços, músicos, cantores de ópera, dançarinos de ópera, etc...” Cf. Adam Smith. 1983. Vol. I. p. 285-6.

No que diz respeito ao ensino superior, Smith também confirmava sua tese, dizendo que as universidades, cuja subsistência de seus professores dependia da reputação que alcançavam, estavam mais abertas aos acontecimentos do mundo e para os descobrimentos da própria ciência. Ao passo que as universidades mais ricas e mais bem dotadas de recursos, segundo Smith, eram menos receptivas a mudanças e inovações advindas das ciências.

Milton Friedman e Rose Friedman, tendo como referência a história da educação norte-americana, consideravam que o estabelecimento da “ordem do mercado” no interior das escolas e nas relações entre elas, poderia solucionar o problema do fracasso escolar constatado por eles. Alguns elementos, poderiam contribuir para a realização de tal intento, tais como: investimentos privados, pagamento de anuidades pelos alunos, controle das escolas pelos pais dos alunos, frequência não obrigatória e a não intervenção do governo. Porém, como seria inviável politicamente a implementação de todas essas medidas, de uma só vez, os Friedmans propuseram o Plano de Cupons.

Assim, ao fazerem a proposta dos cupons, os Friedmans pretendiam apresentar uma solução, ainda que parcial, para o fracasso escolar provocado, segundo eles, pela interferência do Estado na educação. Tal interferência era o reflexo, na educação, da presença do super-governo na sociedade como um todo. Ora, podemos afirmar que, na verdade, a proposta dos Friedmans constituía uma forma subsidiada de privatização, ou seja, mantinha-se o financiamento do ensino pelo Estado, através dos cupons, porém, em nome da necessidade do controle da

escola pelos pais - garantia de qualidade do ensino - estaria assegurada a prevalência de tal controle pelo setor privado.

Hayek, embora não faça referência direta à questão da educação, possuía uma perspectiva muito próxima, em termos de linha de pensamento, da de Milton Friedman, o que nos possibilitaria afirmar que, também no que se refere à educação, poderia haver uma concordância entre eles.

Keynes, que dentre os autores aqui discutidos apresentava uma posição considerada heterodoxa no âmbito da economia política, não explicitou sua posição sobre o ensino. E, mesmo defendendo a interferência do Estado no âmbito da economia, o que poderia também ser estendido para o âmbito do ensino, tais idéias, porém, acabaram por não prevalecer, o que aliás possibilitou o próprio surgimento e reforço das idéias neoliberais.

Embora a partir da perspectiva da política econômica prosposta por Keynes e pelas realizações do Welfare State se possa induzir a possibilidade de se incrementar e manter o ensino público, através de recursos alocados pelo Estado, tendo em vista, inclusive, a formação de recursos humanos, a posição neoliberal (que é subsequente a Keynes e a ele se contrapõe), principalmente através da prosposta do plano de cupons feita pelos Friedmans, leva-nos a concluir que, do ponto de vista da economia política, a probabilidade da privatização do ensino, mesmo que de forma indireta ou disfarçada, coloca-se como necessária para reforçar e manter a ordem do capital e conseqüente desenvolvimento capitalista.

O neoliberalismo, através de seus expoentes, Hayek e Friedman, ao valorizar o Estado mínimo e o mercado enquanto único regulador das relações sociais, abre perspectivas para que seus adeptos, na direção e governo das sociedades de capitalismo desenvolvido (que na relação capitalista internacional impõem a mesma direção às sociedades de capitalismo não desenvolvido) adotem como estratégia a privatização, tendo por objetivo a preservação dos princípios anteriormente destacados. O risco de tal perspectiva, que tem encontrado uma realidade propícia para sua realização - basta lembrar do fenômeno candente da privatização nas sociedades ocidentais e mesmo na Europa oriental - é de também considerar o ensino como um elemento que deveria ser regulado pelas leis do mercado, de maneira que o Estado mínimo não tenha, enquanto tal, compromisso ou dever para com o ensino.

Assim, a partir dos elementos expostos nesta pesquisa podemos concluir que a relação entre liberalismo e suas derivações e a probabilidade de privatização no ensino constitui, de fato, uma afirmação dos princípios do individualismo, da propriedade privada e do Estado também privado, - princípios estes constitutivos de uma sociedade que se estrutura a partir do modelo capitalista de organização da produção e, enquanto tal, permeados pelo capital. Isto, na verdade, acaba por determinar não apenas uma direção política para a sociedade mas também as relações sociais e de serviços nela instaurados, incluindo aí o ensino.

Finalmente, caberia ressaltar que, dada a abrangência e conseqüente extensão das questões tratadas neste trabalho, a profundidade no trato de tais questões pode não ter sido suficiente. Porém, se isto se constatar, tal fato deverá instigar o surgimento de outras pesquisas que poderão e deverão ser realizadas para esclarecer ainda mais outros aspectos desta complexa relação entre liberalismo, ensino e privatização.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA:

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. de Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. 317 p.
- DOSSIÊ liberalismo/neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 234 p., mar./abr., 1993.
- BIANCHETTI, R. G. **As raízes do modelo neoliberal e as políticas educacionais no interior das políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFF, 1992. 75 p. Dissertação (Mestrado) - UFF, 1992.
- BLACKBURN, R. (Org.) **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. 2. ed. Trad. Luis Krausz, Maria I. Rolim, Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 271 p.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988. 100 p.
- BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia - uma defesa das regras do jogo**. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 171 p.
- BOTO, C. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. 207 p. (Encyclopaideia).

- BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. 454 p.
- CAMPOS, R. Merquior, o liberista. Prefácio. In: MERQUIOR, J. G. **O liberalismo - antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 1-14.
- CAMPOS, R. Reflexões sobre a privatização. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 dez. 1995. p. 1-4.
- CARVALHEIRO, N. Fundamentos da intervenção do Estado: algumas concepções em Keynes e Kalecki. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 7, n.2, p. 105-122, abr.-jun., 1987.
- CORAZZA, G. **Teoria econômica e estado (de Quesnay a Keynes)**. Porto Alegre: FEE (Fundação de Economia e Estatística), 1986. 114 p.
- COSTA, M. Crise do estado e crise da educação: influência neoliberal e reforma educacional. **Educação e Sociedade: revista quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES)**, Campinas, n. 49., p. 501- 523, Dez., 1994.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. 291 p.
- DILLARD, D. **A teoria econômica de John Maynar Keynes - Teoria de uma economia monetária**. Trad. de Albertino Pinheiro Júnior. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1971. 334 p.

DRAIBE, S., HENRIQUE, W. "Welfare State", Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional. **Revista brasileira de ciências sociais**. n. 6. v. 3. fev., 1988. p. 53-78.

EBY, F. **História da educação moderna: teoria, organização e práticas educacionais**. Trad. de Maria Ângela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia, Mavina Cohen Zaide. 2. ed. Porto Alegre: Globo, Brasília: INL. 1976. 633 p.

Estado vampiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de jun.1994. cad. 1, Editorial, p. 2.

Muito forte e muito fraco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de mai. 1994. cad. 1. Editorial, p. 2.

O Estado está nu. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de mai. 1994. cad. 1, Editorial, p. 2.

O último profeta da economia (Faz 50 anos que morreu John Maynard Keynes, o homem que pretendia civilizar o capitalismo). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de abr. 1996. Caderno Mais!. 16 p.

Privatizar, por que e até onde? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de mai. 1994. Caderno especial Brasil 95: Privatização, 10 p.

FONSECA, E. G. "Quem tem medo do neoliberalismo? - 1. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 jul. 1994. Caderno Finanças. p. 8.

- FONSECA, E. G. "Quem tem medo do neoliberalismo? - 2. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 Jul. 1994. Caderno Finanças. p. 4.
- FONSECA, E. G. Por que privatizar - 1. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jun. 1995. cad. 2. Economia Ilustrada, p. 5.
- FONSECA, E. G. Por que privatizar - 2. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 jun. 1995. cad. 2. Economia Ilustrada, p. 5.
- FONSECA, E. G. **Vícios Privados, benefícios públicos? : a ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 244 p
- FRIEDMAN, M., FRIEDMAN, R. **Liberdade de Escolher - O novo liberalismo Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. 317 p.
- GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão - crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes. 1995. (Col. Estudos Culturais em Educação). 303 p.
- GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1986. 93 p.
- HANSEN, A. H. **Guia para Keynes**. Trad. de Donaldson M. Garschagen. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1987. 242 p.
- HAYEK, F. A. von., **O Caminho da servidão**. Trad. de Leonel Vallandro; prefácio de Adolpho Lindenberg. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. 234 p.

- HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça.** Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 151 p.
- HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras. 1995. 598 p.
- HORTA, J. S. B. Planejamento Educacional, In: MENDES, D. T. (Coord.) **Filosofia da educação brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987. p. 195-239.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo - estrutura social e industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** Trad. de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982. 328 p.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** Apresentação de Adroaldo Moura da Silva; Trad. de Mário R. da Cruz. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 333 p. (Os economistas)
- KEYNES, J. M. **Inflação e Deflação.** Seleção de textos e consultoria de Paul Israel Singer, Trad. de Rolf Kuntz. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 201 p. (Os pensadores).

- KEYNES, J. M. **Economia**. Organizador [da coletânea] Tamás Szmrecsányi; Tradução de Miriam Moreira Leite]. 2. ed. São Paulo: Ática. 1984. 233p. **Grandes Cientistas Sociais**; 6).
- KING, D. O Estado e as estruturas sociais de bem-estar. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 22, Out. p.53-76, 1988.
- KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Trad. de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 244 p.
- LASKI, H. J. **O liberalismo europeu**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1973. 195 p.
- LEONEL, Z. **Contribuição à História da Escola Pública (Elementos para a Crítica da Teoria Liberal da Educação)**. Unicamp, 1994. 258 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- LEVY, P. O Grupo de Bloomsbury. In: Keynes Milo. **Ensaio sobre John Maynard Keynes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 29-41.
- LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo - Ensaio relativo à verdadeira origem extensão e objetivo do Governo Civil**. Trad. de E. Jacy Monteiro. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 31-131. (Os pensadores).
- MACHADO, L. R. de S. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. 271 p.

- MACPHERSON, C. B. **La Teoria política del individualismo posesivo - de Hobbes a Locke**. Barcelona: Fontanella, 1970, 261 p.
- MANDEL, E. **Socialismo x Mercado**. Trad. José Almeida de Souza Junior. São Paulo: Ensaio, 1991. 100 p.
- MANDEVILLE, B. **La fabula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública**. Trad. de José Ferrater Mora. Comentario crítico, histórico y explicativo de F. B. Kaye. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. 721 p.
- MARTINS, L. **Estatização da economia ou privatização do Estado? Ensaio de Opinião**. Rio de Janeiro. v. 9, p. 30-7, 1978.
- MARX, K. **O Capital**. Trad. de Reginaldo Sant'ana. 7. ed. São Paulo: DIFEL. 1982. Livro Primeiro, Volume I, 579 p.
- MARX, K. **O Capital**. Trad. de Reginaldo Sant'ana. 7. ed. São Paulo: DIFEL. 1982. Livro Primeiro, Volume II, p. 583-933.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Trad. de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 101-257. (Os pensadores)
- MELLO, M. F. **A privatização no Brasil: análise dos seus fundamentos e experiências internacionais**. São Paulo: USP, 1992. 215 p. Tese (Doutorado em economia) - Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo, 1992.

- MERQUIOR, J. G. **O liberalismo - antigo e moderno**. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1991. 260 p.
- MILGATE, M. Schumpeter e Keynes sobre as possibilidades econômicas do capitalismo. In: AMADEO, E. J. (Ed.). **John M. Keynes: Cinquenta Anos da Teoria Geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA. 1992. p. 63-85.
- MORAES, R. C. C. A democracia malcomportada - a teoria política do neoliberalismo econômico. **Universidade e Sociedade**, a. 6, n. 11, p. 121-9, jun, 1996.
- MORAES, R. C. C. Exterminadores do Futuro a lógica dos neoliberais. **Universidade e Sociedade**. a. 4, n. 6, p. 6-11. Jul., 1994.
- MORAES, R. C. C. Políticas públicas e neoliberalismo - Nota crítica. **Educação e sociedade: revista quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos de Educação e Sociedade**. Campinas, n. 49., p. 524-30, dez., 1994.
- PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez. 1993. (Col. Questões de nossa época. v.20) 93 p.
- NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez: A/A. 1990. (Col. Educação Contemporânea). 220 p.
- NUNES, A. J. A. **O Keynesianismo e a contra-revolução monetarista**. Coimbra. 1989-1994. v. 32-37 Separata do Boletim de Ciências Econômicas da Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, F. Conferência proferida por ocasião da sessão de abertura da 13ª Reunião Anual da ANPED, em 15 de outubro de 1991. **Boletim ANPED**, n. 1-2, jan\dez, p. 7-14, 1991.

OLIVEIRA, F. O surgimento do anti-valor. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 22, out. p. 8-28, 1988.

PEREIRA, L. **Capitalismo: notas teóricas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. 141p.

PINHEIRO, M. F. S. "O 'Estado mínimo' e a educação". **Cadernos Cedes**. Campinas n 25, p. 89-100, 1991,

PLATÃO. **A república**. Introdução, Trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. 513 p.

PREBISCH, R. **Keynes, uma introdução**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 133 p.

RAMALHO, J. P. **Prática Educativa e Sociedade - um estudo de Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 167 p.

RIBEIRO, R. J. A política teatral. In: TOCQUEVILLE A. **Lembranças de 1848** - As Jornadas Revolucionárias em Paris. Trad. Modesto Florenzano. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 9-16.

SADER, E. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995. 205 p.

- SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz - Politecnico da Saúde Joaquim Venâncio. s/d.
- SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez: A/A. 1984. 110 p. (Col. Polêmicas de nosso tempo).
- SAVIANI, D. Educação: seu papel histórico. In: Simpósio Municipal de Educação, 6. Simpósio Regional de Educação 3. 1988. Caxias do Sul: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. p. 3-24.
- SAVIANI, D. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1991. 119 p. (Col. Hoje e amanhã)
- SCHWARTZ, G. **Jonh Maynard Keynes - um conservador autocrítico**. São Paulo: Brasiliense. 1984. (Encontro Radical).
- SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. 724 p.
- SMITH, A. **A Riqueza das nações - Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Introd. de Ewin Cannan; Apresentação de Winston Fritsh; Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural. 1983. 2 v. (Os economistas).
- SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Trad. de Conceição Jardim M. do Carmo Cary e Eduardo L. Nogueira. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1984. 241 p. (Os pensadores).

TEDESCO, J. C. Alguns aspectos da privatização educativa na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 12, mai./ago., p. 23-44, 1991.

VICARELLI, F. *Keynes - La inestabilidad del capitalismo*. Trad. de Antonio Quevedo ferrer. Madrid: Pirámide, 1980. 223 p.

WARDE, M. *Liberalismo e educação*. São Paulo: PUC-SP, 1984. 161 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1984.